

# RESSALVA

Alertamos para ausência de anexos e mapas  
no arquivo original enviado pelo autor.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O PODER LOCAL EM PRESIDENTE  
PRUDENTE-SP, O COMERCIANTE E  
SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

**Dissertação de Mestrado**

**Márcia da Silva**

**Presidente Prudente (SP)  
Agosto, 2000**

**MÁRCIA DA SILVA**

**O PODER LOCAL EM PRESIDENTE PRUDENTE - SP, O  
COMERCIANTE E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

**Dissertação apresentada a Faculdade de  
Ciências e Tecnologia da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”, Câmpus de Presidente Prudente,  
para a obtenção do título de Mestre em  
Geografia (Área de Concentração:  
Desenvolvimento Regional e Ambiental)**

**Orientador: Prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo**

**Presidente Prudente  
2000**

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Márcia da

O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais. Márcia da Silva. - - Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2000.

169 p.: Il.

Dissertação (Mestrado). - - UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000.

Orientador: Prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo

1. Representações sociais. 2. Poder local. 3. Comerciante. I Título

S 581 p.

CDD (18 ed.) 910.13

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

---

---

---

Presidente Prudente (SP), Setembro de 2000.

Resultado: \_\_\_\_\_

## ***DADOS CURRICULARES***

**MÁRCIA DA SILVA**

**FILIAÇÃO DEUSDETE JOSÉ DA SILVA**

**MARIA DE LOURDES DA SILVA**

**1992/1995 CURSO DE GRADUAÇÃO – LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**1996/1997 CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**1998/2000 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -NÍVEL DE MESTRADO**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

*“A posse do saber não é nada, se antes não vier  
compreensão, humildade e vontade de se dar  
carinhosamente”.*

*Você, Professor Armando, é um exemplo disso.  
Dedico (in memoriam)*

*Mãe, pai, tudo que faço é por vocês.  
Que este trabalho, apesar dos 28 anos, seja só o começo.*

## *AGRADECIMENTOS*

Tão gratificante foi a realização desse trabalho. Depois de 2 anos e meio de pesquisa e quase nove anos de UNESP, esta é mais uma etapa cumprida na minha vida. Vida que só faz sentido pela convivência com pessoas que respeito e que admiro tanto. Quero externar a elas a minha gratidão:

Ao Jayro, que considero um dos maiores conhecedores da ciência histórica, pela paciência com os “posto, além, é um indício...”, mas muito mais pelo “acredite em você”, pela atenção e pelo aprendizado.

À Carminha, que em 1993 me incumbiu da primeira pesquisa. Foi para a Fundação SEADE. Por conta dela, estou no GAsPERR até hoje.

À Eda e à Carminha, pelas proveitosas contribuições no Exame de Qualificação, que me permitiram tomar uma direção mais precisa na pesquisa.

Ao Raul, por me fazer gostar a cada dia mais do verbo pesquisar, pelo carinho e pelo incentivo constantes.

Ao Magaldi, e ao Eliseu pelo carinho desde a graduação, o incentivo provocativo que me fez pensar. Acho que deu certo.

Ao Godoy, que me incentivou a cada vez que me encontrava. “E aí, como anda a pesquisa em Martinópolis?” O lugar não importa, Godoy; valeu a sua força.

Aos amigos Marcos, Denilson, Marcelo e Cleide, que mudaram as datas dos churrascos quando o livro e o computador não me liberaram.

Aos amigos Ana Cecília, Mara, Flaviana, Cláudio, Celbo, Sílvia, Celso, Karla, Lauren, Denise, Valéria, Fernando, Mônica, Rosemeire, Oscar, João Antonio, Dona Dulce, Dona Lili, que, cada um à sua maneira, me ajudaram a concluir o trabalho.

À Elaine e à Luzia, amigas há pouco tempo, que eu tanto admiro. Coisas que só o coração explica.

À Joelma, minha ‘amiga-irmã’ de sempre, pelo ombro para chorar, mas muito mais pelos momentos para sorrir.

Ao Márcio, pelo companheirismo e pelo carinho em nossa ainda curta mas tão verdadeira convivência.

À minha família, que entendeu o porquê da minha ausência nos finais de semana e nos feriados. Sandra, Henrique, Caíque e Mayume, que vocês também possam ter momentos tão especiais quanto este.

Gostaria de agradecer também, de forma especial:

À FAPESP, pelo incentivo financeiro sem o qual a viabilização da pesquisa teria sido mais difícil.

Aos funcionários da FCT, pela atenção, especialmente à Lúcia, à Márcia, à Ana, à Fátima, ao Sr. Nelson e ao Chico.

Aos funcionários do Museu Municipal, da Prefeitura Municipal, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis, da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente.

Aos que relataram suas histórias de vida com tanta sinceridade, especialmente à senhora Dona Guiomar Tarabay, retrato de uma guerreira pela memória do pai. Voltei de São Paulo, ao entrevistá-la, encantada com Felício Tarabay.

## *Sumário*

**Lista de Tabelas**

**Lista de Figuras**

**Lista de Mapas**

### **Parte I**

	<b>Apresentação.....</b>	<b>13</b>
	<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 01</b>	<b>As lideranças mudam mas não mudam as formas de liderar.....</b>	<b>26</b>
	O poder dos coronéis Goulart e Marcondes.....	36
<b>Capítulo 02</b>	<b>A era Vargas e o cenário político em Presidente Prudente.....</b>	<b>51</b>

### **Parte II**

<b>Capítulo 03</b>	<b>A atividade comercial, o poder local e a produção do espaço urbano de Presidente Prudente.....</b>	<b>70</b>
	A atividade comercial e a produção do espaço urbano de Presidente Prudente: a cidade no centro da cidade.....	80
	O poder público e a produção do espaço urbano de Presidente Prudente: a cidade no centro da cidade.....	103
<b>Capítulo 04</b>	<b>As representações sociais dos comerciantes enquanto atores em relações de poder locais.....</b>	<b>121</b>
	A Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente e Felício Tarabay: para além das relações de poder locais.....	125
	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>148</b>
	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>152</b>
	<b>Anexos.....</b>	<b>162</b>
	<b>Resumo.....</b>	<b>166</b>
	<b>Abstract.....</b>	<b>168</b>

## *LISTA DE TABELAS*

01	Presidente Prudente – Disponibilidade em áreas – 1940.....	91
02	Presidente Prudente – Área ocupada pelos principais produtos agrícolas 1941	93
03	Presidente Prudente – População total por ramo de atividade 1940.....	94
04	Presidente Prudente – Dinâmica populacional – (1920-1950).....	96
05	Presidente Prudente - Total de firmas abertas abertas – gênero e quinquênio (1930-1950).....	98
06	Presidente Prudente – Total de firmas abertas por quinquênio (1930 -1950).....	99
07	Presidente Prudente – Arrecadação municipal (1938-1946) .....	106
08	Presidente Prudente – Número de prédios (1930-1944).....	116
09	Presidente Prudente - Utilização de áreas (1920-1950).....	118

## *LISTA DE FIGURAS*

01	Presidente Prudente – Disponibilidade em áreas – 1940.....	91
02	Presidente Prudente – Área ocupada pelos principais produtos agrícolas 1941	93
03	Presidente Prudente – População total por ramo de atividade 1940.....	95
04	Presidente Prudente – Dinâmica populacional – (1920-1950).....	96
05	Presidente Prudente – Total de firmas abertas por quinquênio (1930 -1950).....	99
06	Presidente Prudente – Arrecadação municipal (1938-1946) .....	107
07	Presidente Prudente – Número de prédios (1930-1944).....	116
08	Presidente Prudente – Utilização de áreas (1920-1950).....	118

## *LISTA DE MAPAS*

01	Presidente Prudente – Expansão territorial urbana – (1919 - 1949) .....	86
02	Presidente Prudente – Firmas abertas por quinquênio – (1927 - 1950).....	102

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACIPP	Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente
ASPLAN	Assessoria de Planejamento
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Partido Democrático
PL	Partido da Lavoura
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional

*ESPLANADA DA ESTAÇÃO DE FERRO SOROCABANA – 1940*



Fonte: Museu Histórico Municipal

# *Parte I*

*Vou te contar, os olhos já não podem ver...*

*Tom Jobim*

## ***APRESENTAÇÃO***

Foi uma mistura de sentimentos. Participar do Curso de Pós-Graduação em Geografia me permitiu alguns momentos que certamente não irei esquecer, dentre os muitos momentos de realização que a minha estada na FCT/UNESP me proporcionou. O professor Armando Correia da Silva perguntando se o seu carro, um Monza 1989, com vidro elétrico, era moderno ou pós-moderno; o filme que fizemos (eu, Ana Cecília e Mônica) para o seminário da aula da Carminha, “A cidade calada”, um dos meus melhores momentos como aluna; o seminário do professor Jayro, no qual fui bombardeada com uma série de questões sobre a pesquisa, inclusive pelo orientador, mas que me fizeram repensar o então projeto de pesquisa; as aulas da professora Alice que mais pareciam uma reunião de amigos com discussão de assuntos sérios, as aulas filosóficas do Eliseu que tanto me encantam...

Mas esta experiência constituiu-se também de formalidades, com o “cumprimento de prazos muitas vezes impossíveis de serem cumpridos”, com o preenchimento de papéis e sua burocracia, com a dedicação e com a disciplina para a realização de leituras. O intuito era superar lacunas e buscar um aprofundamento teórico que oferecesse sustentação ao trabalho científico que aqui se apresenta.

A construção dos caminhos da pesquisa foi se dando lentamente, uma vez que as disciplinas foram sendo cursadas, que a participação em eventos científicos aconteciam, que as reuniões com o orientador sanavam dúvidas. Todos esses elementos possibilitaram novas perspectivas, novos anseios em se verticalizar as discussões acerca do objeto.

Gostaria de salientar a regularidade com que o verbo pesquisar me acompanhou e o quanto eu aprendi. O crescimento intelectual, as reflexões em diferentes matizes, foram resultando em questionamentos e incertezas e conduzindo a uma constatação de perseguição pelo conhecimento e pelo aprimoramento profissional.

Foi neste sentido que vivenciei a academia, que dei vida a uma parte da história de Presidente Prudente, que talvez até já tenha sido contada, mas não da forma que aqui se apresenta, pois observada e analisada sob outro olhar. A responsabilidade foi palavra de ordem. Cumprir os prazos pré-estabelecidos era meta. Que este trabalho não fique apenas para aqueles que estão em busca do conhecimento científico, rigoroso por comportar um método. Que sirva também a todos aqueles que querem conhecer um pouco mais da cidade a qual vivem, por amor ou por necessidade. E a Geografia me fez crescer. Espero que a recíproca também seja verdadeira.

## *INTRODUÇÃO*

Essa pesquisa tem a possibilidade de recompor parte da história de Presidente Prudente. O caminho escolhido para que esse recompor se desse foi o estudo das representações sociais dos comerciantes como atores em relações de poder locais e a produção do espaço urbano nas décadas de 1920, 1930 e 1940. O poder local entrelaça a discussão e tem como referência a Associação<sup>1</sup> Comercial e Industrial de Presidente Prudente (ACIPP), representante de segmentos sociais dominantes, e o comerciante Felício Tarabay, como pretense líder local. É necessário frisar, porém, que o que se buscou, ao estudar o passado foi recuperar o “tempo do lugar”, como aponta Abreu (1998, p. 22).

O objetivo, assim, foi o de identificar as representações sociais dos comerciantes de Presidente Prudente no período de 1927 a 1951. Na verdade, o nosso objeto de estudo nos ofereceu o período de análise e não ao contrário. Ele apresentou-se a partir do estudo preliminar da história política de Presidente Prudente desde os seus primeiros anos de existência até os dias atuais, numa busca de articuladores envolvidos com o tema.

---

<sup>1</sup> A “associação” é a conjugação de poderes catalizados pelos associados. É uma forma de reforçar os poderes político, econômico e simbólico e constitui-se em imbricações que perpassam as representações sociais, no sentido de fortalecê-las além-coisa representada e além-relações de poder. A “associação” permite a determinados grupos, antagônicos ou não entre si, legitimar seus interesses. O termo será utilizado como proposto por Weber (1987, p. 93): “*uma relação social que é fechada para estranhos ou restringe sua admissão por regulamentos, e cuja autoridade é imposta pelas ações de indivíduos especificamente encarregados desta função, como por exemplo, um dirigente ou chefe*”. O que apresenta Bobbio (1986) também deve ser aqui considerado, ou seja, o termo associação como a ação organizada por trabalhadores e sindicatos patronais, com tutela para a intervenção dos governos em matéria de legislação social e econômica, além de criar e organizar ações de enfrentamento a possíveis ameaças às liberdades empresariais. Tem por função, ainda, oferecer assistência, consultoria (técnica, sindical e legal) e representação aos membros nos conflitos coletivos e nas controvérsias inerentes às empresas, já que estas têm interesses diversificados, pelas suas origens também diferenciadas.

Em 1927 foi fundada a Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente, fio condutor na pesquisa, por se constituir em fonte de dados e informações e, indiretamente, objeto de estudos, posto representar o discurso dos comerciantes de Presidente Prudente nela filiados.

Em 1951 faleceu Felício Tarabay, presidente da Associação Comercial por nove anos consecutivos, prefeito de Presidente Prudente por dois mandatos (1933 e 1947), presidente da Câmara de Vereadores por três anos, sub-chefe da Casa Civil do governo Adhemar de Barros<sup>2</sup> em 1949 e deputado estadual em 1950, tornando-se um importante articulador do poder político local, o que justifica o interesse em estudá-lo.

A relação entre os comerciantes e o poder político local, assegurou formas de produção do espaço urbano, quais sejam, aquelas que concentraram investimentos no centro da cidade em virtude de suas atividades econômicas ali se estabelecerem. Elas também foram resultado, indiretamente, das inferências entre o local e o nacional, tendo em vista os diferentes modos de inserção dos diversos atores sociais. De que forma a crise do capitalismo no final dos anos 20 atingiu o poder e a dinâmica econômica locais, como se fez representar localmente a ascensão de Getúlio Vargas e a crise do Partido Republicano Paulista (PRP). E a Associação Comercial, quem representava? Qual era o seu discurso?

As inter-relações estabelecidas, no âmbito da cidade, entre os colonizadores, coronéis Goulart<sup>3</sup> e Marcondes<sup>4</sup>, o comerciante, enquanto uma liderança em ascensão e a

---

<sup>2</sup> Adhemar de Barros teve significativa participação na dinâmica política do Estado de São Paulo e em Presidente Prudente. Em 1938, logo após o golpe militar de Getúlio Vargas, foi nomeado interventor desse Estado e o perrepsismo voltou ao poder. Localmente, Leonardo Cerávolo consagrou-se prefeito pela indicação do interventor (foram da mesma turma de medicina da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro), permanecendo no cargo até 1946. Em 1947, destituiu Leonardo Cerávolo (pela filiação ao Partido Social Democrático – PSD) e indicou Felício Tarabay, então seu maior correligionário em Presidente Prudente, além de amigo pessoal. Coletânea de informações dos jornais A Voz do Povo e O Imparcial (anos de 1937, 1938, 1946 e 1947).

<sup>3</sup> O coronel Francisco de Paula Goulart nasceu em Minas Gerais e veio para o município de Campos Novos

crescente burguesia urbana, vislumbraram conflitos, em função da venda de terras rurais e, posteriormente da produção do espaço urbano, não se poderia deixar de registrar. Como isso, a importância de se incluir na discussão os dois coronéis, grandes personalidades locais.

Em busca de encontrar respostas a essas questões, a construção do pensamento, como forma de nortear o conjunto do trabalho, permitiu que se articulassem dois recortes temáticos imbricados entre si pelas relações que se estabeleceram a partir de nuances e especificidades da leitura da realidade.

A Parte I (composta pelos Capítulos 01 e 02) apresenta como “pano de fundo” o poder local dos coronéis Marcondes e Goulart, perpassando a crise do capitalismo no final da década de 20, a “Revolução de 30”<sup>5</sup>, a crise do PRP e a Era Vargas, buscando entender suas conseqüências em Presidente Prudente, pela ascensão de novas lideranças políticas (ligadas às bases tradicionais do poder ou não), dentre elas a do comerciante.

A Parte II (composta pelos Capítulos 03 e 04) tem como “fio condutor” o comerciante membro da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente e ator das relações de poder locais. Este, ao ocupar cargos públicos, permitiu e facilitou a

---

em 1880, juntamente com os pais. Herdou a fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Parte das terras foi destinada à plantações de café do próprio coronel e o restante foi vendido para a colonização da região. Além dos lotes rurais, o coronel, com o intuito de incentivar o surgimento de um núcleo, delimitou uma área para a venda de lotes urbanos, surgindo o primeiro núcleo urbano de Presidente Prudente (a Vila Goulart), a partir da construção da estação da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1917 (Abreu, 1996).

<sup>4</sup> O coronel José Soares Marcondes era de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, mas viveu a maior parte da vida em Santos, onde teve casas comissárias de café. Em 1919 iniciou a colonização das terras as quais se encontra Presidente Prudente e em 1920 montou a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Comprou e passou a revender terras da fazenda Montalvão, vizinha da fazenda do coronel Goulart, separadas apenas pela linha férrea. As vendas foram organizadas e com propagandas feitas até no exterior. Em 1919 surgia a Vila Marcondes como centro de abastecimento de gêneros e novas possibilidades de trabalho. (A Voz do Povo, 1927, Suplemento Especial de Aniversário).

<sup>5</sup> Para saber mais sobre a “Revolução de 30” e suas repercussões no âmbito do poder local, ver: NOGUEIRA, Iracy. Os movimentos e os partidos políticos em Itapetininga. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 11, jun/1961, p. 222-247. CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 20, jan/1966, p. 153-193.

produção do espaço urbano, notadamente da área central da cidade. As representações sociais desses comerciantes são caracterizadas pela figura de seu líder político Felício Tarabay, que extravasou o poder local através da política do favor, comprometido com o governo do Estado Adhemar de Barros.

Cabe esclarecer uma preocupação, agora sanada. Por várias vezes fui questionada se fazia um trabalho de História ou de Geografia. A leitura de algumas obras levou-me a entender que a questão relevante não era a de delimitar se o que estava fazendo era Geografia, História, Geografia histórica ou História geográfica, mas que o fundamental era buscar respostas para o que o objeto solicitasse, tendo claro que o curso de mestrado é em Geografia, nada mais. Se para isso o melhor caminho era à utilização de conceitos e perspectivas analíticas do campo da História (mas também da Geografia) o importante é que o trabalho tivesse coerência.

Apesar de ter cunho geográfico, a comunicação com outras ciências para a busca de referenciais, só tem a proporcionar um cabedal maior de informações sistematizadas. Claro que cuidados foram tomados para não se superficializar o proposto, e apenas “passear” por diversas formas de abordar o objeto. Formalizar o objeto através de objetivos precisos e de um método claro é a maneira mais rica de dizer o que, como, porque e para que se está trabalhando.

A mudança temática de estudo, no entanto, apontou algumas necessidades. Como havia desenvolvido, até então, pesquisas relacionadas aos circuitos econômicos, voltadas a conjuntura recente, com dados e informações facilmente compilados, o estudo de um tema com um recorte temporal histórico, implicava um aporte teórico-metodológico praticamente novo. Uma das soluções foi, ao elaborar o projeto, delimitar um prazo mais longo de trabalho. Como o prazo estabelecido pelos órgãos de financiamento geralmente é

de dois anos, acrescentamos mais seis meses e a pesquisa enquadrou-se no prazo de dois anos e meio. É importante deixar claro que este cronograma foi estabelecido no pré-projeto apresentado à Comissão Avaliadora da Pós-Graduação.

O caminho traçado para a viabilização da pesquisa iniciou-se com a busca de referenciais para o estudo dos conceitos de poder, poder local, imaginário social, produção do espaço urbano e representações sociais. O trabalho de campo foi realizado a partir da análise dos jornais *A Voz do Povo*, *Correio da Sorocabana* e *O Imparcial* e das atas da Diretoria e do Conselho Consultivo da Associação Comercial e Industrial, dos livros do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente e de entrevistas (Anexo 1) com cidadãos que vivenciaram, de alguma forma, a problemática aqui apontada.

A pesquisa foi feita em todos os números de jornais *A Voz do Povo* *Correio*” da Sorocabana e *O Imparcial* até o ano de 1951. No jornal *A Voz do Povo*, o jornal mais antigo (1926), fundado antes mesmo da Associação Comercial e Industrial, foram analisadas 533 reportagens, no jornal *Correio da Sorocabana*, 63 reportagens e no jornal *O Imparcial* foram analisadas 101 reportagens, todas sistematizadas por assunto. Sem tratar a fundo da postura político-ideológica da pequena imprensa periódica,<sup>6</sup> a escolha desses jornais se justifica por serem eles meio de expressão de parte da sociedade da época, revelando em sua materialidade a voz daqueles que, de alguma forma, queriam ou podiam assim exteriorizar seus pensamentos. Neste sentido, reportagens foram escritas por atores, amigos ou inimigos de outros atores, não sendo os seus discursos, portanto, neutros. Certas expressões como “benefícios para a população”, “melhorias para a cidade”, “despreocupação com a cidade”, tinham por trás interesses de atores que foram

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto, ver MELO, Jayro Gonçalves. *Imprensa e Coronelismo*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1995 e “*A Voz do Povo*” e a “*Revolução de 30*”. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. (Série Ideologia e Poder).

beneficiados com as políticas implementadas (ou a ausência de políticas) e com a valorização ou não de seus negócios, de suas terras rurais ou urbanas. Por isso a busca em mais de um jornal permitiu a confrontação de idéias.

Abreu (1972) aponta algumas características dos jornais prudentinos aqui utilizados. O caso do jornal A Voz do Povo é exemplar. Segundo o autor, o jornal A Voz do Povo teve origem em 1926, apadrinhado pelo PRP. A partir da segunda metade da década de 1920, combatia o coronel Marcondes, também do PRP. Entre 1930 e 1932 defendeu o Partido Democrático (PD), do qual Tito Lívio Brasil, editor do jornal, era presidente. De 1933 a 1937, com o Partido Constitucionalista (PC) no poder, era colaborador das idéias desse partido. A partir daí retornou a facção que o projetou, o PRP, a Adhemar de Barros e a Felício Tarabay (ambos de origem perrepista mas transitando por outros partidos). Após 1945 continuou em circulação mas sem ligação direta com nenhum partido político.

É necessário frisar que se vê o jornal além mercadoria, apesar de reconhecer que, como tal, o objetivo é que seja comercializado. Aqui o jornal é visto como um meio para entender a história vivida, mesmo considerando que nem todas as pessoas podiam expressar-se em suas páginas e a especificidade do público que a ele tinha acesso.

A ACIPP, percebida como fonte e, indiretamente, objeto a ser formalizado, posto representar o discurso dos comerciantes de Presidente Prudente nela filiados, não se apresentou como se imaginava no início da pesquisa, uma fonte preciosa de dados e informações. É importante dizer que essa instituição possui como documentação anterior aos anos 60, apenas as atas da Diretoria e do Conselho Consultivo, portanto, a quantidade de dados e informações nela coletados foi ínfima. Não obstante, o que se conseguiu foi de

fundamental importância para se entender a trama em que seus atores se envolviam, identificando-se discursos capazes de recriar momentos até então esquecidos.

Com isso, não foi possível identificar algumas outras singularidades que a pesquisa buscava, no sentido de apropriação da realidade, como entender características especificamente relativas aos membros comerciantes, já que não há listagem dos associados por categoria. Fez-se assim um levantamento mais generalizado, entendendo a ACIPP em suas relações enquanto instituição defensora de segmentos sociais determinados, ou pelo menos de três deles, comerciantes, agricultores e industriais.

O confronto de opiniões com o Sindicato do Comércio para demonstrar o papel dos trabalhadores (situação econômica, política e social) também não se realizou, posto o mesmo ter surgido na década de 60 e não se ter nenhuma documentação organizada, do período estudado, de qualquer movimento que caracterizasse os trabalhadores. A pesquisa realizou-se, então, com uma discussão sem estas preocupações, o que acarretou alguns prejuízos referentes aos objetivos iniciais.

A elaboração do Mapa 02 teve por finalidade demonstrar a territorialização do comércio em Presidente Prudente nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Os livros (números 01 e 02) de abertura das primeiras firmas em Presidente Prudente (1926), localizados no 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade, foram as fontes utilizadas.

O procedimento para elaboração desse mapa constituiu-se de vários passos. O primeiro deles foi o levantamento dos nomes das ruas<sup>7</sup> da área central da cidade e da Vila Marcondes, pontos de concentração da maior parte dos estabelecimentos. O nome antigo era substituído pelo nome atual para que a localização não fosse prejudicada. O segundo

---

<sup>7</sup> O levantamento dos nomes das ruas (antigos e atuais) foi realizado na Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

passo foi percorrer as ruas para que a numeração dos estabelecimentos fosse organizada, no sentido de observar se havia ou não se modificado em todas as suas extensões. Posteriormente, fez-se a comparação dos dados reais com os dados levantados no 1º Cartório de Registro de Imóveis. Claro que a numeração dos estabelecimentos não é mais a mesma, sendo este o principal obstáculo para que se pudesse precisar a localização de alguns deles. Muitos já não existem mais. Outros foram localizados por aproximação.

O Mapa 02 representa, então, os estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e de comércio e serviços com abertura de firmas registradas no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente, no período de 1927 a 1950, com destaques para a abertura de firmas nos anos de 1933 e 1947, anos em que Felício Tarabay foi prefeito de Presidente Prudente. A finalidade foi a de verificar a possível relação entre a gestão de Tarabay no poder público e os “atrativos” municipais oferecidos para que o número de aberturas de estabelecimentos comerciais se ampliasse.

A história oral temática, abordagem de um tema específico dentro da experiência de vida do entrevistado, foi utilizada como complemento de informações e, por isso, caracterizada como história oral temática híbrida.<sup>8</sup> Assumiu-se a história oral temática híbrida para encontrar respostas às inquietações suscitadas pelas fontes escritas.

As informações foram prestadas tanto por pessoas que conviveram cotidianamente com Felício Tarabay, como por membros da Associação Comercial e por pessoas que, embora não contemporâneas destes, possuíam informações sobre a atividade comercial, a atuação do poder público e a cidade da época.

Por ser a entrevista uma experiência nova, alguns cuidados apontados por

---

<sup>8</sup> Esse método é criticado pelos estudiosos da história oral pura, que consideram a utilização apenas dos testemunhos em um trabalho, sem mesclá-los, como aqui, com outras fontes. Nela, valoriza-se unicamente o que foi dito pelo entrevistado.

Hall (1992) foram incorporados, para não se correr o risco de utilizar imprecisamente tão importante técnica. Dentre eles, a distorção da cronologia apresentada pelo entrevistado, a transferência de opiniões atuais para o passado; a influência dos anos de experiência do entrevistado; a formulação da pergunta sem induzir a resposta; o envolvimento do entrevistador com o entrevistado para não determinar a resposta e, finalmente; os critérios levados em conta para a escolha dos entrevistados. Foram entrevistados

Foram entrevistados Ophelia Delício Nogueira, funcionária pública da Prefeitura Municipal durante o mandato de Leonardo Cerávolo<sup>9</sup> (1938 – 1946) e o segundo mandato de Felício Tarabay (1947), Félix Ribeiro Marcondes<sup>10</sup>, sobrinho do coronel Marcondes e contemporâneo de Felício Tarabay, associado a ACIPP e membro do Conselho Consultivo entre os anos 1948-1950 e Vicente Furlaneto,<sup>11</sup> membro do Conselho Consultivo da ACIPP por dois anos. As entrevistas tiveram por finalidade reconhecer Tarabay como homem público, seu papel como administrador do município e no exercício de um cargo de defesa de interesses específicos de segmentos dominantes, além de obter informações sobre a atividade comercial como fonte geradora de riquezas para o município, dos principais estabelecimentos comerciais da época e da cidade como um todo. As

---

<sup>9</sup> Domingos Leonardo Cerávolo formou-se médico em 1923 e chegou a Presidente Prudente em 1927 para exercer a medicina. Sua carreira política foi patrocinada pelos dois coronéis prudentinos.

<sup>10</sup> Félix Ribeiro Marcondes foi diretor da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente. Era proprietário da Casa Rádio, que estava localizada na Rua Barão do Rio Branco, 333. Segundo suas próprias palavras, foi quem trouxe o fogão a gás e a geladeira para serem comercializados em Presidente Prudente. “*Quem possuía até então eram apenas os Peretti, os Buchalla, porque eram atacadistas, conseguiram comprar antes.*”

<sup>11</sup> Vicente Furlaneto chegou a Presidente Prudente aos 4 anos de idade, em 1919. Acredita ser o cidadão com residência na cidade mais antigo. Desde os 16 anos trabalha em atividades relacionadas ao ramo de calçados, abrindo no início dos anos 30 uma pequena fábrica de consertos, posteriormente uma de cortes para calçados e depois uma fábrica e sapataria. Permanece nesta atividade ainda hoje, tendo os negócios administrados pelos filhos. De acordo com ele, ser membro do Conselho Consultivo não significava nenhum cargo expressivo na Associação Comercial da época. “*Os mandarins eram da diretoria*”

entrevistas<sup>12</sup> com as duas filhas de Felício Tarabay, Guiomar Tarabay<sup>13</sup> e Terezinha Tarabay<sup>14</sup>, tiveram por objetivo entender o familiar, o cotidiano, além de inquietações desconhecidas do público.

O inusitado, ao conversar com essas pessoas, foi o fato de se sentir a possibilidade de registrar o objeto e desconstruí-lo no seu próprio tempo, permitindo a descoberta de situações novas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de se chegar ao que era inatingível, pelo menos da maneira que então se perseguia. É diferente analisar a ata da Associação Comercial, fria, insólita, de ouvir. A sensibilidade fala mais alto, como aconteceu com Guiomar Tarabay.<sup>15</sup>

Foi com estes referenciais que se quis abordar o passado. É preciso ter claro, ademais, que o passado, “*embora informado pelo presente (...) não é o presente*” (Abreu, 1999:13) e exige a busca do tempo não vivido. Passado que, resultado da convivência cotidiana entre as pessoas, do registro sistemático do imaginário social, é capaz de ressaltar, justificar ou denunciar as relações que se colocam no presente.

---

<sup>12</sup> As entrevistas foram realizadas em São Paulo nos dias 13 e 14 de janeiro de 2000.

<sup>13</sup> Guiomar Tarabay é filha do segundo casamento de Felício Tarabay e está com 63 anos. Vive em São Paulo e é funcionária pública. Em 1990 foi candidata a deputada estadual pelo PPB. É casada pela segunda vez com Adhemar de Barros Filho, filho de Adhemar de Barros, correligionário de seu pai. O primeiro casamento foi com Roberto Calil, industrial em São Paulo. Além de Guiomar Tarabay, teve mais uma filha deste casamento, Ruth Tarabay.

<sup>14</sup> Terezinha Tarabay é filha do primeiro casamento de Felício Tarabay e está com 73 anos. Dos seis filhos deste casamento, quatro já faleceram. Terezinha vive sozinha em São Paulo. Nunca se casou porque “*papai não deixava nenhum homem se aproximar de mim. Era muito severo e conservador quanto a isso*”.

<sup>15</sup> Claro que cuidados foram tomados para que a emoção não tomasse o lugar da criticidade que havia de estar presente cada vez que se ouvia: “*Papai fez Presidente Prudente.*” “*Papai era maquiavélico, Maquiavel perdia longe.*” “*Papai colocou dinheiro do bolso para erguer a telefonia.*” “*Papai não queria ser deputado porque ele não queria sair de Presidente Prudente, papai amava aquela terra.*” “*Os prudentinos são ingratos, o busto do papai, em 1990, quando eu fui lá, estava sem o nome, era um qualquer, mandei um ofício para a prefeitura. Quem é aquele que está na praça? O Sr. Prefeito sabe?*”

## ***CAPÍTULO 01***

### ***AS LIDERANÇAS MUDAM MAS NÃO MUDAM AS FORMAS DE LIDERAR***

Para que se pudesse esclarecer o enredo que dá vida a esta pesquisa, entendeu-se ser necessário compreender, partindo dos próprios conceitos, o entrelaçamento entre poder e poder local, como tentativa de melhor explicitar o objeto. A busca pela análise das relações coronelistas aponta a necessidade de formalizar as bases político-econômico-sociais que sustentaram a vida política do município de Presidente Prudente, na década de 1920. O respaldo dos coronéis permitiu, assim, a existência de práticas que tiveram como origem o mandonismo, e que persistem imbricadas nas decisões locais como meio de conquista de eleitorado até os dias atuais.

O conceito de poder permeia o trabalho como um todo, permitindo a interpretação da realidade delimitada pelo estabelecimento de vínculos com fatores considerados importantes para o seu entendimento, como os políticos, os econômicos, os sociais e os ideológicos. A compreensão do conceito requer, então, uma argumentação a partir das idéias de estudiosos que formularam teorias para o seu conhecimento e das relações que o envolvem, necessitando ser compilada a partir de algumas poucas obras, em virtude da complexidade da análise.

Hobbes (1983, p. 26), um dos estudiosos das relações de poder, o apresenta tendo como origem o homem. Neste, o poder pode ser natural “*eminência das faculdades do corpo ou do espírito; extraordinária força, beleza, prudência, capacidade, eloquência, liberalidade ou nobreza*” ou instrumental, aquele que se adquire “*mediante os anteriores ou pelo acaso, e constituem meios e instrumentos para adquirir mais: como a riqueza, a*

*reputação, os amigos, e os secretos desígnios de Deus a que os homens chamam boa sorte”.*

Para Hobbes, o poder é representado por individualidades associadas pelo Estado, que é soberano. Ao admitir que o Estado é soberano, considera a possibilidade de que o poder esteja localizado numa instituição ou numa pessoa. Mas isso não significa que, ao abandonar o elemento que lhes confere poder, a instituição ou a pessoa continuem a possuí-lo. Ao deixar o cargo de prefeito certamente Felício Tarabay não levou consigo o poder de comandar que o poder público local lhe atribuía, mesmo fortalecendo o poder simbólico perante o imaginário social que, assim, conferiu-lhe, com o apoio do poder estadual, outros cargos, como o de deputado estadual.

Ao tratar de poder tendo como enfoque a sociedade civil organizada, Hobbes (1983, p. 26) afirma que

*o maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder de um Estado. Ou na dependência da vontade de cada indivíduo: é o caso do poder de uma facção, ou de várias facções coligadas. Conseqüentemente ter servidores é poder; e ter amigos é poder: porque são forças unidas.*

A contribuição, aqui, está no fato de que o autor salienta o associar-se como forma de reforçar o poder já existente em alguém ou em algum objeto. As facções partidárias, a Associação Comercial e Industrial, o público e o privado<sup>16</sup> representados pelo líder Felício Tarabay, como presidente da ACIPP e do diretório local do PRP e,

---

<sup>16</sup> Para Bobbio (1995, p. 14), a “*esfera do pública chega até onde começa a esfera do privado e vice-versa (elas) condicionam-se reciprocamente, no sentido de que se reclamam continuamente uma a outra*”. Isto é, enquanto uma esfera aumenta, a outra diminui, sendo o contrário também verdadeiro.

posteriormente, com o cargo de prefeito municipal, são exemplos desse poder, pois reforçam o poder individual através do poder adquirido (instrumental).

Outro estudioso que muito contribuiu para o desenvolvimento do conceito de poder e sua aplicabilidade foi Foucault (1979:183). Contrariamente a Hobbes, Foucault afirma que *“o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem”*. Para ele, *“o poder funciona e se exerce em rede”*. Michel Foucault recusa-se a fazer uma análise inteiramente macro do poder, preferindo analisá-lo a partir das relações sociais e da vida cotidiana.

A rede de poder, segundo Foucault, está organizada através de diferentes instituições, que funcionam como uma teia de aranha, difícil de encontrar o começo e o fim. Nessa análise, diferentes facetas de poder que ainda não tinham sido questionadas vêm à luz, e abrem o debate em sua legitimidade. Assim, o poder só pode existir a partir do confronto de forças e no estabelecimento de estratégias. Por isso, as instituições como as clínicas que controlam a saúde dos homens, como a prisão que controla a conduta dos homens, e como o asilo que controla a sanidade dos homens, devem ser examinadas mais de perto em seus usos e evoluções. Seguindo esta concepção, o poder em Foucault é tomado como uma relação de reciprocidade a partir de um segmento social ou de uma pessoa.

Tomando como referência os pressupostos apontados por Machado (1979, p. 10) a respeito da obra foucaultiana, aponta este que, o poder é uma base de análise capaz de explicar a produção dos saberes, no sentido de que ter saber é ter poder.

Este autor afirma que Foucault concebe o poder como fazendo parte do *“próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo*

*ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder”* (Machado, 1979, p. 12). Continua sua explicação:

*o que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato à investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.* (Machado, 1979, p. 13)

O que Foucault distingue com seu conceito de poder é que ele se encontra em uma situação central e uma situação periférica, e em um nível macro e um nível micro de exercício. A análise foucaultiana, segundo afirma Machado (1979), não quer, portanto, reduzir ao papel do Estado as relações de poder existentes em determinada sociedade.

*O que pretendia era detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos. Mas isso não significava, em contrapartida, querer situar o poder em outro lugar que não o Estado, como sugere a palavra periferia. O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder.* (Machado, 1979, p. 15)

Para o autor, a ênfase dada ao poder, por Foucault, está estabelecida no momento em que ele o aponta como objeto nas relações sociais. E como relações, as disputas não podem ser feitas exteriormente, já que nada está isento de poder. Ele faz parte da sociedade e se exerce como uma multiplicidade de relações, distribuindo-se por toda a

estrutura social, em todas as relações, como uma ação sobre outras ações possíveis, nas quais se constrói, se altera, se rompe em alguns pontos e se religa depois.

O poder trabalhado por Weber (1963) também é assim caracterizado, ou seja, como fator sócio-político que se manifesta na interação social, na assimetria entre pelo menos dois atores. Manifesta-se, mas não se completa; por isso, não há razão para limitar o poder a um “jogo de soma zero”, no qual alguém só tem poder porque alguém deixa de tê-lo, pois basta que entre na relação uma terceira pessoa para que uma nova distribuição do que está em jogo se torne possível. Com isso, “*poder significa toda a probabilidade de, dentro de uma relação social, impor vontade própria mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade*” (Weber, 1987, p. 81). O autor fundamenta-se na ação coletiva até certo ponto intencional, com objetivos e estratégias definidas para se chegar aos fins propostos. A capacidade e os meios utilizados para convencer ou influenciar a vontade do outro é, então, o que Max Weber compreende como poder.

Hannah Arendt imprime um outro caráter ao conceito de poder, embora sua obra não estabeleça explicitamente um contraponto com as concepções de poder presentes na filosofia política clássica ocidental, que tem no Estado e suas instituições meios socialmente legitimados para abrigar o exercício do poder. Para Arendt, o poder é algo que, diferentemente da violência (ideológica ou pela força), funda uma nova concepção de ação. “*O poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade*”. (Arendt, 1997, p. 214)

A ação é ilimitada, porque está condicionada à pluralidade, enquanto a força sugere a capacidade individual do homem de impor sua vontade a outrem, e, por isso, é limitada enquanto tal. A força é indivisível; o poder é, por si mesmo plural, condicionado que está à reunião de pessoas que falam na busca do entendimento.

Para esta autora, a pluralidade é a condição para a ação e, portanto, para a vida em comunidade. O discurso e a ação são prerrogativas indispensáveis para a comunicação humana, para a relação de consenso e de intersubjetividade entre os homens, resultado do exercício do poder. Se o poder é parte constitutiva do mundo vivido, da ação, não pode ser interpretado jamais como algo restrito ao sentido de dominação. Para Arendt (1997), poder, quando é sinônimo de dominação, não é poder, é violência.

Como um fato social que não se reduz à violência física (embora a sua utilização, muitas vezes, torne-se condição para o seu exercício), o poder é discutido pela autora, que lhe oferece uma outra argumentação. A condição para que se utilize a força física para exercer poder apresenta-se quando o risco de se perder poder continuamente aparece.

*Todo declínio de poder é um convite aberto à violência – mesmo porque os que detêm o poder e o sentem escapando das mãos, sejam eles os governantes ou os governados, sempre acham difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência. (Arendt, 1985, p. 156)*

No entanto, não é pela violência, mas sim pelo discurso, que o poder é constituído e legitimado, tornando-se representado. É o discurso do poder que o concebe como verdadeiro, sustentando-se no ocultamento do contra-discurso. Neste sentido, Arendt (1973, p. 129) afirma que “*o poder não necessita de justificação, sendo inerente à própria existência de comunidades políticas; o que realmente necessita é de legitimidade*”.

Argumenta, ainda, Arendt:

*a ação e o discurso criam entre as partes um espaço capaz de situar-se adequadamente em qualquer tempo e lugar. Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência*

*explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. (Arendt, 1997: 211)*

Porém, o espaço da aparência não é permanente. É o espaço onde se tornam públicos os homens; é a concreticidade da existência humana percebida pelo ato do discurso que torna legítima a ação.

E se é o discurso que impõe ao poder legitimidade, ao trabalhar com um conjunto desses discursos, nos jornais, nas atas da ACIPP, nas entrevistas, coube pensá-los além inscrito, ouvido, sentido. Como o discurso mediou a apreensão da realidade, possibilitando o “refazer” do passado, assume-se que exerce papel fundamental nas práticas sociais. Importa, então, saber como os discursos vão produzindo efeitos de poder e controle, fazendo com que as coisas sejam pensadas de um jeito e não de outro. Segundo Foucault (1995), os discursos têm um caráter construtivo, no sentido de que são práticas que formam os objetos sobre os quais se fala. O poder, expressado pelo discurso, imposto, muitas vezes, pela violência, reforçado pela junção de poderes individuais, caracterizado pela cadeia de relações estabelecidas entre o local, o poder micro e o nacional, o poder macro, foi reforçado, a partir dos anos 30, no Brasil. Enquanto na oligarquia rural a união é colocada em litígio, representantes de outras categorias sociais, com interesses diferentes, entram em cena, tornando-se importantes na capacidade de derrubar, impor e assegurar poder. Em ambos os casos, o assegurar poder passou pela mediação do Estado.

A análise do discurso existente numa determinada localidade pode ser esclarecedora, assim, da tênue fronteira entre as relações de ordem econômica (que dão materialidade ao recorte da cidade) e as relações políticas (na esfera do Estado capitalista,

no exercício do poder político) (Silva, 1997). O sistema político clientelista vigente no Estado brasileiro reflete essa alocação.

Não foi considerada, no trabalho, diretamente, a discussão do poder do Estado em sua forma (Cunha, 1992) coercitiva, isto é, na proibição, através de leis ou da violência, de comportamentos que alguns indivíduos teriam ou tentariam ter, se a coerção inexistisse; e diretiva, ou seja, a orientação ou permissão para determinados outros comportamentos que não necessitam de coerção. Entretanto, na busca das relações de poder, existentes entre as diversas instâncias da sociedade e mesmo nas relações cotidianas que os indivíduos mantêm (que também são permeadas pelo Estado), procurou-se entender melhor o poder em seu modo mais específico, materializado no poder local; conseqüentemente, no líder local.

Deve-se registrar que a abordagem adotada quer encontrar a sua lógica na interseção entre o material (a Associação Comercial e Industrial, a Prefeitura Municipal) e o simbólico (o imaginário social, as representações sociais e as ideologias). O recorte territorial, a cidade de Presidente Prudente, deve ser entendido como o local expressando o geral em sua singularidade.

O que se denomina de local, remete-se, no Brasil, à esfera municipal, o lugar de exercício do poder, prefeitura e Câmara Municipal e as múltiplas instituições sociais a esta esfera vinculadas. Neste sentido, não é suficiente identificar poder local apenas no âmbito das relações políticas, é preciso conceituá-lo como o poder exercido (econômico, social, cultural e simbólico), por exemplo, ao manipular-se o controle de postos públicos e privados.

A ACIPP, uma instituição representante de grupos sociais dominantes, com interesses específicos ao próprio grupo e, isoladamente, no interior de cada um deles, a

existência de interesses ainda mais específicos, se ocupou de problemas relacionados à população local, justamente por isso, se fortalecendo enquanto grupo que expressava relações de poder interna e externamente. Abreu (1997) diz o seguinte, a respeito desta: *“uma instituição importante, coordenadora dos interesses de proprietários rurais e comerciantes, como por exemplo, na solicitação junto à diretoria da Estrada de Ferro Alta Sorocabana, para que houvesse fluxo satisfatório de vagões, na época do escoamento da safra”*.

Procurou-se, por isso, buscar nas elites locais, aquelas que influenciaram *“em decisões municipais, tendo como base material um conjunto de instituições”* (Daniel, 1988, p. 30). Elas se incumbiram de disseminar idéias que sustentaram e que serviram para identificar aquela realidade, fortalecendo-se pela utilização de ideologias e do imaginário social como meio de ancoragem de interesses, mascarando conflitos políticos e desigualdades sociais. Mas a constituição do imaginário social depende da forma como ele é difundido. Assim, a força dos meios de comunicação é essencial. Mas, como a mídia, também os mitos, as religiões e a ideologia cumprem a função de constituir o imaginário de uma sociedade. É este último conceito, o de ideologia, que pretende-se considerar no trabalho.

Em se considerando que ideologia é um discurso racional de uma parte da sociedade sobre o todo social, Chauí (1980), justifica sua consideração na análise em curso.

*Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito (entre as classes sociais), dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal. (Chauí, 1989, p. 12)*

De acordo com Cunha (1992), as ideologias necessitam expressar-se no imaginário de uma coletividade, para que, como experiência vivida, possam cimentar as convicções e motivar a entrega política dos indivíduos à causa social, relacionando-se com

o imaginário de idéias sentidas, capazes de confirmar o discurso conceitual ideológico. O imaginário é, portanto, um fato coletivo resultante de identificações emocionais de indivíduos com imagens e modelos. É como se os indivíduos projetassem para fora de si imagens do que está no interior de seu modo de ser e, em seguida, se reconhecessem nelas, formando suas atitudes (no cotidiano), sua predisposição para esta ou aquela conduta, através de processos de afirmação social diante de si mesmos e dos outros. Para os católicos fervorosos, passar defronte a uma igreja e fazer o “sinal da cruz” significa que aquela construção representa mais que tijolos superpostos, representa o espaço sagrado, a presença de Deus vivo. Esta idéia foi sendo construída no imaginário social e, para esse segmento, é considerada verdadeira, mascarando-se a coerção exercida pela igreja há séculos.

Por ser uma forma específica do imaginário social, a ideologia “*é a maneira necessária pela qual os atores sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político*” (Chauí, 1980, p. 3). É o discurso com explícita orientação política, no qual o sujeito vem para o centro da análise.

*Esse aparecer não é uma ‘aparência’ no sentido de que seria falso, mas é uma aparência no sentido de que é a maneira pela qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens (...). É o momento no qual pretende fazer coincidir as representações elaboradas sobre o social e o político com aquilo que o social e o político seriam em sua realidade. (Chauí, 1980, p. 19-20)*

Os pressupostos de Marcondes Filho (1985) identificam, de forma geral, a ideologia como idéias pertencentes a um grupo, nunca a um indivíduo; o constituir-se num conjunto de valores (algo que se preza) que permite ao grupo construir suas concepções e associá-las à prática através da ação.

A abordagem do tema proposto requer, portanto, a detecção dos líderes locais através de suas atividades, de seus discursos e de sua participação política. A localização do papel das lideranças em Presidente Prudente, ora sustentada pelo poder oligárquico, ora por grupos urbanos recém organizados, dependentes ou não do primeiro grupo, permitiu-nos assim fazê-lo. Na década de 1920, tais lideranças eram representadas pelos coronéis Goulart e Marcondes.

### ***O PODER DOS CORONÉIS GOULART E MARCONDES***

De acordo com Janotti (1981), as origens e a evolução do coronelismo deram-se no processo de formação da riqueza dos segmentos rurais e comerciantes e de seus papéis na política de dominação, juridicamente estruturada pelo Estado brasileiro. É neste sentido que sua função só se torna compreensível a partir do momento em que se distinguem as bases sócio-econômicas que lhe conferiam autoridade.

Ainda segundo a autora (1981), o título de coronel tem sua gênese na Guarda Nacional, criada para inibir movimentos revolucionários, juntamente com o Exército, ambas expressões de poder de coibição, e submeter tanto os escravos quanto outros segmentos sociais a interesses de grupos dominantes determinados. O território de atuação da Guarda Nacional era o município. A partir de então, as funções militares e policiais, como as de majores, tenentes e coronéis, passaram a distinguir, também, os chefes políticos, numa forma de dar oficialidade ao poder simbólico.

O título de “coronel” oferecido aos chefes locais reforçou o poder econômico que tinham. Esse reforço é o poder simbólico, como afirmam Harold e Kaplan (1998) que atua de maneira a legitimar as relações políticas e a subsidiar o poder econômico pré-existentes. Para Bourdieu (1996), apesar de quase mágico, é resultado de lutas, permitindo obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). O poder simbólico, assim, só se legitima se for reconhecido. É algo além-material, mas que necessita de materialidade.

Como Harold e Kaplan, Bourdieu (1996) também entende o poder simbólico como um valor a mais dado aos outros poderes: a reputação, a honra, a inteligência são exemplos. É também a consagração ou a revelação de coisas que já existiam e que, a partir de então, ganham destaque.

Com isso, sujeitos se denominavam “coronéis”, “barões do café”, “senhores de engenho” e tinham como subordinada, a população rural, privada de muitos dos seus direitos enquanto cidadã.

Melo (1995, p. 43) diz que a:

*patente não é mais concedida pela Guarda Nacional, nascida e prescrita no Império. A patente é da tradição do mandonismo local, mas como extensão e braço do Estado tal qual consolidou-se no Brasil. Cidadão é o coronel, não seus comandados. Estes adquirem cidadania no chefe.*

O coronel intermediava as solicitações da população junto ao governador do Estado, através do prefeito, quase sempre um parente ou alguém indicado por ele, mas oficialmente escolhido pela Câmara Municipal. Mesmo os insubordinados corriam na raia delimitada pelo discurso legitimador do coronelismo Melo (1995, p. 49). A troca de favores, espontânea ou imposta, existia de homem para homem e, por isso, como os seus

subordinados políticos, o coronel também era obrigado a “*prestar contas aos seus dependentes, aos demais proprietários e aos outros coronéis*” (Janotti, 1981, p. 61).

A relação de gratidão, especialmente dos subordinados, também estava presente, por ser o coronel, além desses aspectos elencados, quem “*se prestava a favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público (...), emprestar dinheiro, avalizar títulos, influenciar jurados*” (Leal, 1975, p. 38). Na verdade, “*a rarefação do poder público em nosso país contribuiu muito para preservar a ascendência dos coronéis, já que, por esse motivo, estão em condição de exercer, extra-oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes*” (Leal, 1975, p. 42).

Segundo Martins (1994), o “*trânsito de dinheiro particular para os bolsos dos políticos, por meio das funções públicas que ocupam, combina-se, na tradição brasileira, com o movimento inverso do dinheiro particular dos políticos em favor de interesses particulares dos eleitores, justamente como compensação pela lealdade política desses últimos*”. A política do favor e do compromisso, que não distingue o público do privado, segundo Leal (1975), indica fragilidade do Estado e dos chefes locais, enunciada numa estrutura agrária em decadência e na influência governamental em declínio. Apesar de parecer antagonismo, essa situação perdurou por muito tempo, assegurando-se reciprocamente.

É importante reforçar o fato de que, na chamada República Velha, os governos sucessivos representavam interesses de uma única categoria social, resquílios da aristocracia rural escravocrata do Império. Era nesse quadro que o coronel controlava a vida local. (Bello, 1972). Estava sempre respaldado pelos governos do Estado e da União, assim como os sustentava.

No mandato de Washington Luís (1926-1930), primeiro governo do recorte temporal estabelecido para o desenvolvimento da pesquisa, essa realidade não se fez diferente. O que houve de notório nesse governo foi a instauração de diálogos com pessoas de variados segmentos sociais, aproximando-se mais das camadas populares. Essa aproximação, apesar de fundamentar-se apenas na retórica, possibilitou o contato e a oportunidade de se desfazerem bases até então muito bem estruturadas. Na verdade, esta era uma estratégia de conquista populista que já se apregoava e que acelerou a derrocada daquele sistema de controle político do Estado.

O sistema político vigente sustentava-se na inter-relação de compromisso dos Partidos Republicanos (PRs), em todo o país, através de diretórios municipais, de representantes no parlamento estadual e federal, de governadores e do Presidente da República. Nas instâncias local e estadual, o papel dos coronéis se fazia presente balizado na certeza da existência do voto de cabresto, da fidelidade ao chefe local e dos currais eleitorais. O coronel se constituía em um dos extremos de um bem montado sistema; era aquele que oferecia subsídio direto para que o ciclo político se completasse e garantisse a permanência das bases partidárias desde há muito no poder.

Na base do sistema, os eleitores<sup>17</sup> acostumaram-se à rotina de apoio do governo, apesar de muitas vezes opressor àqueles que lhe faziam oposição. E fazer oposição ao governo significava estar descontente com a facção partidária dominante e estar sujeito ao descaso por parte dela. “*O medo de afastar-se desse centro e cair no vácuo*

---

<sup>17</sup> O eleitorado rural, por exemplo, estava alheio aos acontecimentos além seu círculo de amizades. De acordo com Leal (1975, p. 25), “*sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos (tinha) consciência do seu direito a uma vida melhor*”.

*é que faz que todos prefiram a mesma órbita acompanhando esse astro errante e fatídico que é o PRP*". (A Voz do Povo, 03/03/1927, n° 62)

Nem mesmo a "liberdade eleitoral" conquistada foi suficiente para desmoronar os pilares que amparavam esse sistema, esculpido numa estrutura de poder coesa, que tornou a "liberdade eleitoral" uma farsa não apenas pelas fraudes mas também pelas restrições impostas pela Constituição da República de 1891. Nela, o presidente, os deputados e os senadores eram eleitos pelo voto direto. No entanto, votavam apenas os homens alfabetizados (sem restrição de renda) e maiores de 21 anos. As pessoas não acreditavam mais na regeneração dos costumes políticos pelo voto direto, tantos eram os abusos praticados nas eleições. A violência ficava por conta dos desmandos que infringiam os direitos dos cidadãos, num modelo que se impunha pela dominação.

Apesar dos avanços em relação ao voto e outras conquistas, a Constituição de 1891 demonstrou que,

*na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho.* (Martins, 1994, p. 30)

Em Presidente Prudente, as disputas políticas para a chefia do PRP local pelos coronéis Goulart e Marcondes confirmaram esta idéia.<sup>18</sup>

Ambos possuíam, além de poder político (considerado aqui como "*uma esfera do Estado capitalista, com autonomia relativa*" (Daniel, 1988, p. 26) e papéis de

<sup>18</sup> Em 1925, o coronel Marcondes, ao vencer as eleições, após a intervenção do PRP central e do governo estadual, em virtude das disputas locais internas ao partido, obtém o cargo de chefe local e controlador da Câmara Municipal, fato que perdurou até 1930 e que lhe garantiu a superioridade política em relação ao seu adversário, o coronel Goulart. O coronel Goulart teve seu período áureo como chefe político do PRP local e da política local entre os anos de 1923 e 1925.

acumulação e dominação delimitados) e poder econômico (conquistado pela apropriação dos meios de produção), poder simbólico (sustentado no imaginário social), que os transformava em verdadeiros “mandarins” locais, capazes de oferecer e retirar qualquer bem que considerassem não favorável, acima de tudo, a seus próprios interesses.

Os coronéis restringiam o seu raio de ação, quase sempre, à política local, voltados para o situacionismo, sem expectativas de acesso às esferas decisórias no âmbito nacional. Por isso “*a dominação (era) exercida através de um encadeamento hierárquico, imediatamente superior ao do pai de família*” (Janotti, 1981, p. 11)

O coronel Marcondes, no entanto, constituía-se uma exceção. O fato de fixar residência na capital do Estado permitia que ele se aproximasse com maior facilidade das instâncias superiores do PRP. Na verdade, essa era uma característica que o tornava homem de confiança e, ao mesmo tempo, de desconfiança de prudentinos, que acreditavam no seu poder de influência mas também se viam preocupados com sua ausência quase que constante da cidade. Curioso é que a ausência apareceu, para parte da população, como justificativa da força política do coronel (A Voz do Povo, 09/12/1926, nº 51). Para os que assim pensavam, o que mais arraigava dinheiro, prestígio e permanência no poder, era a política do compromisso, não importando a estada da personalidade influente na cidade. Assim, concorda-se com Martins (1994, p. 29), quando afirma que

*as indicações sugerem que o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres. Muito antes que os pobres pudessem votar e, portanto, negociar o preço do voto, já o Estado tinha com os ricos, isto é, os senhores de terra e escravos, uma relação de troca de favores.*

Mesmo com todo o respaldo político e econômico que recebiam, os coronéis e o situacionismo imperante foram várias vezes contestados, inclusive por facções dissidentes do PRP. Também, externamente a este partido, havia grupos que lutavam por mudanças na ordem política de Presidente Prudente.

A maior oposição aos coronéis, especialmente ao coronel Marcondes, o grande chefe político do final dos anos 20, surgiu do PD. Abreu (1996, p. 39) aponta que o partido “*nascera de uma cisão no seio da oligarquia paulista. Elementos da média e alta burguesia e setores dissidentes da oligarquia agrária, políticos e intelectuais*”, e que reclamavam por novas lideranças políticas, que viessem a atender reivindicações não realizadas pelos coronéis.

Esta tentativa de aglutinação de esforços para combater o situacionismo passou a caracterizar o final da década de 1920. No entendimento de Janotti (1981), com o desenvolvimento mais efetivo das funções urbanas, o médico<sup>19</sup>, o comerciante, o jornalista, também pela função social já exercida, passaram a fazer parte desta composição de forças contra o coronel, ganhando a confiança da população, através da conversa envolvente, das palavras fáceis, do convencimento. É o poder do discurso associado ao poder econômico-simbólico. Com isso, as novas lideranças compunham o que Janotti (1981) denomina de neocoronelismo.

Na verdade, com a existência dos Partidos Republicanos (PRs), únicos dentro do sistema político nos estados, era de se esperar que internamente a eles surgissem divergências. Com tantos anos no poder, sem renovação de projetos, tornava-se cada vez

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar, dentre os novos atores locais, a presença do médico Domingos Leonardo Cerávolo. Para saber mais sobre o poder médico, ver: GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde pública e política urbana: memória e imaginário social. São Paulo: USP, 2000.

mais difícil à homogeneidade partidária, especialmente a partir das insatisfações que ocorriam em vários setores no país. Os novos partidos do Estado de São Paulo, por exemplo, eram compostos por antigos membros do PRP ou por pessoas não envolvidas anteriormente na vida pública. O PD, em Presidente Prudente, fortaleceu-se ao ganhar o apoio dos dissidentes do perreplismo, aproveitando-se das disputas internas deste partido. As divergências decorreram, principalmente, pelo longo tempo de permanência do coronel Marcondes no poder, já que não admitia a divisão do cargo de chefe.

O que se percebe é que, com o intuito de romper essa barreira, a ação do PD desenvolveu-se para apresentar propostas que despertassem a confiança da população, mediante formas concretas que destruíssem o situacionismo em que o favor e a proteção aos amigos determinavam a prática política. O eleitorado local acompanhava com certo entusiasmo a organização do novo partido, que também era apoiado pelo Partido Progressista (PP), outra dissidência do PRP, e por pessoas consideradas importantes, tanto pela sua função social como pela sua presença no cenário político, como é o caso de Jacob Blumer, fundador do jornal *A Voz do Povo*, onde trabalhou até falecer em 1941. A incorporação do PP pelo PD trouxe para este último um contingente de eleitores e de nomes de expressão do comércio e da agricultura locais.

A insegurança provocada pela ascensão política do PD fez com que se elaborasse um acordo político entre os coronéis Goulart e Marcondes, em meados de 1927, tornando o PRP uma frente representável diante daquele partido. O encontro para a formalização do acordo foi realizado na casa do Dr. João Elias C. Martins, Juiz de Direito, um dos personagens pretensamente neutros na política local, para que ambos “não sofressem influências”. Cada um dos líderes locais foi acompanhado de um amigo, sendo estes João Franco de Godoy (goulartista) e Alexandre Fernandes (marcondista). Foi lavrada

uma ata como comprovação do acordo. (A Voz do Povo, 18/09/1927, n° 92) O Diretório do PRP ficou composto pelos dois chefes, até 1930,<sup>20</sup> e estes não mais disputaram correntes antagônicas, pois se viram obrigados à junção política como um meio de barrar a crescente oposição democrática. O acordo teve como mediador Júlio Prestes, governador do Estado, líder do diretório do PRP central, disposto a coibir a disputa interna. A união dos dois coronéis não foi suficientemente forte para oferecer benefícios à população e foi anulada em 1930. As disputas entre ambos perpassava a questão política, pois eram concorrentes também na venda de terras rurais e urbanas, no período de colonização, e não conseguiram dividir formalmente este setor.

Como situar os comerciantes prudentinos na disputa do poder político no município? A Concentração Eleitoral foi a sua maior manifestação até então. Esse grupo de oposição política local era formado de pessoas “*sem cor partidária, com elementos da lavoura, comércio e indústria*” (Abreu, 1996, p. 36). Nas eleições de 1928, a Concentração elegeu como vereador Luiz Ferraz de Mesquita<sup>21</sup>, único eleito não pertencente ao PRP. Os seus candidatos faziam parte da Associação Comercial e não aceitavam o fato de pagarem impostos, investirem na construção de prédios na cidade e não terem retorno em nenhum tipo de promoção de sua atividade. A demonstração de ousadia estava pautada em incertezas com relação ao próprio governo do Estado, mas também não concordavam com decisões tomadas pelos coronéis e até mesmo com inexistência delas, sendo os coronéis designados de inoperantes.

---

<sup>20</sup> Pelo Decreto Federal n° 19.398 de novembro de 1930 foram extintas as câmaras municipais, sendo o comando municipal exercido por nomeação estadual.

<sup>21</sup> Luiz Ferraz de Mesquita era engenheiro, fazendeiro e comerciante (proprietário da agência Chevrolet) e teve participação política como vereador, em 1928, pela Concentração Eleitoral, formada por membros da Associação Comercial e Industrial da cidade.

Verifica-se aí a conjunção do público com o privado. A Associação Comercial quis apropriar-se do público, em virtude do pagamento de impostos, como se esta atitude fosse cumprida apenas por seus associados. Faz-se claro que os tributos pagos devem ser revertidos em serviços e bens públicos. O poder público tem o dever de utilizar o dinheiro do contribuinte em investimentos locais, fato que raramente acontecia.

O diretório municipal do PD teve Tito Lívio Brasil, alternando-se nos postos de presidente e vice-presidente por algum tempo. Advogado, Tito Lívio fazia campanha oposicionista através do jornal “A Voz do Povo”, denunciava os desmandos cometidos pelo PRP e fazia campanha a favor do PD. Um dos temas para o qual ele chamava a atenção do leitor era o da necessidade de concursos públicos para o funcionalismo público. Sob o controle do PRP, os funcionários (A Voz do Povo, 06/02/1927, n° 59)<sup>22</sup> podiam ser tanto destituídos quanto agraciados com novos cargos, a livre arbítrio de quem controlava o poder público local. Neste sentido, as críticas ao coronelismo, em Presidente Prudente, eram as mesmas realizadas na esfera nacional.

Em alguns casos, as novas lideranças vão conquistando a confiança do coronel tradicional, que as reconhece, mas não as admite, a princípio, como lideranças no município. Muitos tornaram pública a cooptação de idéias com o coronel, já que também tinham origem coronelista, apesar de novas funções sociais. A ajuda do coronel era muito mais simbólica que revertida em conquistas e, neste sentido, concorda-se que “às *relações de força e de poder que toda dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido*” (Baczko, 1985, p. 310). Em outros casos, ainda, a disputa ocorria como rivalidade, em situações como a configurada nas eleições de 1929.

---

<sup>22</sup>Os funcionários eram considerados empregados particulares dos chefes, posto a inexistência de leis e regras que garantissem o emprego, como os concursos públicos. Este era mais um elemento que fazia com que os líderes locais tivessem poder ilimitado.

Como chefe do PRP local, o coronel Marcondes havia indicado Paulo Marcondes, seu filho, para prefeito, e José Dias Cintra para presidente da Câmara, num acordo com o coronel Goulart e vereadores. Goulart, no entanto, não cumpriu<sup>23</sup> o acordo. Antônio Uchoa Filho<sup>24</sup> ficou com o cargo de prefeito, e José Dias Cintra com o de presidente da Câmara Municipal, através da qual foram eleitos. Em apoio ao coronel Marcondes, que se sentiu lesado com a atitude de seu correligionário, Paulo Marcondes, Sandoval Filho e Leonardo Cerávolo renunciaram aos cargos de vereadores. (A Voz do Povo, 27/01/1929, n.º. 157)

O coronel Marcondes deu início à perseguição ao novo prefeito, ao declarar que a sua administração era ruim. O prefeito, ironicamente, em declaração ao jornal A Voz do Povo de 04/09/1929, n.º184, afirmou que *“sua administração era ruim porque ele não admitia que nenhum parente estivesse na Câmara, o que não era o caso de Marcondes (com Paulo Marcondes Filho), porque não perseguia os adversários, porque deixava de lado as intrigas políticas e porque fazia uma administração neutra ao colocar em ordem as contas da prefeitura”*.

Em decorrência do rompimento, o coronel Marcondes e Domingos Leonardo Cerávolo denunciaram, ao Delegado de Polícia, uma lista com nomes de algumas pessoas (o nome de Tito Lívio Brasil comparecia na lista) que estariam praticando atos anti-marcondistas<sup>25</sup>. O coronel exigiu que os culpados fossem punidos e pagassem pelas atitudes apolíticas, mas não se têm registrados atos de violência física explícita.

---

<sup>23</sup> Não há registro dos motivos que levaram o coronel Goulart a não cumprir este acordo.

<sup>24</sup> Antônio Uchoa Filho, que era engenheiro agrônomo, veio de Pernambuco trabalhar em Presidente Prudente e foi ajudado pelo coronel Goulart ao fixar residência na cidade, emprestando-lhe uma casa para morar.

<sup>25</sup> Os três jornais analisados não esclareceram quais seriam estes atos anti-marcondistas.

O caso Uchoa/Marcondes provocou uma crise na situação política dominante em Presidente Prudente. A liderança do coronel Marcondes foi abalada e teve início a sua decadência política. O coronel passou a perder força política, fato que não se admitia, na época, a um líder local. O então prefeito Uchoa declarou que só a saída dos coronéis Goulart e Marcondes poderia ocasionar uma transformação nas entranhas políticas da cidade (*A Voz do Povo*, 27/11/1929, nº 194). Uchoa sempre foi correligionário do coronel Goulart, mas em função de sua declaração contundente, as relações com o antigo líder ficaram estremecidas.

Ao se analisar a declaração do prefeito Uchoa, observa-se à tentativa de destruição de um discurso do poder para a instauração de outro. É assim que as conseqüências da disputa entre Uchoa e Marcondes não podem ser consideradas isoladamente, pois o papel desempenhado e as atitudes tomadas pelo coronel Marcondes eram comuns aos demais chefes políticos locais da época.

De acordo com Abreu (1972), a “Revolução de 30” foi um marco e criou outros elementos, novas identidades coletivas, que provocaram rupturas nas lideranças políticas em Presidente Prudente, exatamente pela mudança, mesmo que apenas aparente, dos donos do poder, até então representados pelos coronéis, especialmente pelo coronel Marcondes.<sup>26</sup>

Tanto em Presidente Prudente como no restante do país, o crescimento das atividades urbanas fez surgir novos grupos sociais, notadamente a burguesia comercial e

---

<sup>26</sup> Um fato que propiciou novo descontentamento foi o afastamento, por faltas consecutivas, do vereador Luiz Ferraz de Mesquita e o rompimento dos coronéis Marcondes e Goulart com quatro vereadores: Domingos Leonardo Cerávolo, Jacinto Ferreira da Silva, Antonio Barbosa Sandoval e Francisco dos Santos. Nas rodas do situacionismo afirmou-se que o acontecimento facilitaria o caminho da prefeitura para o coronel Marcondes. Em 1930, com a sucessão para o cargo de prefeito, elegeu-se Pio Benguella (01/01/1930 a 20/08/1930), deixando descontentes os marcondistas, que lhe fizeram oposição. Com a pressão exercida, o prefeito renunciou. Após o mandato de Benguella, foi eleito, por um pequeno tempo, José Francisco dos Santos, do PRP (21/08/1930 a 03/10/1930). Em substituição a este foi eleito Tito Lívio Brasil, do PD (04/10/1930 a 27/04/1931) mas seu mandato foi interrompido pelos conflitos decorrentes da “Revolução de 30”. *A Voz do Povo*, 30/05/1930, nº 212.

industrial e o proletariado, além do fortalecimento de grupos já existentes, como a classe média. É possível entender estes aspectos, num primeiro momento, pela análise econômica, da concentração de capital, proveniente, em maior parte, da cafeicultura, pela existência de infra-estrutura, como a ferrovia e, num segundo momento, pela análise social do mercado consumidor e de mão-de-obra especializada. Estes dois últimos elementos foram reforçados pela chegada de imigrantes europeus, especialmente espanhóis e italianos, de acordo com Leite (1972).

Os grupos urbanos, representados, como citado, pela burguesia comercial e industrial e pelo proletariado, não tinham participação política significativa e passaram a fazer oposição ao governo de base tradicional. Delegados e juízes, por exemplo, passaram a contrapor-se aos coronéis, pois já não necessitavam de acordos e de trocas de favores para permanecerem em seus cargos. Aos poucos, os cargos deixaram de ser ocupados por pessoas que eram indicadas, passando a ser ocupados mediante concursos públicos.

O declínio das oligarquias se deu, então, em virtude das transformações nas bases social e econômica, mais precisamente pela *“decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder (...) tendência à ampliação institucional das bases sociais do Estado (...) e a capacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado”* (Weffort, 1978, p. 63), apesar da quase permanência da estrutura política, reflexo destas.

Foi a partir da cooptação aparente entre diferentes formas de governar que veio à bancarrota o sistema oligárquico. Aparente no sentido de que, na verdade, cada uma buscava interesses determinados, apesar de, naquele momento, a associação ser o principal meio para que seus objetivos fossem alcançados. Com as transformações ocorridas no país, novas alianças surgiram e velhas se desfizeram.

Os coronéis mantiveram disputas internas pelo poder, delimitadas num território, num espaço demarcado por um “*campo de batalhas*” (...) “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”: “*quem domina ou influencia e como domina ou influencia quem nesse espaço e como?*” (Souza, 1995, p. 78-9). Este “*campo de batalhas*” configurou-se, também, na produção do espaço urbano pelos coronéis, no sentido de que os dois lotearam de forma diferenciada áreas também diferenciadas da cidade e produziram espaços com características distintas. Apesar de, territorialmente, influenciarem de formas divergentes o espaço, ideologicamente, a busca pela dominação fazia-se como um todo, numa disputa “móvel” do poder.

A vida política do município, na década de 1920, girou ao redor dos chefes locais Goulart e Marcondes. Estes eram respaldados pelo governo do Estado de São Paulo, que lhes valorizava o poder enquanto fonte que imprimia a capacidade de acumulação de votos. A junção desses dois elementos (local e estadual) garantia a centralização do poder.

O declínio da posição de chefes locais dos coronéis Marcondes e Goulart ocorreu principalmente pelo apoio que os chefes estaduais deixaram de dispensar aos mesmos. No caso do primeiro coronel, as dificuldades econômicas, a decadência do PRP e as suspeitas de fraudes levantadas quando da sua administração municipal (Câmara Municipal), nos anos 20, foram cruciais. O segundo coronel abandonou a política em meados dos anos 30, mas garantiu a sua sucessão através de um representante das novas lideranças, o médico político Leonardo Cerávolo.

Os aspectos do coronelismo, como o compromisso político, característico dos anos 20, permaneceram pelos anos 30 e 40. Pode-se afirmar, então, que o que se transformou nas relações da política local, nos anos citados, aparentemente, foram às lideranças mas não as formas de liderar. Na verdade, como em sua maioria eram

remanescentes do PRP, os novos atores eram afilhados políticos dos coronéis. As manobras para ganhar o eleitorado, por exemplo, permaneceram as mesmas, salvo raras exceções.

Com a constatação apontada é possível dizer que estas lideranças no final da década de 1940 e início dos anos 50, constituíram-se em força política que se confrontava com os interesses da oligarquia rural. Ao se transformar o cenário político da época, os ideais também se transformaram, sendo o oposto também verdadeiro. O discurso era o de mudar, democratizar, modernizar o Brasil.

Com a crise econômica de 1929 e com a “Revolução de 30”, elementos que sustentavam a consonância de poderes local e estadual demonstraram não ser tão eficazes como no início daquela década. Iniciava-se, no plano real-concreto, a campanha liberal contra as oligarquias que estavam de posse dos governos dos Estados e da Federação. A onda contra as oligarquias chegou aos municípios. Em Presidente Prudente não se fez diferente.

## ***CAPÍTULO 02***

### ***A ERA VARGAS<sup>27</sup> E O CENÁRIO POLÍTICO EM PRESIDENTE***

#### ***PRUDENTE***

O movimento revolucionário de 1930 e a chegada de Vargas ao comando do poder federal fizeram com que, em Presidente Prudente, as lideranças políticas se modificassem, a princípio como forma de combate à postura coronelista dos chefes políticos. A partir da segunda metade dos anos 30, contudo, os novos líderes locais buscaram legitimidade, mas ainda associados às entranhas do perreplismo. Na segunda metade dos anos 40 o poder das novas lideranças se consolidou, apoiado pelo poder estadual. Os conflitos, agora, ficaram no interior de segmentos. O favorecimento político, a partir das bases tradicionais, no entanto, continuou presente.

A crise do capitalismo, em 1929, cujo epicentro estava nos Estados Unidos, repercutiu surdamente no Brasil, afetando a economia cafeeira. O café, que era o sustentáculo econômico do país, foi deixando de sê-lo. Os preços do produto despencaram e os subsídios que eram oferecidos pelo governo federal não ocorreram, em razão, a princípio, do controle dos mecanismos de defesa do café terem sido passados, desde 1924, para o Instituto do Café de São Paulo.

A atitude de Washington Luís, recusando-se a intervir em prol da lavoura cafeeira, negando a concessão de créditos e a prorrogação do pagamento das dívidas dos cafeicultores, causou decepção nos meios financeiros, sobretudo de São Paulo,

---

<sup>27</sup> Deve-se esclarecer que a preocupação em estudar os acontecimentos que marcaram o final da década de 1920, desde a “Revolução de 30”, passando pela denominada Era Vargas e chegando ao início dos anos 50, consubstancia-se na possibilidade de resgatar as implicações que cada um deles teve nos direcionamentos das relações políticas e ideológicas em Presidente Prudente. Se, em algum momento, se legitimou o discurso formalizador destes acontecimentos, foi na tentativa de desvendar suas práticas no âmbito local.

empobrecendo o comércio do café e de outras mercadorias que circulavam a partir do lucro com este (A Voz do Povo, 18/06/1930, nº 217). Segundo o jornal A Voz do Povo de 26/06/1930, nº 218, a crise era latente, mas passível de solução, desde que houvesse uma política de âmbito nacional, envolvendo os governos federal e estaduais.

A superprodução no país e no exterior foi a principal causadora da crise interna da cafeicultura, mas a questão da qualidade do café produzido também foi um fator relevante. A qualidade do café não era levada em consideração pelos produtores brasileiros, importando mais a quantidade, o que não ocorreu com a Colômbia (A Voz do Povo, 15/11/1929, nº 193), por exemplo, que investiu em qualidade, e seu produto ganhou mercado em outros países.

A crise externa de 1929 não abalou apenas o setor econômico. Ela foi uma das responsáveis, segundo Mendes Jr. (1991), pela acentuação da crise política interna. Outros elementos associados impulsionaram o desencadeamento desta última, como o esgotamento da política oligárquica. Com a recusa de apoio a setores da economia cafeeira, Washington Luiz perdeu o respaldo político.

No final da década de 1920, ao indicar um candidato paulista (Júlio Prestes) para a presidência da República, contrariou o acordo vigente pela política do “café com leite”, que indicaria um candidato mineiro. Descontentes, os mineiros formaram a Aliança Liberal, juntamente com os gaúchos e os paraibanos, em oposição à candidatura de Júlio Prestes. Getúlio Vargas foi candidato à presidência, e a vice-presidência ficou com João Pessoa. Para o fortalecimento da oposição, buscaram atrair os votos dos não francamente antagônicos, mas descontentes com o regime oligárquico, mesmo fazendo parte deles os decadentes cafeicultores paulistas, os adeptos ao PD.

Estava oficialmente lançada a candidatura de Getúlio Vargas. Era a primeira presidência constitucional da chamada República Nova, com certa organização

partidária e ramificações em algumas partes do país. (A Voz do Povo, 04/06/1933, n° 313)

*O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não-associadas ao núcleo cafeeiro (paulista) e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional geral, e não apenas o café; (...) medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e a aplicação da lei de férias. (Fausto, 1972, p. 319)*

Estas prioridades no programa de governo atraíram, ainda, o eleitorado urbano e parte dos tenentes, apesar de Luís Carlos Prestes, principal membro do movimento tenentista de 1924, ter sido declaradamente contra a candidatura de Vargas. Não obstante o aparato de forças contrárias, Júlio Prestes, candidato da situação, venceu as eleições.

Antes mesmo da posse do candidato eleito, João Pessoa é assassinado, no Estado da Paraíba. Indignados com o acontecido, rearticularam-se, através de reivindicações, a velha e a nova oligarquias, os tenentes e parte da população, em especial a urbana. Este fato desencadeou a “Revolução de 30”, que depôs Washington Luiz e permitiu a posse de Vargas. A união de diferentes grupos, em torno, a priori, de um único objetivo, era um acontecimento novo na política nacional, e se sustentou nas democracias<sup>28</sup> como forma de mudar os costumes políticos existentes no país. (A Voz do Povo, 04/09/1929, n° 184)

A formação da Aliança Liberal foi muito mais que uma simples amostra da decadência da política oligárquica; foi a ação política propulsora da própria “Revolução de 30”.

---

<sup>28</sup> A democracia viveu, neste processo, mas não permitiu a efetiva participação das massas no jogo político.

O trabalho de Decca (1994) é ilustrativo para demonstrar a forma de apresentação dos discursos políticos que instituíram a “Revolução de 30” não apenas como fato, mas a partir da interpretação dos mecanismos de silêncios produzidos em sua autolegitimação. O autor afirma que:

*Pelo fato das classes aparecerem no social através de suas dimensões simbólicas, os conflitos subsumem progressivamente as imagens produzidas por essas classes, até o momento em que se torna possível uma idéia a partir da qual o conjunto do social se identifique. Tal é o movimento de memorização de um processo político que, no final, substantiva-se na fala e no exercício do poder através da idéia de revolução de trinta, ocultando nessa dominação toda a dimensão histórica do conflito de classes. A revolução de trinta pertence, portanto, ao movimento da ideologia, uma vez que tal idéia, resultado da luta de classes, é também o seu ocultamento e a dimensão simbólica mais extensa do exercício de dominação em torno dos anos trinta. (Decca, 1994, p. 74)*

Ao analisá-la, faz-se importante observar sua complexa base social. Getúlio Vargas representava não só as oligarquias cafeeiras dissidentes, mas também setores sociais urbanos, o tenentismo, grandes proprietários rurais de cacau, borracha, algodão, gado e, dentre eles, muitos ainda ligados a grupos oligárquicos tradicionais. A preocupação futura interna ao seu governo era, então, manter coesa a aliança que o havia colocado no poder, posto não mais representar apenas uma única categoria social.

Para isso, fazia-se necessário atender, por exemplo, à classe média em crise, com a inflação impulsionada pelas sucessivas desvalorizações do café e despossuída de representação política. Além disso, este segmento, que almejava retomar espaço na dinâmica econômica e conquistá-lo na esfera política, fazia críticas à fraude eleitoral, defendia o voto secreto e rejeitava o poder dos coronéis. Como conciliar este aspecto a seu favor, se o próprio Vargas era dissidente do esquema que incluía os coronéis? Foi neste contexto que a posse de Vargas, resultado da união de forças políticas antes não

imaginada, fez surgir um novo tipo de Estado no Brasil, o populista. De acordo com Weffort (1978, p. 28), o populismo caracterizou-se pela “*exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contacto direto com os indivíduos reunidos na massa*”.

No Brasil, portanto, o populismo só pode ser entendido como “*expressão política de interesses determinados de classe*” (Weffort, 1978, p. 26). Ainda segundo este autor, o populismo desenvolveu-se em cidades em processo de crescente urbanização, sendo seus personagens a população urbana. Por isso, não deve ser confundido com o coronelismo que, de acordo com Leal (1975, p. 181), “*é uma forma de relação de dominação que atua no reduzido cenário do governo local*”, com as atividades econômicas ainda voltadas quase que exclusivamente para o campo. Em ambos os casos, contudo, houve o personalismo.

Este Estado, diferenciado em alguns aspectos ao que vigia anteriormente, representou “*uma aliança contraditória de classes*” (Abreu, 1996, p. 89). Por assim o ser, nenhum dos segmentos sociais que fizeram a “Revolução de 30” teve condições políticas para impor à sociedade o seu projeto.

*No dia da vitória de Getúlio, todas as instituições políticas da República Velha foram destruídas; sua substituição por outras implicava uma árdua luta de tendências, no quadro de uma ‘crise de hegemonia’ em que nenhum grupo era capaz de imprimir direção e dominação ao corpo social. (Mendes Jr., 1991, p. 95)*

A defesa do setor cafeeiro e o apoio à oligarquia<sup>29</sup> paulista resultavam em ameaças para o governo, especialmente políticas, pois assegurava que este segmento se fortalecesse e retomasse o poder.

---

<sup>29</sup> A oligarquia rural estava representada especialmente pela “*alternância no poder das elites agrárias mineira e paulista*” (Mendes Jr., 1991, p. 78).

*Os primeiros anos do Governo Provisório foram plenos de conflitos políticos, cuja radicalidade e amplitude variaram em uma escala que oscilou do confronto de grupos com pretensões distintas quanto a questões específicas ou mais gerais, até a guerra civil que mobilizou governo e sociedade, durante toda a segunda metade do ano de 1932.* (Gomes, 1997, p. 116)

É com o fortalecimento dos setores urbanos que o Brasil modificou o seu modelo econômico de agrário-exportador, isto é, de produtor de gêneros agrícolas para exportação (e desse setor dependiam os demais) para a indústria, até, posteriormente, com participação do Estado. A industrialização brasileira, vinculada ao processo de urbanização, desenvolveu-se com a substituição de importações e encerrou a década de 1930 como prioridade do governo Vargas, consolidando-se, de acordo com Abreu (1996), com incentivo externo (2ª Guerra Mundial), na década de 1940.

Os confrontos políticos tiveram início com a nomeação de um interventor para o Estado de São Paulo, o tenente pernambucano João Alberto, um dos líderes do movimento tenentista, atitude que não agradou a elite deste Estado. Pressionado, Getúlio o substituiu pelo paulista Pedro de Toledo, ex-embaixador e afastado da vida política, *“razão pela qual Getúlio o nomeou para satisfazer a exigência de São Paulo ser governado por si próprio”*. (Melo, 1998, p. 36)

Foi assim que as transformações, em âmbito nacional e nas oligarquias estaduais, fizeram com que o próprio poder municipal também fosse levado a modificar-se. O poder de governo dos Estados passou para o controle de um dos segmentos responsáveis pela “Revolução de 30”, como uma forma de agradecimento. Tenentes foram nomeados interventores. Segundo Abreu (1972), mesmo o governador de São Paulo não sendo representante dos democráticos e sim dos tenentes, nas prefeituras do Estado os democráticos compunham a maioria, como em Presidente Prudente.

Nesta ocasião (pós “Revolução de 30”), segundo Abreu (1996, p. 115), foi nomeado prefeito do município um dos principais elementos que lutaram, em Presidente Prudente, pela destituição do PRP e do situacionismo por ele imposto. Tito Lívio Brasil, do PD, assumiu a prefeitura, no dia 17 de novembro de 1930 (A Voz do Povo, 07/11/1930, n° 232), nomeado através do coronel João Alberto Lins de Barros, então chefe do governo provisório de São Paulo. Domingos Cerávolo, do PRP, foi deposto. Encerrava-se o ciclo perrepista, no âmbito local, preponderante na década de 1920.

Em janeiro de 1931, todos os prefeitos nomeados que estavam exercendo cargos nos diretórios tiveram que se afastar para se dedicarem, exclusivamente, à administração pública. Tito Lívio Brasil não foi exceção. Como era presidente do diretório do PD local, deixou o posto a fim de exercer o cargo de prefeito municipal (A Voz do Povo, 25/01/1931, n° 241). Deixou o cargo definitivamente depois de seis meses de mandato, resultado do rompimento do interventor João Alberto com o PD.

Apesar de os municípios, com a “Revolução de 30”, não terem mais autonomia administrativa, assegurada até então pela Constituição de 1891, a administração da maioria deles passou a ser mais eficaz, como resultado da necessidade de se prestar contas ao Estado. Como esse tipo de exigência não era feita anteriormente, em razão da liberdade oferecida pelo PRP, os prefeitos não se comprometiam em “declarar”, por exemplo, os gastos efetuados pela máquina pública.

*Pelo Decreto Federal n° 19.398 de 10 de novembro de 1930, foram extintas as câmaras municipais (...) até 1947, exceto no curto período de um ano mediado entre 1936 e 1937. (Abreu,1972, p. 251)*

Em Presidente Prudente, as transformações ocorreram não só na administração, mas também na política, influência direta de novos líderes. Um exemplo

foi o processo apresentado no editorial do jornal A Voz do Povo de 22/02/1931 em seu nº 244, que conclamou a população a apoiar o prefeito numa sindicância para o levantamento das dívidas deixadas pelas administrações goulartitas e marcondistas (A Voz do Povo, 08/03/31, nº 246)<sup>30</sup> A prestação de contas dos gastos com o dinheiro público foi considerada uma ação inédita, pois mostrou as dificuldades em se administrar o dinheiro público, como, por exemplo, a desorganização contábil do poder público municipal e os gastos com as campanhas eleitorais e partidárias.

Apesar da aparente melhoria na administração pública, a atenção dispensada aos municípios, pelo governo estadual, ainda era precária em muitos setores. O governo, segundo declarou o jornal A Voz do Povo (14/07/1930, nº 230), não utilizava critérios para a distribuição de verbas, cedendo-as aos municípios, de acordo com simpatias pessoais.

A indicação de interventores estaduais pelo governo provisório, sempre insatisfatória, tinha como finalidade a coesão entre as instâncias federal e municipal, mediadas pela instância estadual. A indicação era reflexo das relações de compromisso e havia de garantir, primeiramente, o fortalecimento do governo federal e sua política.

A elaboração de uma nova Constituição era o desejo da Frente Única Paulista, união de membros do PD, que rompem com Vargas, em função do escasso espaço a eles oferecido em seu governo e do PRP, aliados do poder.

O movimento despojado pela Frente Única às ações de Vargas para a “Revolução de 1932” tinha como “comissão de frente” a oligarquia cafeeira, desejosa por retomar o poder. A estratégia, agora, era outra. O contexto exigia uma postura

---

<sup>30</sup> Em 1931, quando da estada, na prefeitura, de Tito Lívio Brasil, este, denunciou as denominadas “heranças” do PRP, como o caso da ação de cobrança executiva que Oswaldo Pinto e Alfredo Elias Júnior (ambos eram cerealistas) moveram contra a Câmara Municipal, para resgatar dívidas antigas, referentes a compras realizadas pela prefeitura. O jornal Correio da Sorocabana de 02/06/1931 traz os resultados da sindicância realizada pela Comissão de Sindicância para a averiguação das contas referentes aos governos anteriores a 1930.

modernizadora e liberalizante, e foi proposta pela oligarquia à redemocratização do país.

Mesmo com a “Revolução de 1932” e a conseqüente derrota da oligarquia cafeeira paulista, este grupo não foi ignorado por Vargas. No entanto, o presidente cedeu a algumas das reivindicações, como a regulamentação do voto secreto, o voto feminino, a justiça eleitoral, a garantia da idade mínima de 18 anos para votar, obrigação de destinar verbas para alguns setores sociais, como a educação e a saúde, e a eleição de deputados classistas<sup>31</sup> para a Constituinte. Algumas dessas reivindicações não eram propriamente da elite agrária e urbana, mas de camadas populares, externas às instâncias decisórias do poder no país. No entanto, com o interesse de ter essas camadas a seu favor, a elite passou a fazer reivindicações para fortalecer o poder de dominação ideológica. A promulgação da nova Constituição garantiu, pelo menos teoricamente, essas solicitações. A população viu, na figura de Getúlio Vargas, a oportunidade de conquista de seus direitos, por meio de uma Constituição liberal. (A Voz do Povo, 08/02/1931, n° 243)

Segundo Weffort (1978:75),

*existem três elementos básicos para compreendermos o sentido do comportamento político-popular durante o regime populista: a pressão para ter acesso aos empregos urbanos, que exercem as massas de migrantes, a pressão no sentido de ampliação das possibilidades de consumo (...) e a pressão que se orienta no sentido da participação política dentro dos quadros institucionais.*

---

<sup>31</sup> Segundo Gomes (1997), estes eram eleitos por delegados sindicais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como tentativa de inserir a participação também dos pequenos Estados na comissão da Constituinte.

Apesar desses elementos modernizantes, demonstrando o estágio da luta dos segmentos sociais daquele momento, no qual as camadas populares conseguiram obter direitos antes não alcançados, a Constituição era

*de uma sociedade de proprietários visando ao seu domínio sobre os não-proprietários. Em suma, uma Constituição burguesa liberal que não toca no problema da terra porque é precisamente na posse dela que se baseia o seu domínio.* (Basbaum, 1968, p. 33)

O primeiro momento da chamada Era Vargas caracterizou-se, então, pelo governo (que era para ser) provisório (1930-1934). Como os diversos grupos que estavam no poder com o presidente disputavam o seu exercício, abriam-se caminhos para a intermediação política, através da qual Vargas teve seu prestígio pessoal fortalecido, mantendo coesa, por algum tempo, a aliança formada em 1930.

De acordo com Basbaum (1968), cabe reforçar que isso só foi possível porque Getúlio soube aproximar-se dos setores populares urbanos que estavam em formação (mas com ideais ligeiramente consolidados), garantindo a criação de leis favoráveis a eles, além dos cafeicultores, por ele derrotados na “Revolução de 30”, e dos industriais, beneficiados indiretamente, mas tornaram-se importantes política e economicamente a partir de então. Esboçava-se o populismo, elemento característico da Era Vargas.

No período 1934-1937, a formação de novos partidos políticos no país permitiu que se instalasse, em Presidente Prudente, o pluripartidarismo, como em todo o território nacional. Os partidos eram compostos por descontentes com a facção política da qual faziam parte e por interessados no engajamento na vida pública.

Diretórios foram criados para amparar os membros destes rearranjados partidos que, pela quantidade, muito mais que pela qualidade de programas de atuação

política, dividiram a preferência da população, elevando a disputa do poder local. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) surgiu de ex-simpatizantes do PD; o Partido da Lavoura (PL) foi criado com base nos ex-perrepistas, além da construção de outros partidos, menos expressivos. O novo diretório local do PRP, que buscava se reestruturar da derrota na “Revolução de 30”, ficou composto por heterogêneas ex-facções partidárias<sup>32</sup> e, com isso, só voltou a ter expressão em 1933, com a dissolução da Frente Única Paulista. Em Presidente Prudente, o partido lançou um grupo de candidatos às eleições, todos perrepistas históricos, tendo como maiores concorrentes Miguel Brisola de Oliveira,<sup>33</sup> do Partido Constitucionalista (PC), e Tito Lívio Brasil, do PD.

A eleição de 1936 foi indireta, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, instituída pelo Decreto nº 2484. Nenhum dos partidos citados, no entanto, tinha a maioria da Câmara para eleger o seu respectivo candidato, já que a Câmara Municipal estava composta de vereadores pertencentes ao PC e ao PRP, reorganizados após a derrota da “Revolução de 30”. O PC tinha base coronelista, assegurando-se, ainda, nas oligarquias rurais. Ambos os partidos tinham sido derrotados na “Revolução Constitucionalista de 32”.<sup>34</sup> Miguel Brisola de Oliveira foi escolhido prefeito após a renúncia do prefeito integralista eleito, Bento Fontão Lippel.<sup>35</sup>

Com a vigência, até 1937, da lei através da qual os prefeitos eram indicados pelo governo estadual (menos num período de 14 meses, entre 1935 e 1936), tornou-se

---

<sup>32</sup> O “novo” PRP ficou assim composto: Antônio Barbosa Sandoval, Domingos Leonardo Ceravólo, Eduardo Cotrin, Felício Tarabay, Francisco Botelho e Jacinto Ferreira da Silva, José Foz, Getúlio Pinheiro, Manuel Eugênio, Miguel Brisola de Oliveira e Pedro Furquim, como informou A Voz do Povo de 09/04/1933.

<sup>33</sup> Miguel Brisola de Oliveira presidiu o cargo de 2º Secretário da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente de 1942 a 1944 e de membro do Conselho Consultivo da ACIPP de 1944 a 1946.

<sup>34</sup> O movimento armado de 1932 teve conseqüências não só político-ideológicas em Presidente Prudente. Os líderes locais Leonardo Ceravólo, Tito Lívio Brasil, Miguel Brisola de Oliveira e Felício Tarabay, aliados à Frente Única Paulista, arregimentaram um batalhão de homens e formaram o denominado Batalhão Constitucionalista de Presidente Prudente. Uma discussão a respeito da participação de Felício Tarabay e de outros membros da Associação Comercial na “Revolução de 32” está presente no Capítulo 04: “As representações sociais dos comerciantes enquanto atores em relações de poder locais”.

<sup>35</sup> Bento Fontão Lippel foi prefeito de 05/09/1936 a 23/11/1936.

fundamental para os políticos municipais estar em contato com os órgãos superiores do poder, para que se pudesse garantir mais ou menos tempo nas prefeituras. A situação de tumulto no âmbito nacional refletia-se nas indicações dos interventores estaduais e, conseqüentemente, dos políticos locais.

Neste sentido, também ocorreram outras mudanças na conjuntura dos anos 30. Foi a partir das instâncias político-econômicas que elas se deram. Neles, e mais acentuadamente na década de 1940, as oligarquias rurais deixaram de ter visibilidade política. Isso não significou, contudo, ausência nas funções fundamentais da economia, nem tampouco a superação como base do Estado em âmbito local.

O arranjo político nacional tinha Vargas com possibilidades de permanecer no cargo. Com a colaboração de grupos importantes no cenário nacional, como militares e interventores estaduais, forjou o Plano Cohen.<sup>36</sup> Um golpe de Estado, tendo por base o plano, seria dado como levante comunista. Com apoio ainda da classe média e dos integralistas, Vargas implantou, então, o regime de ditadura no país.

A oposição ao golpe foi mínima por parte da população e também por parte de lideranças políticas. Estas últimas estavam presas a compromissos com o novo regime e não convinha rompê-los. Era o caso dos interventores, que garantiriam suas posições como tal, caso o regime se mantivesse, fortalecendo a prática política do compromisso; neste caso, entre as lideranças estaduais e o governo federal. O início do Estado Novo (1937-1945) teve como primeira medida à anulação da Constituição de

---

<sup>36</sup> Segundo Basbaum (1968: 92), o Plano Cohen surgiu para “*criar um ambiente emocional que permitisse a rápida aceitação do golpe e da nova Constituição, como medida de emergência e de salvação nacional (...) um plano subversivo traçado no exterior, para ‘a implantação do comunismo no Brasil’. Esse plano tenebroso que incluía o assassinato de centenas de figuras da política brasileira, era assinado por um tal de Cohen*”.

1934<sup>37</sup> e de parte das conquistas vigentes na mesma. Para substituí-la, foi criada uma nova Carta, outorgada por Getúlio.

A instituição e a atuação de alguns órgãos foram fundamentais para a manutenção do embrionário sistema. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado para divulgar os atos do governo e controlar os meios de comunicação, através da censura, e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) surgiu para fortalecer o Estado. Além destes órgãos, movimentos cívicos como a Juventude Brasileira e ministérios da Educação, da Saúde e da Guerra abrolharam para enaltecer o “amor à pátria” e manter o regime ditatorial.

Getúlio Vargas criou

*uma legislação trabalhista para as cidades (atendendo assim à pressão das massas urbanas, que manipula, sem molestar os interesses do latifúndio), estabelecerá, através dos órgãos oficiais de propaganda, a ideologia do ‘pai dos pobres’. Enfim legalizará a ‘questão social’, ou seja reconhecerá para as massas o direito de formularem reivindicações.* (Weffort, 1978, p. 51)

O Estado Novo foi responsável pelas condições para que se iniciassem os trabalhos de coordenação e de planejamento econômicos do país, com ênfase no processo de industrialização. A ação do Estado consubstanciou-se no auxílio também a outros setores, como o agroindustrial e garantiu a chamada “modernização conservadora”,<sup>38</sup> O enfraquecimento do papel dos coronéis no âmbito local, foi outro elemento que caracterizou o período.

---

<sup>37</sup> Não há notícias, segundo Abreu (1972), relativas às eleições de 1934.

<sup>38</sup> Kageyama & Silva discorrem sobre o tema e sua intensificação a partir de 1975 como sendo um processo para “financiar, patrocinar e administrar as expectativas e a captura das margens de lucro na agricultura, no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir sua valorização” (KAGEYAMA, A. & SILVA, J. G. da. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: UNICAMP/IE, 1987).

O declínio da ditadura Vargas foi resultado de fatores externos e internos. O panorama internacional da Segunda Guerra foi de sumária importância, em virtude das derrotas nazi-fascistas exporem ao mundo o desejo da democracia, mesmo que ainda não se entendesse com clareza o que ela representava. A posição de Getúlio Vargas, a princípio, foi de indefinição. Pressionado pelos Estados Unidos, havia que se posicionar. O oferecimento<sup>39</sup> de um empréstimo para a construção da Usina de Volta Redonda, pelos americanos, fez com que a decisão do governo brasileiro fosse tomada com maior rapidez. Internamente, a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, foi à entidade que mais pressionou para que Getúlio optasse por colocar o Brasil num posicionamento antifascista.

*Em 1944, aprofundou-se a crise do regime varguista. As pressões da sociedade civil no sentido da redemocratização continuaram aumentando, com manifestações de vários de seus setores mais representativos (...) A perspectiva da queda da ditadura abria espaço político para as tentativas de lançamento de uma candidatura anti-getulista em eleições a serem realizadas em breve. (Mendes Jr., 1991, p. 202)*

Ao final da guerra e com a derrota do fascismo, o desgaste do governo era visível, e o próprio Vargas iniciou o desmonte da ditadura interna, numa estratégia política alavancada pelo processo de redemocratização. A organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo governo federal, foi uma forma de aproximação do operariado urbano, permitindo-se a constituição de sindicatos. O Partido Social Democrático (PSD), constituído a partir da relação dos interventores e suas bases municipais e da burocracia estatal, surgiu como um partido democrático, mas comportou-se como eminentemente oligárquico.

---

<sup>39</sup> Claro que esse fato contou com a astúcia de Getúlio que possivelmente não se uniria aos Estados Unidos sem garantir o recebimento de benefícios.

Sentindo que a situação política do país começava a fugir-lhe ao controle, Vargas “*surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso, no sentido da democracia*”(Carone, 1976, p. 319). A Lei Constitucional nº 09 (Ato Adicional à Constituição de 1937), fixou um prazo de 90 dias para a realização de eleições aos cargos de presidente da República, governadores de Estado, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas Estaduais. Vargas, com idéias práticas, como a convocação da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, conseguiu compelir a população a apoiá-lo, numa manobra para permanecer no poder. Foi assim que um dos melhores exemplos do populismo varguista entrou em cena, o “queremismo”.

*“Nós queremos Getúlio e ‘Constituinte com Getúlio’. Esse movimento tinha sua base nas massas populares ligadas ao trabalhismo e contou com o apoio dos comunistas”* (Mendes Jr., 1991, p. 208). O movimento só não teve o apoio da União Democrática Nacional (UDN), mas fortaleceu-se com os demais partidos. Nesta conjuração de idéias, Vargas surgiria como grande defensor do sistema democrático.

*Agredido pelos opositoristas, impossibilitado de manobrar com um dos sustentáculos do Estado Novo, ou seja, as Forças Armadas, comprometido com os pessedistas, que pretendiam continuar no poder na democratização mas sem o ditador, Getúlio, isolado, não teve outra alternativa senão caminhar no sentido das massas populares e ainda aliar-se ao Partido Comunista.* (Mendes Jr., 1991, p. 208)

Em 1945, então, ressurgiu o sistema partidário, através do Decreto Lei nº 7.586 aprovado por Getúlio. O decreto regulamentava o alistamento eleitoral e as eleições diretas. As estratégias de aproximação das camadas populares e a política nacionalista não foram suficientes para evitar a saída de Vargas do poder, num golpe articulado pelos segmentos dominantes que se voltaram contra o seu governo.

A saída de Getúlio Vargas não encerrou o calendário que se havia posto. Dentre os partidos políticos formados a partir de então, além do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da UDN, os mais expressivos, que tinham como base à oligarquia rural, eram o PSD e o PTB. O PSD fez de Cerávolo seu maior representante em Presidente Prudente.

Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente, amparado pelo PSD, pelo PTB e por Getúlio Vargas, sendo obrigado, através da sustentação oferecida pela base oligárquica, a implantar um programa de governo voltado para o crescimento econômico, mas tímido quanto às realizações sociais. Segundo Mendes Jr. (1991), se no plano político<sup>40</sup> prevaleceu o conservadorismo, no plano econômico-social, o crescimento do movimento operário-sindical assustou os liberais, que em seus projetos não incluíam a camada popular.

A presença, no cenário nacional dos novos partidos, voltados a atender às reivindicações de segmentos hegemônicos, mas ideologicamente defensores de reivindicações gerais da sociedade, insinuaram, apesar da agitação popular, um governo tradicionalista. Na verdade, eram as forças agrárias reafirmando-se no poder, indiferentes ao processo democrático.

Mesmo assim, o crescimento das cidades brasileiras atrelado ao processo de industrialização e ao fortalecimento do proletariado como segmento trabalhador urbano deu condições, segundo Weffort (1978), para incorporação de grupos populares ao contingente político, pela adoção do voto secreto, sua pretensa garantia de expressão.<sup>41</sup>

A agitação e a efervescência políticas, no entanto, não significaram *“participação política ativa (...) que implica uma consciência comum dos interesses de*

---

<sup>40</sup> O plano político não exclui o plano econômico-social, sendo o contrário também verdadeiro.

<sup>41</sup> Segundo Weffort (1978), não se deve confundir corpo eleitoral com povo. Os eleitores eram pessoas maiores de 18 anos e alfabetizadas. Com isso, podia-se excluir uma considerável parcela do povo.

*classe e na capacidade de auto-representação política, caberia concluir que todas as classes sociais brasileiras foram politicamente passivas nos decênios posteriores à revolução de 1930”* (Weffort, 1978, p. 71). Dentro dessa perspectiva, o governo Dutra foi marcado por relativa tranquilidade política.

A promulgação da Constituição em 1946, com princípios federativos da carta de 1891 e liberais da carta de 1934, avançou em sua estrutura conservadora, por abarcar direitos há tempos esperados pelos brasileiros. A Constituição permitia aos Estados a criação de órgãos especiais, com o objetivo de “assistência” aos municípios. A autonomia destes órgãos foi garantida, no entanto, restringindo-se à composição do governo municipal, ou seja, à sua eletividade, tendo o prefeito que ser administrador e chefe político.

De acordo com Basbaum (1968), de política econômica liberalista em início de mandato, Dutra modificou suas diretrizes, incorporando um ainda tímido, mas eficiente, intervencionismo econômico. Contribuíram fatos como a valorização do café, em 1948, que ofereceu um saldo favorável na balança comercial. O crescimento industrial, voltado para o mercado interno e o controle do câmbio, permitiu estimular a economia, que apresentou um crescimento acentuado, agradando a estratégia governamental.

A partir de 1950, teve início a campanha eleitoral para a sucessão de Dutra. Vargas surgiu pelo PTB, aproximando-se de setores ligados ao PSD. Obteve, ainda, o apoio importante de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo, com o compromisso de que Vargas o apoiaria ao cargo de presidente, nas eleições de 1955.

Dois correntes políticas se apresentaram no cenário nacional, como referência a possíveis mudanças na estrutura político-econômico-social. O liberalismo, representado pela UDN, tinha como meta de governo a aceitação da abertura da

economia ao capital estrangeiro, fato que considerava importante para a estabilidade do país; e o nacionalismo, fruto de projetos do PTB, que rejeitava a abertura da economia ao exterior, pregando o desenvolvimento autônomo, com participação do Estado no combate às desigualdades sociais. A posse de Vargas, em 1951, significou a ascensão de um presidente comprometido com o nacionalismo.

Em São Paulo, Adhemar de Barros empenhou-se ao atendimento social e, em Presidente Prudente, a vitória de Vargas demonstrou a força do Partido Social Progressista (PSP)<sup>42</sup> local e de seus líderes, com as eleições de Pedro Furquim<sup>43</sup> para prefeito, e de Felício Tarabay para deputado estadual. Foi neste sentido que, tanto no coronelismo como no populismo, a política do favor caracterizou o poder local, reforçada pelo poder simbólico, a fim de legitimar-se.

A legitimação das ações políticas delimitou a gênese da produção do espaço urbano de Presidente Prudente, configurando sua forma e os locais onde o espaço seria produzido mais intensamente, em decorrência de interesses específicos de segmentos dominantes.

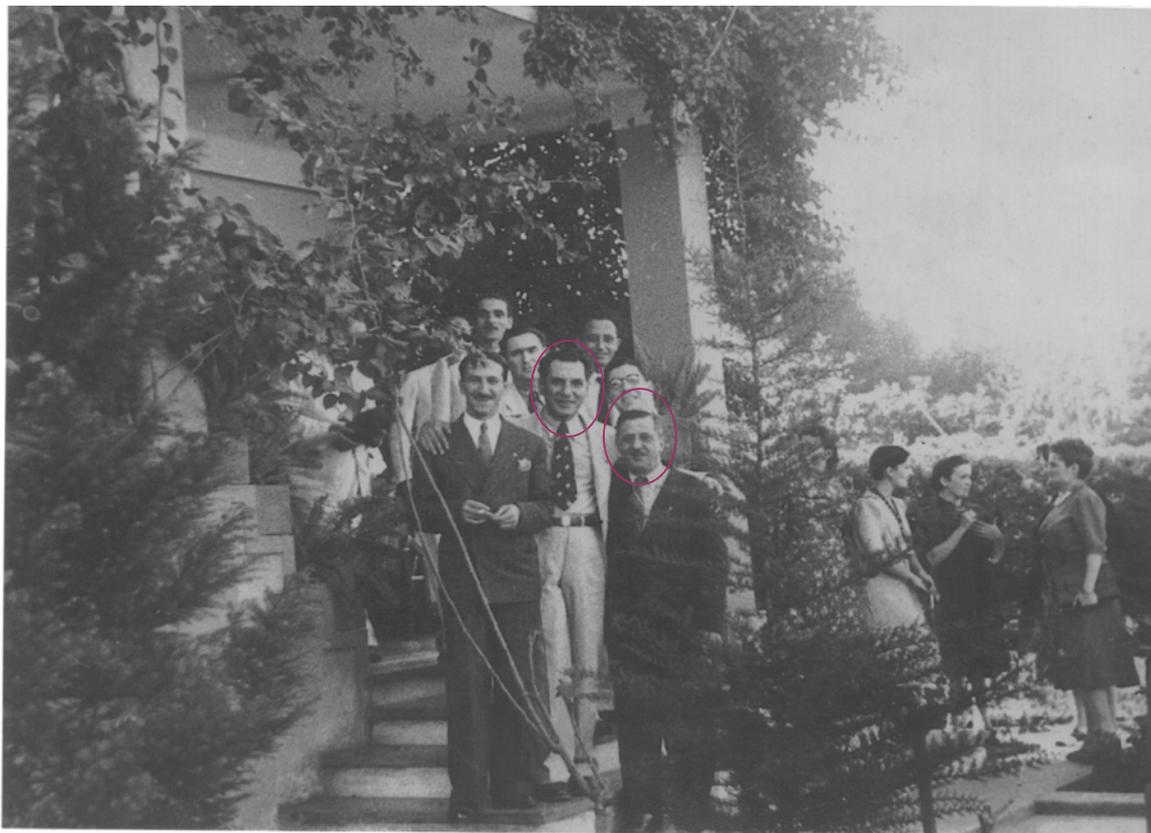
Pensando a partir desses segmentos, dentre eles os comerciantes, os investimentos do poder público se limitaram a atender a área central da cidade, local em que as novas lideranças desenvolviam suas atividades .

---

<sup>42</sup> Esse partido foi fundado por Adhemar de Barros em 1945, como resultado do Partido Republicano Progressista (PRP), do Partido Agrário Nacional (PAN) e do Partido Popular Sindicalista (PPS). Correio da Sorocabana, 18/07/1946, n° 49.

<sup>43</sup> Pedro Furquim era engenheiro, fazendeiro e proprietário do 2° Cartório de Ofícios de Presidente Prudente. Foi prefeito de 01/01/1948 a 31/12/1951. (Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33)

***FELÍCIO TARABAY (EM DESTAQUE A ESQUERDA) E ADHEMAR DE BARROS  
(EM DESTAQUE A DIREITA) EM PRESIDENTE PRUDENTE - DÉCADA DE 1940***



Fonte: Museu Histórico Municipal

## ***Parte II***

***Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei  
Transformai as velhas formas do viver.***

*Gilberto Gil*

## ***CAPÍTULO 03***

### ***A ATIVIDADE COMERCIAL, O PODER LOCAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE***

Para este capítulo, priorizou-se as realizações do poder público, quando este esteve sob o controle de membros da Associação Comercial e Industrial, tendo como enfoque o processo de produção do espaço urbano. As formas produzidas naquele momento (décadas de 1920, 1930 e 1940) estão impressas na cidade como resultado desse processo, condicionando a produção do espaço da atualidade, ainda que com funções diferentes daquelas para as quais surgiram.

A cidade é produzida, então, como lugar de encontros e de desencontros, de construção e de desconstrução, de sincronias e de diacronias, da base concreta que dá suporte ao vivido. É *“expressão do processo de urbanização, decorrência dos papéis urbanos desempenhados no decorrer do tempo histórico, e condição para as práticas sociais, de diferentes naturezas, que se realizam através do cotidiano urbano”*. (Sposito 1999, p. 13)

O que define, conserva e transmite o caráter de uma cidade é, assim, o impulso, a pressão ou apenas a resistência que cada um, em sua esfera particular, opõe à destruição de certos fatos que têm para ele valor, e alguns, de comum acordo, à destruição de determinados fatos cujo valor é consenso de, pelo menos, parte da sociedade.

*É com isso que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas. (...) Entender como esses processos se entrecruzam sincrônica e diacronicamente num determinado lugar é portanto o primeiro passo para a recuperação da memória da cidades.* (Abreu, 1998, p. 19)

É neste sentido que o viver na cidade traz à tona o além pedra, concreto e madeira; traz o espaço urbano constituído, permitindo que o aparecer social aconteça. É aí o lugar em que os costumes, os valores e as realizações dos sujeitos se configuram mais efetivamente. A cidade, de acordo com Lefebvre (1999, p. 111)

*atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças.*

E se a cidade é resultado da produção, essa produção pressupõe a produção do espaço, porque “*não há produção que não seja do espaço*” (Santos, 1994, p. 88). E a produção do espaço pressupõe sujeitos, aqui o comerciante, através de sua atividade e como ator das relações de poder locais.

Ao se priorizar como objeto de pesquisa os atores que estiveram no poder, não somente no sentido de exercer um cargo público ou de liderança política, mas de influenciarem de forma direta ou indireta as decisões locais então tomadas, pelo poderio econômico ou simbólico, é possível entender a produção do espaço como um aspecto mediador da conquista ou da preservação do poder, inclusive no imaginário social.

Quando se fala em produção do espaço, faz-se necessário pensar nas transformações que são levadas a cabo por meio do homem enquanto produtor de idéias. Produzir o espaço significa a ação de determinados agentes, para suprir necessidades de relações de produção específicas, tendo como elemento de respaldo ou de impedimento alguns aportes legais, estabelecidos a partir de posturas burocrático-administrativas de Estado.

Tomando como referencial Lefebvre (1999)<sup>44</sup>, o sentido do termo produção tem como suporte o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Assim, para o autor (1999), há produção não só de mercadorias, mas de valores, de ideologias e de ilusões dos sujeitos sociais que conduzem a história. A produção implica e compreende

*a produção das idéias, das representações, da linguagem. Intimamente misturada “a atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real”. Os homens produzem as representações, as idéias, mas são “os homens reais, ativos”. (Lefebvre, 1999, p. 44)*

Configura-se como produção social, sendo capaz de explicar a realidade através de duas acepções:

*A acepção ampla, herdada da filosofia significa criação e se aplica à arte, à ciência, às instituições, ao próprio Estado, assim como às atividades geralmente designadas “práticas” (e a) acepção estrita, precisa, embora reduzida e redutora (...) mas modificada pela contribuição de uma concepção global, a história. (Lefebvre, 1999, p. 46)*

Na produção em sentido estrito “há a produção de bens, de alimentação, de vestuário, de habitação, de coisas (Lefebvre, 1999, p. 46). É a produção econômica do espaço, fundamentada num processo de apropriação desigual do uso do solo determinada “pelo valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica do acesso” (Carlos, 1994, p. 41), conduzindo à redistribuição do uso de áreas já ocupadas, com o deslocamento de atividades e pessoas, ou à incorporação de novas áreas que importam diferenciada valorização do espaço.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Lefebvre trabalha com o termo produção na obra de Marx e Engels. Aponta que só há a possibilidade de entendimento do termo em sentido duplo, ou seja, a partir da historicidade e da práxis.

<sup>45</sup> Na verdade, no período aqui delimitado, acredita-se que, dentro da perspectiva de Abreu (1998) de trabalhar o passado com referenciais do próprio passado, apenas a incorporação de novas áreas ao espaço urbano e o processo de alocação diferenciado de infra-estrutura tiveram importância, não sendo considerável, por exemplo, o processo de deterioração de áreas, “a densificação do uso do solo e a mudança do conteúdo social e econômico de certas áreas da cidade” (Corrêa, 1995, p. 11).

Para Corrêa (1995), os agentes produtores do espaço estão delimitados a partir das esferas privada e pública e apresenta como principais agentes da produção e do consumo do espaço, no interior dessas esferas, os proprietários dos meios de produção,<sup>46</sup> os proprietários fundiários, os promotores imobiliários,<sup>47</sup> o Estado e os grupos excluídos,<sup>48</sup> sendo que um mesmo agente pode atuar em mais de uma esfera e até mesmo complementar-se com ela. Ainda segundo este autor (1995), os três primeiros agentes possuem interesses muitas vezes conflituosos, mas se diferenciam dos dois últimos, por usufruírem uma renda da terra<sup>49</sup> urbana como suporte físico e expressão de requisitos locacionais específicos às suas atividades.

A esfera pública (federal, estadual e municipal), representada pelo papel do Estado, neste caso, no âmbito municipal, e pelos cartórios de registro de imóveis, também exerce papel importante no contexto da produção territorial da cidade, intensificando a sua forma de organização. É esta esfera que vai legitimar, ainda, as ações da esfera privada, realizando empreendimentos e aplicando a tributação, além de tomar decisões quanto à localização dos investimentos, como também prestar e conceder os serviços públicos.

Os aspectos elencados sofreram a influência da esfera privada, no período delimitado, ambos se confundindo. É o privado personificado pelas ações do poder público prevalecente na formação do Estado brasileiro. (Martins, 1994, p. 21)

No estudo de Harvey (1980), reforçando aqui os apontamentos de Corrêa

---

<sup>46</sup> Corrêa (1995, p. 13) considera como proprietários dos meios de produção os grandes industriais e as grandes empresas comerciais, pela dimensão de suas atividades.

<sup>47</sup> Compreende-se por promotores imobiliários, de acordo com Corrêa (1995, p. 19-20), os agentes que realizam a incorporação (transformam o capital-dinheiro em mercadoria, em imóvel), o financiamento, o estudo técnico (viabilidade técnica da obra), construção do imóvel e sua comercialização.

<sup>48</sup> No contexto delimitado, parcela da população que não pode pagar para ter acesso à habitação (Corrêa, 1995, p. 29).

(1995), os agentes são responsáveis pela especulação e valorização do solo urbano, visto que na economia capitalista, o solo e suas benfeitorias são mercadorias. A valorização se dá pela transformação das áreas rurais em áreas urbanas, o que ocorre através do loteamento de novos bairros, com áreas industriais, de serviços, de lazer e de moradia, além de áreas propícias somente à especulação, dotadas ou não de infra-estrutura e de novos equipamentos. É por isso que Singer (1988) afirma que as transformações no preço do solo geradas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm a possibilidade de antecipar os lugares em que os serviços urbanos serão expandidos, muitas vezes influenciando nas decisões do poder público quanto às áreas a serem beneficiadas.

Ao trabalhar com esses elementos, Corrêa (1995) diz que eles passam por mudanças no tempo e no espaço. Importa aqui o quanto os segmentos dominantes elencados foram capazes de produzir o espaço urbano de Presidente Prudente, seja em ações particulares, seja em ações voltadas aos interesses particulares, mas utilizando-se de bens e equipamentos públicos.

Os agentes produtores do espaço urbano, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, em Presidente Prudente, foram, especialmente, os proprietários fundiários e o poder público, representado pelo poder estadual (geralmente ditador das regras para produção, já que seu financiador) em consonância com o poder local (fragilizado pela inoperante receita e pela prioridade em atender interesses particulares determinados). Os primeiros vão se caracterizar pelo predomínio da relação do valor de troca sobre o valor de uso<sup>50</sup>, como no caso do coronel Marcondes e sua companhia de colonização. Os

---

<sup>50</sup> Lefebvre (1999, p. 135) demonstra que a relação entre as coisas, os objetos, é dupla e alude valor de uso e valor de troca. “*O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com outras coisas, com todos os objetos e com todas as*

segundos vão direcionar, de acordo com alguns critérios, as verbas do município em obras de infra-estrutura básica e equipamentos, a priori, para o uso coletivo.

Neste sentido, buscou-se nesses agentes entender como e porque se deu a produção do espaço urbano de Presidente Prudente, a partir de 1920, predominantemente na área compreendida pelas quatro principais avenidas da cidade: Avenida do Estado (atual Avenida Brasil), Avenida Antonio Prado (atual Washington Luís), Avenida Goulart e Avenida Marcondes.<sup>51</sup> O recorte territorial justifica-se pelo fato de ter, esta área, concentrado infra-estrutura urbana e equipamentos coletivos, bem como estabelecimentos comerciais e de serviços, que deram aporte às camadas urbanas e aos sucessivos contingentes populacionais que se estabeleciam nas áreas rurais.

Delimitaram-se, a partir das informações compiladas, três momentos de produção do espaço urbano da cidade, a partir de ações e estratégias pautadas por situações contextuais distintas e por elementos legitimadores ou não da dinâmica política e econômica nas escalas estadual e nacional e suas conseqüências no âmbito local, produzindo mudanças *dos e nos* atores sociais.<sup>52</sup>

Atentando para esses aspectos, a quais interesses a produção do espaço urbano de Presidente Prudente respondia no recorte temporal demarcado? Na primeira etapa da produção do espaço urbano prudentino (até mais aproximadamente 1930), o

---

<sup>51</sup> É importante destacar que, a partir do momento em que uma obra é produzida e passa a ser de domínio público, está passível a refutações decorrentes de novas pesquisas e descobertas. Com isso, registra-se aqui, com referência ao trabalho de Dióres Santos Abreu (ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972), na página 311, a inexistência da rua Joaquim Nabuco, no croqui do “Plano de Calçamento das Primeiras Ruas da Cidade – 1933”. Ao apresentar o quadrilátero central, inicia-o com a Avenida Brasil e termina-o com a rua Siqueira Campos, quando deveria terminá-lo com a rua Joaquim Nabuco. É como se a Praça 9 de Julho (que o autor cita como Praça 5 de Julho, mas nenhuma das informações levantadas permitiu saber se o nome da praça foi modificado) estivesse localizada entre a Avenida Cel. Marcondes e a rua Siqueira Campos, suprimindo um quarteirão inteiro. Outro equívoco, ainda no mesmo croqui, refere-se à esplanada da Estação Ferroviária que o autor apresenta como se estivesse defronte à rua Dr. Gurgel. Na verdade, encontra-se defronte à Avenida Conselheiro Antonio Prado (atual Avenida Washington Luís).

<sup>52</sup> Entende-se como atores sociais os grupos ou indivíduos responsáveis pela produção dos movimentos sociais e aqueles diretamente envolvidos pela busca de interesses comuns a um grupo, como as instituições, a igreja, as associações e o Estado. (Machado, 1995)

interesse maior dos agentes era a venda de terras rurais. A venda de lotes urbanos era só um atrativo, mesmo porque os espaços urbano e rural ainda se confundiam. O crescimento populacional, no entanto, foi favorecendo o desenvolvimento de um núcleo urbano que passou a ter também suas terras concorridas para a venda. A cidade surgiu, então, como necessidade de propor atrativos para que um contingente cada vez maior de pessoas comprasse lotes rurais e se fixasse na região da Alta Sorocabana.<sup>53</sup>

A Vila Goulart constituiu-se no primeiro núcleo e foi loteada pelo coronel Goulart, oficialmente não prostrado de interesses empresariais, apenas o de “abrir” o núcleo urbano para dar subsídio à população que se adensava. Se o núcleo urbano surgiu para sustentar a venda de terras, respondia, com isso, aos interesses dos proprietários fundiários, representados pelos dois coronéis que ditavam as regras também na produção espacial da cidade. Isso foi possível porque os coronéis e seus representantes na prefeitura municipal elegiam como prioritário a destinação de verbas municipais ou estaduais, no sentido de equipar a cidade para que os novos segmentos sociais, oriundos dos fluxos migratórios para o interior do Estado, se sentissem atraídos e comprassem suas terras rurais e também urbanas. *“Para os coronéis, o núcleo urbano, dotado de equipamento comercial, industrial e de serviços, preencheria a finalidade para qual fora fundado: dar suporte ao comércio de terras e à exploração agropastoril da zona rural”* (Abreu, 1996, p. 38).

O empresário Marcondes, no entanto, tinha por objetivo explícito colonizar a região. Para ele, não interessava diretamente a produção de um espaço urbano configurado em benfeitorias para usufruto, até porque residia na capital do Estado, não

---

<sup>53</sup> A região da Alta Sorocabana é parte constituinte da região denominada de Sertão do Paranapanema. Esta abrangia a bacia do Rio Paranapanema, desde Sorocaba e Botucatu até o Rio Paraná. O seu primeiro desbravador foi o mineiro José Teodoro de Souza, nos meados do século XIX. A Lei de Terras de 1850, garantiu-lhe a posse definitiva de grande quantidade de terras, ocorrida de forma *“mansa e pacífica e já com início de cultura”* (Abreu, 1972, p. 18), como determinava a referida lei. Outros mineiros foram atraídos à região por José Teodoro, iniciando aí o processo definitivo de colonização. Atualmente é

participando diretamente da vida prudentina; apenas de se beneficiar com a valorização das terras incorporadas ao urbano a partir da fundação da Vila Marcondes, mesmo porque esta área era topograficamente inferior àquela de seu concorrente. Esse processo foi se arrastando até por volta dos anos 30.

A partir daí, foi delimitada uma segunda etapa do processo de produção do espaço urbano de Presidente Prudente. Ele se configurou após as transformações políticas decorrentes da crise de 1929 e da “Revolução de 30”, quando os interesses prevalentemente ditados pela ação dos coronéis entraram em conflito com os interesses das novas lideranças políticas e econômicas, partícipes de segmentos urbanos que buscavam visibilidade além função social exercida. Este é um momento de transição, no qual há pressão, por parte destes segmentos, em direcionar as políticas para a produção do espaço urbano e atender, como os coronéis, a seus próprios interesses, quais sejam, os de imprimir melhorias à área central onde estavam localizadas suas atividades econômicas. Apesar de, no âmbito do poder político, alcançarem conquistas (Felício Tarabay em 1933, por exemplo), elas não foram capazes de atribuir-lhes poder suficiente para imprimir transformações consubstanciais à vida prudentina e à produção desse espaço, pautando-se ainda no poder econômico.

Estas novas lideranças (médicos e engenheiros, pequenos comerciantes e industriais) tinham por objetivo o acesso mais efetivo à esfera do poder público para viabilizar a produção do espaço com equipamentos urbanos (infra-estrutura básica e equipamentos coletivos) na área central da cidade, a fim de que suas atividades ali localizadas fossem valorizadas.

A partir da promulgação da Lei Orgânica dos Municípios<sup>54</sup> de 1935, as verbas estaduais e os impostos municipais, mesmo em valores quase inexpressivos, passaram a ser mais bem geridos. Era a atuação dessas lideranças pressionada pelo Estado. Alguns deles ocuparam cargos públicos por períodos consideráveis, como Domingos Lonardo Cerávolo, tendo influência na destinação de verbas. Outros ocuparam o poder público por pouco tempo, mesmo assim contribuíram para que fosse valorizada à área central da cidade, como Felício Tarabay, local por excelência, como já apontado, do desenvolvimento das atividades econômicas desses segmentos, numa terceira etapa da produção do espaço urbano de Presidente Prudente.

Para os comerciantes, para os profissionais liberais e para aqueles que moravam no centro da cidade ou que possuíam ali seus lotes, a cidade deveria ser produzida para crescer valor a seus bens. Para os comerciantes em especial, a cidade deveria ser produzida de tal maneira que facilitasse o fluxo das pessoas não só à área central (inclusive a chegada de seus empregados) mas *na* área central, de forma que esta chamasse a atenção, fosse pela necessidade de consumo ou pela presença da praça ou do bosque. Com isso, seria facilitada a apropriação da mais-valia, realizada pela comercialização de seus produtos.

Até mesmo os equipamentos de trabalho, como os tratores, adquiridos pela prefeitura e os funcionários, tinham papel diferenciado nas formas de produzir o espaço urbano. Na primeira etapa, eles deveriam abrir estradas, facilitar os loteamentos rurais e o núcleo urbano. Na segunda etapa, o trabalho era para despertar a vida no núcleo, tornando-o sedutor, no sentido de fixar o trabalhador recém chegado ao campo. A

---

<sup>54</sup> Pelo Decreto nº 19.398 de novembro de 1930 foram extintas as câmaras municipais, e os prefeitos passaram a ser nomeados até 1947 (Abreu, 1972, p. 250). O Decreto nº 4.790, de dezembro de 1930, criou o Departamento de Organização Municipal, transformado em Departamento de Administração Municipal pelo Decreto nº 4.918, de 1931. Em dezembro de 1935, foi promulgada a Lei Orgânica dos Municípios, pelo Decreto nº 2.284 que, em seu interior constava do artigo 48, o qual forçava os municípios a prestarem contas ao Estado, semestralmente. Os Decretos e a Lei foram os olhos e os

terceira etapa tinha como objetivo o oferecimento de serviços que justificasse a valorização da área central, como o calçamento, o asfaltamento, o sarjetamento, a arborização, jardins, praças, incorporando valor aos imóveis.

Claro que muitos dos interessados em valorizar o centro da cidade, dentre eles os comerciantes, eram também donos de terras rurais e, por isso, nem sempre houve conflitos de interesses. Muitas vezes as disputas de poder se transformaram em alianças, com a conjunção de interesses dos coronéis e dos interesses das novas lideranças, mesmo os primeiros já em decadência política e econômica. Eram interesses de proprietários de terras rurais, de proprietários de lotes urbanos e de comerciantes ou prestadores de serviços<sup>55</sup>, justificando-se o empenho pelos investimentos no centro da cidade. Interesses, portanto, mais amplos que os dos coronéis e os dos comerciantes, isoladamente.

Assim, a presença de diligências econômicas e políticas determinadas para a produção do espaço urbano prudentino é reflexo da disputa de poder das lideranças locais. O caminho para se beneficiar desse processo, passava, efetivamente, pelo poder público, na ocupação de um cargo ou mantendo nele seus representantes.

A hegemonia política dos coronéis sofreu abalos com as transformações econômicas e sociais dos anos 30, desafiando sua base de sustentação e exigindo novas formas de acomodação dos interesses e das articulações políticas. A gradativa concentração das pessoas na cidade, abrindo-se, portanto, possibilidades de maior consciência política, desloca as bases do poder do meio rural para o meio urbano,<sup>56</sup> dos coronéis para as novas lideranças.

---

ouvidos da administração estadual no período.

<sup>55</sup> São exemplos: Luiz Ferraz de Mesquita, Pedro Furquim, Augusto de Jesus e Domingos Leonardo Cerávolo.

<sup>56</sup> Não foi possível a obtenção exata de dados que nos permitissem a elaboração de uma tabela demonstrando a diferença no número de pessoas localizadas na zona rural e na zona urbana no recorte temporal proposto. O que obtemos delimitou-se as décadas de 1940 e 1950, nas quais a população rural

Em termos econômicos, apesar do caráter agrícola, o significativo desenvolvimento da cidade levou a implantação e a expansão de uma economia complementar, marcando influência no processo de produção e de organização do espaço urbano que se consolidava.

### ***A ATIVIDADE COMERCIAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE: A CIDADE NO CENTRO DA CIDADE***

A cidade de Presidente Prudente originou-se do processo de ocupação do Oeste Paulista.<sup>57</sup> Esse processo ocorreu fundamentado na esperança de enriquecimento fácil em terras virgens, com a formação de grandes propriedades ocupadas por lavouras de café<sup>58</sup>. O movimento de ocupação foi facilitado pela presença da Estrada de Ferro Sorocabana, fundada por Luiz Matheus Maylasky, com o objetivo inicial de escoar “ferro da fábrica de São João do Ipanema, para abastecer a Capital, o Brasil e os mercados estrangeiros”, mas também como estratégia do Governo brasileiro para interligar o Oeste Paulista às regiões litorâneas<sup>59</sup> (Abreu, 1972, p. 38-39). Até a década de 1930 foi a principal via de circulação entre as cidades do Estado, sendo ainda ponto

---

total de Presidente Prudente era de 57.879 e 32.551 (a diminuição explica-se pelos desmembramentos distritais), respectivamente (IBGE - Censo Demográfico de 1940 e 1950). O total da população urbana pode ser observado na Tabela 04 e na Figura 04.

<sup>57</sup> A Lei Estadual n° 798, de 28 de dezembro de 1921, criou o distrito e o município de Presidente Prudente, com território desmembrado dos municípios de Campos Novos e Conceição de Monte Alegre (elevados a município em 1886 e 1885, respectivamente), tendo a mesma lei elevado a sede municipal à categoria de cidade. A sua instalação ocorreu em 13 de março de 1923. A comarca de Presidente Prudente foi criada em 08 de dezembro de 1922.

<sup>58</sup> Não é objetivo deste trabalho o estudo do processo de colonização da região denominada Alta Sorocabana, onde se encontra Presidente Prudente. Para saber mais: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França Raul A. e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984, LEITE, José Ferrari. *Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: UNESP, 1972.

<sup>59</sup> A ligação da Estrada de Ferro Sorocabana com o porto de Santos ocorreu em 1937. A voz do Povo, 22/09/1937, n° 515. Segundo Abreu (1972) apesar de sua importância primordial para Presidente Prudente e para a Alta Sorocabana (de compradores para as glebas, transporte das safras de café, de cereais, de gado) a ferrovia funcionou, mais tarde, como um obstáculo à expansão da malha urbana, pois

nodal do sistema de transportes, fazendo a ligação entre as estradas rurais<sup>60</sup> e o núcleo urbano que se constituía.

É da terra a primeira atividade comercial de Presidente Prudente. Ela se deu pelo coronel Marcondes e sua “Cia. Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio”. As terras eram divididas em lotes de 05 a 20 alqueires e vendidas a pessoas que chegavam em busca de melhores condições de vida. As grandes fazendas, no entanto, estavam entremeadas por pequenas propriedades que desenvolviam a agricultura de subsistência combinada com a pequena produção mercantil. A venda de lotes formadores de pequenas propriedades foi responsável pela atração de famílias que, além de desenvolver esse tipo de agricultura, serviram de mão-de-obra para as lavouras de café.

Essa forma de apropriação da terra rural demonstrava que Presidente Prudente não se destacou no setor agrícola nos primórdios do processo de ocupação apenas com a produção cafeeira. A nota apresentada pelo jornal A Voz do Povo em 26 de junho de 1927, em edição de seu nº 80, intitulada “O progresso de Presidente Prudente”, é uma indicação desse aspecto.

*Abundância de produção cerealífera, pelos seus 10 milhões de pés de café, pela policultura, pela sua sericicultura em desenvolvimento, a criação do bicho da seda, a fruticultura nas chácaras...*

Transformada em mercadoria, a terra era o grande atrativo e elemento básico da economia, pois a ela estavam ligadas, a princípio, a produção de gêneros alimentícios de primeiras necessidades, a produção do café e, posteriormente, a do

---

dividia a cidade em duas, fazendo com que a parte leste não se desenvolvesse.

<sup>60</sup> As vias de circulação existentes até o ano de 1940 eram as do Limoeiro, do Mandaguari, da Noite Negra e variantes de Álvares Machado, de São Geraldo e de Pirapozinho. Informações extraídas do anuário estatístico de 1943 – 1944, Agência Municipal. Organizador: G. Prado.

algodão e a criação de gado. As condições internas propícias (terras em abundância, imigração estrangeira e nacional, certa complexidade nas relações capitalistas de produção permitidas pelo cultivo e comercialização do café) ao desenvolvimento da agricultura fez com que, na região, ela se dinamizasse e se diversificasse.

A atividade comercial de terras fez com que o município se tornasse o mais importante entreposto de comercialização da Alta Sorocabana. A atuação das companhias de colonização,<sup>61</sup> para a intermediação de compra e venda, permitiu a criação de infra-estrutura viável, como o constante melhoramento de estradas vicinais, facilitando o escoamento de mercadorias provenientes das lavouras e o acesso de outras famílias à região.

A venda de lotes rurais era o mais importante atrativo da economia da Vila Marcondes, surgida da gleba Montalvão e como produto da Cia. Marcondes e da Vila Goulart, remanescente da gleba Pirapó-Santo Anastácio. Ambas ofereceram, na primeira etapa do processo de produção do espaço urbano, além da comercialização de terras, um montante de atividades de comércio e de serviços urbanos destinados a assegurar a permanência dos aqui chegados.

*Outrossim, a rivalidade que fatalmente acabou surgindo entre a Vila Goulart e a Vila Marcondes tornou-se profundamente benéfica ao povoado. Cada uma delas procurava oferecer melhores serviços para atrair moradores. Essa concorrência acabou por oferecer datas, nas vilas, quase de graça, a quem desejasse montar uma padaria, uma farmácia ou um bar. (Leite, 1972, p. 154)*

A emancipação jurídica do município de Presidente Prudente dos municípios de Campos Novos do Paranapanema e de Conceição de Monte Alegre em

---

<sup>61</sup> Além da Cia Marcondes, várias outras companhias de colonização atuaram na Alta Sorocabana, dentre elas a Colonização Martins, José Giorgi e Ramos, Cia. dos fazendeiros de São Paulo, mas foi a do coronel Marcondes a que mais vendeu terras, segundo Leite (1972).

1923, permitiu o estabelecimento de cartórios<sup>62</sup> e deu oficialidade e segurança às transações de compra e venda.

Apesar desse respaldo, o processo de expansão territorial da cidade não ocorreu de maneira sistematizada. Obstáculos referentes à estrutura político-administrativa eram recorrentes. Como em quase todo o país, aqui também houve submissão à vida política e administrativa sob o mando dos coronéis. Além disso, de acordo com Sposito (1994), outro fator de enclave foi o de caráter topográfico. Na área a leste, compreendida pela Vila Marcondes, os terrenos, mais inclinados, dificultaram o povoamento,<sup>63</sup> ao contrário da Vila Goulart, com terrenos em declividades mais suaves, que permitiram o crescimento mais acentuado.

Abreu (1972, p. 80) destaca as especificidades dos dois núcleos urbanos como um retrato de Goulart e Marcondes, responsáveis pelos referidos cometimentos. Para esse autor, Goulart não possuía capital

*senão a própria terra herdada de uma época em que tudo era desconhecido e se faziam grandes posses, dependendo dos esforços e da boa vontade de um homem, era a continuação do espírito de pioneirismo do tempo de José Teodoro de Souza.*

Marcondes, por sua vez, com seu

*caráter empresarial, com maior suporte financeiro, ao invés da atitude passiva de esperar compadres, investia com estudada propaganda para realizar negócios. Representava a segunda etapa da expansão do pioneirismo, a da fase da especulação capitalista, das grandes companhias de colonização.*

---

<sup>62</sup> Domingos Leonardo Cerávolo e Pedro Furquim eram donos de cartório de registro em Presidente Prudente. Com isso tinham também o poder da informação.

<sup>63</sup> Outros trabalhos discutem as condições que fizeram com que a leste a expansão da cidade de Presidente Prudente fosse menor. Ver: ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972, HORA, Mara Lúcia Falconi da. O projeto Cura III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade? Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997, 273 p. (Dissertação de Mestrado).

Foi com a fusão de idéias e a motivação dessas duas personalidades em suas singularidades, que os núcleos foram se desenvolvendo. Surgiu, então, a cidade de Presidente Prudente como receptora de pessoas de diferentes segmentos sociais. A consolidação populacional permitiu a presença da atividade comercial e da prestação de serviços tanto públicos quanto privados,<sup>64</sup> materializada na constituição de infraestrutura básica e equipamentos urbanos.

Mesmo considerando o período de 1924 a 1940, delimitado por Sposito (1994) como de estancamento no processo de anexação de áreas rurais à malha urbana como produto de crescimento ordenado (sem planejamento, característico de frente pioneira), ou seja, cumprindo-se os trâmites exigidos pela lei, como possível indicador do decréscimo nos negócios legalmente constituídos com a terra (Mapa 01), a abertura de novos estabelecimentos comerciais<sup>65</sup> foi relevante, indicando um não estancamento da dinâmica econômica. Esse fato se comprova, por exemplo, pelo número de estabelecimentos abertos da década de 1930<sup>66</sup> para a década de 1940. No início da década de 1930 existiam 15 estabelecimentos, chegando, em 1940, a 56, um crescimento altamente expressivo<sup>67</sup> (Tabela 06 e Figura 05).

Apesar de não se ter como objetivo demonstrar e entender o processo de expansão territorial da cidade de Presidente Prudente, o Mapa 01 apresenta justamente esse aspecto. Vale observar que as indicações de Sposito (1994)) se confirmam, em termos de expansão territorial, especialmente no período de 1930 a 1939. A finalidade de sua utilização, na verdade, está em se destacar à área central da cidade de Presidente

---

<sup>64</sup> O contrário também é verdadeiro. Atraídos pela disponibilidade de serviços, grandes contingentes populacionais chegaram a Presidente Prudente.

<sup>65</sup> De acordo com Vicente Furlaneto, as geadas entre 1932 e 1936 afetaram a cafeicultura e fizeram com que também o seu pai, Primo Leão Furlaneto, se voltasse para o comércio, abrindo uma loja de consertos e calçados, abandonando a lavoura pela qual havia transferido residência para Presidente Prudente, em 1919.

<sup>66</sup> São exemplos a família Siarpelli, que inaugurou uma loja de secos e molhados em 1930, Antonio Frenciscan, que abriu uma serralha em 1931 e os Pires que inauguraram uma fábrica de sabão em 1932.

<sup>67</sup> Informações obtidas no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente.

Prudente. Essa área como enfoque da discussão se deve, mesmo com a ampliação territorial da cidade, ao grande número de investimentos nela despendidos por parte do poder público, quando da administração de membros da ACIPP, ou do próprio poder privado.



Como resultado do processo de expansão territorial urbana e do crescimento populacional (mesmo com o desempenho da economia municipal assegurado pela agricultura, como em grande parte do país), em Presidente Prudente, aos poucos, o comércio de produtos agrícolas (pequenas mercearias que vendiam produtos derivados do leite, do milho, de pequenos animais) teve que conviver com outros tipos de comércio, como farmácias, bares, lojas de tecidos, armazéns, além da prestação de serviços médicos, dentários, de advocacia e educacionais. “*Se a lavoura é à base da economia, o comércio e as fábricas, em seus diversos ramos, demonstram o montante de capital que é investido na cidade,*” afirmava o jornal A Voz do Povo já em 26/06/1927, em seu nº 80.

Também para justificar o movimento comercial da época, o mesmo jornal, de 05/06/1927, em seu nº 77, afirmava que, “*apesar da crise que assola o país, prejudicando o comércio, a cidade de Presidente Prudente, um dos centros financeiros e bancários de São Paulo, tem resistido graças ao engrandecimento do setor agrícola que garante as vendas comerciais*”.

O espaço urbano foi sendo produzido e condições para atender a população foram sendo criadas. “*Raro é o dia em que não se vê um novo estabelecimento comercial que se abre nesta cidade,*” afirmava o jornal no nº 160 de 24/02/1929.

O crescimento do comércio e dos serviços foi resultado, em parte, do deslocamento, para a cidade, de pessoas que já se encontravam na área rural do município e eram antigos pequenos proprietários sem produção expressiva da terra. Estes venderam seus lotes para se voltarem ao comércio, como os proprietários das Casas Sorocabana e São Paulo. Outros, ainda, desempenhavam as duas atividades, agricultura e comércio. Alguns, em melhores condições financeiras, abriram grandes estabelecimentos comerciais, como os Grandes Estabelecimentos Naufal, de Elias

Naufal, instalados em 1929 e uma filial das Casas Pernambucanas, tradicional loja de tecidos do país, inaugurada em 1928.

A comercialização de veículos e máquinas agrícolas também era lucrativa, especialmente tratores, e fez com que grandes firmas montassem aqui suas filiais.<sup>68</sup> Victório Bertorello representava a Fiat; Tenório e Guerra, a Ford; e Luiz Ferraz de Mesquita, a Chevrolet. A instalação de cerealistas e máquinas de beneficiamento como Sanbra S/A, Lotus S/A, S/A I. R. F. Matarazzo, Mac Fadden e Cia Ltda, Anderson Clayton, resultado da grande produção do campo e da facilidade de transporte pela ferrovia, fez de Presidente Prudente um centro comercial de beneficiamento de produtos agrícolas e de prestação de serviços para a Alta Sorocabana.

Algumas dessas firmas, como a Anderson Clayton, financiavam os produtores de café, oferecendo-lhes desde assistência técnica até recursos financeiros, garantindo, assim, exclusividade na compra da produção (A Voz do Povo, 07/11/1929, n° 192). O crescimento do comércio expressava, pois, uma das frentes incursas no processo de produção do espaço urbano, apontando para o seu segundo momento.

No final dos anos 20, o café deixava de ser a principal cultura da economia do município, como de quase todo o país, em decorrência da crise da superprodução e da diminuição das exportações. Com isso, o produto sobrava e os preços despencavam. Em Presidente Prudente, o problema vinha se agravando, além de estes, por outros fatores, como a formação arenosa dos solos, que acabaram por se desgastar com as consecutivas produções, e as fortes geadas, ocorridas principalmente nos anos 30.

Se inicialmente a diversificação da agricultura dependia da atividade nuclear do café, a decadência do complexo cafeeiro e o desenvolvimento do processo de

---

<sup>68</sup> As informações recolhidas no 1º Cartório de Registro de Imóveis não permitiram identificar os anos de instalação desses estabelecimentos.

urbanização, posteriormente, exigiram a expansão de uma agricultura feita fora da propriedade cafeeira, operando com recursos próprios.

O impulsionador da economia, a partir daí, foi o algodão. Cultivado no município desde a década de 1920, obteve destaque somente a partir de 1930, gradativamente, como substituto do café e pelo favorecimento do crescimento da indústria têxtil brasileira.<sup>69</sup> Em Presidente Prudente, ainda, foi matéria-prima das beneficiadoras e das fábricas de óleo,<sup>70</sup> elevando o consumo e, conseqüentemente, a produção. A criação de gado<sup>71</sup> também ofereceu novos subsídios para a economia municipal com a crescente participação no fornecimento de produtos para as indústrias. Foi a pecuária local que fez surgir o primeiro curtume de couro do município. Com isso, é possível apontar que, a priori, foi em virtude do aproveitamento de matérias-primas agro-pastoris que a atividade industrial desenvolveu-se em Presidente Prudente e que, pela presença do algodão, a dinâmica econômica não foi abalada efetivamente com a crise do café.

A relação capital agrário, industrial e comercial possibilitava, então, que novas áreas do país fossem colonizadas, aumentando a produção de gêneros para o abastecimento das indústrias e de produtos para a comercialização. Em Presidente Prudente, apesar do pequeno aporte industrial, esta relação também ocorria.

Segundo Dundes (1998), falando especificamente do processo de industrialização em Presidente Prudente, a relação industrialização-urbanização é historicamente irrelevante. Ela afirma que a predominância foi do processo de

---

<sup>69</sup> O desenvolvimento da indústria têxtil brasileira, no recorte temporal apresentado, teve como auge o período de 1938 a 1948, segundo a Coleção Economia Paulista. São Paulo, 1920-1980.

<sup>70</sup> Em relação ao beneficiamento de óleo, é importante dizer que já existiam, mesmo que em pequena quantidade, anteriormente aos anos 50, fábricas para desencaroçar e extrair óleo de amendoim e de mamona (Leite, 1972, p. 90; 140).

<sup>71</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Agropecuários do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1920 e 1940. Os dados dessa instituição apresentam problemas quanto ao número de bovinos, pois nos dois períodos o total é idêntico, dificultando a obtenção de informações

terceirização, manifestando-se tanto na produção do espaço quanto no próprio direcionamento dado ao desenvolvimento industrial. Apesar de se considerar esta análise, acredita-se que a predominância de máquinas de beneficiamento de grãos, na década de 1930, localizadas na Vila Marcondes, atraiu cerealistas para este local na década de 1940<sup>72</sup>, o que pode ser apontado como um indicador de que também esse setor foi responsável pela produção do espaço da cidade de Presidente Prudente.

A presença do capital financeiro, voltado ao financiamento especialmente da atividade agrícola, mas também indicando o promissor enriquecimento do comércio<sup>73</sup> e dos serviços, completava o processo. Seus principais representantes foram o Banco Ítalo Brasileiro, inaugurado em 1934 (*A Voz do Povo*, 10/06/1934, n° 360), a Caixa Econômica Federal, inaugurada em 1937 e o Banco do Brasil, instalado em 1938. Esta era uma amostra de confiança no potencial da cidade, pois nem mesmo a cidade de Marília, uma das mais bem equipadas do interior do Estado, contava com esta última instituição. Era a credibilidade demonstrada na expectativa de investidores para com o retorno financeiro propiciado pela cidade e pela Alta Sorocabana.

A crescente produção agrícola pode ser observada pelos dados da Tabela 01 e da Figura 01. A área cultivada em 1940 era inferior apenas à área em matas que, apesar do processo de colonização, ainda era muito ampla.

---

para o município de Presidente Prudente e mesmo para a região da Alta Sorocabana.

<sup>72</sup> Dados do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente.

<sup>73</sup> A casa de comércio Calabreta, de Ângelo Calabreta, na rua Casimiro Dias, 59 e a casa São Paulo, de Estevam Peres Filho, situada na rua Nicolau Maffei, 391, instalaram-se em 1936. *A Voz do Povo*, 29/11/1938, n° 532. *O Mundo Novo*, de Pedro Jorge, situada à rua Barão do Rio Branco, 26, em 1939; a

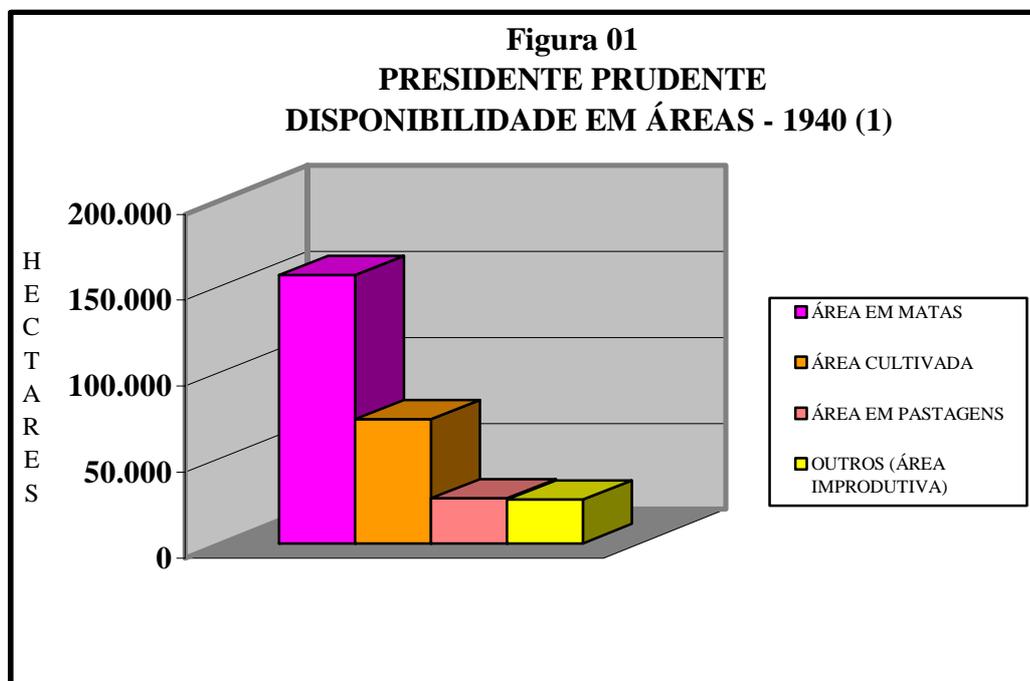
**Tabela 01 – PRESIDENTE PRUDENTE - DISPONIBILIDADE EM ÁREAS  
1940 (1)**

Área em matas	156.011
Área cultivada	72.117
Área em pastagens	26.146
Outros (área improdutiva)	25.428
<b>Total em área (ha)</b>	<b>279.702</b>

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola do Estado de São Paulo: Rio de Janeiro: FIBGE, 1940.

(1) Dados referentes ao município de Presidente Prudente.

Org.: Márcia da Silva



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola Estado de São Paulo: Rio de Janeiro: FIBGE, 1940.

(1) Dados referentes ao município de Presidente Prudente.

Org.: Márcia da Silva

A receita do movimento da Estrada de Ferro Alta Sorocabana, por exemplo, é um outro elemento a ser considerado como indicador da grande produção do campo, pois colocava a estação local como a terceira em importância em volume de transporte e cereais de todo o Estado.

---

Casa Bragança, de Florentino Vilarinho, também na rua Barão, 92, instalada em 1940, expandiram o

Outro indicador era a presença de máquinas de beneficiamento de algodão (Mc Fadden, Buchalla, Matarazzo e Anderson Cleyton) de arroz (Aquiles Tomolei, Miyake & Komukai, F. Maluly, Drimell Nelen Isacc, Pucci e Pascoto, Fernando Rodrigues) e de café (Marius, Martins Fonseca, Maluly, Buchalla, Moiana e Báculo, Fernando Rodrigues) se instalassem na cidade.

De acordo com Leite (1972), a partir do final dos anos 30, além da produção de cereais, o crescimento da produção da fruticultura, cultivada nas pequenas propriedades, mas já ocupando, com a produção de grãos, áreas antes destinadas aos cafezais e solos virgens, também contribuiu para o desenvolvimento da economia do município.

A Tabela 02 e a Figura 02 evidenciam que, em 1940, o total de área ocupada pelo algodão já superava em duas vezes a área ocupada pelo café, vedete por toda a década de 1920 da economia local. De acordo com Abreu (1996), nesse ano, Presidente Prudente já se destacava com o 4º lugar na produção de algodão do Estado. O cultivo do milho quase se igualava em área aos cafeeiros e outras culturas, como o feijão (que começou a ser cultivado por volta dos anos 30, com a produção impulsionada nos anos 40), o arroz (cultivado principalmente para a subsistência) e a batata inglesa (que ganhava o mercado de todo o Estado)<sup>74</sup> que iam ocupando as áreas deixadas pelos cafezais, numa demonstração de sua efetiva decadência<sup>75</sup>.

---

mercado de consumo.

<sup>74</sup> A menta e a cana-de-açúcar tiveram destaque durante os anos da 2ª Guerra Mundial.

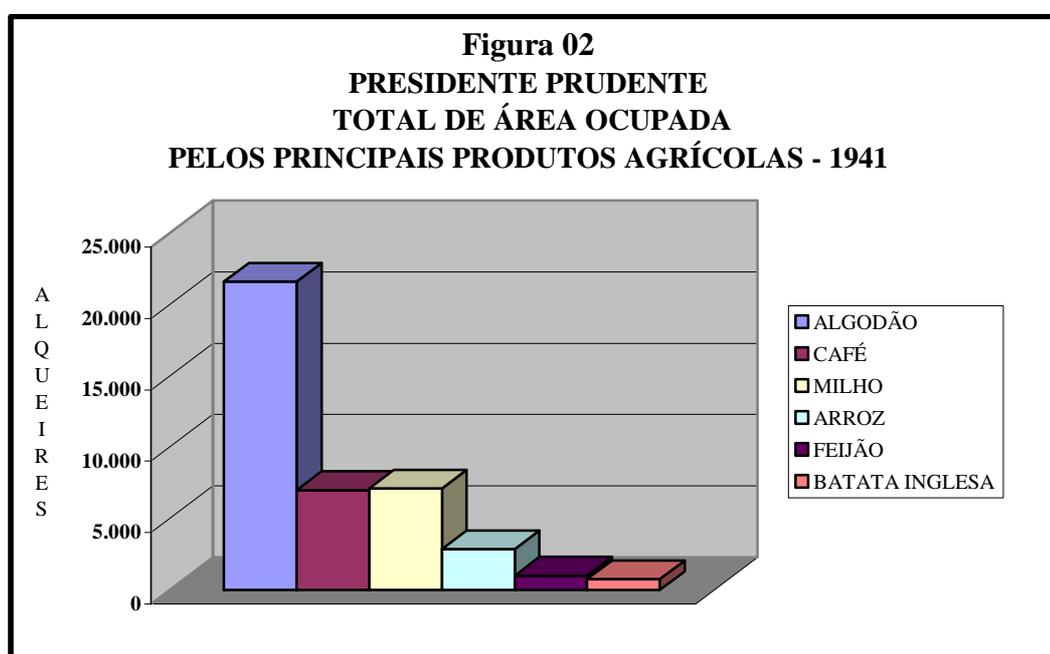
<sup>75</sup> Em 1932 teve início o declínio definitivo das lavouras cafeeiras da região da Alta Sorocabana em virtude das fortes geadas, o que ocorreu por anos consecutivos (1932-1936).

**Tabela 02 - PRESIDENTE PRUDENTE - ÁREA OCUPADA PELOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - 1941**

PRINCIPAIS PRODUTOS	ÁREA OCUPADA (Alqueires)
Algodão	21.600
Milho	7.100
Café	7.000
Arroz	2.850
Feijão	1.000
Batata inglesa	750

Fonte: AZEREDO, Leo. *Presidente Prudente e o criador de sua grandeza: 1920-1944*. São Paulo, 1944.

Org.: Márcia da Silva



Fonte: AZEREDO, Leo. *Presidente Prudente e o criador de sua grandeza: 1920-1944*. São Paulo, 1944.

Org.: Márcia da Silva

A produção agrícola diversificada fundamentou a expansão e a consolidação das funções urbanas, fazendo com que, em 1940, como se verifica pela Tabela 03 e Figura 03, a população ocupada nos diversos ramos da economia estivesse diversificada, mas ainda com um grande predomínio da ocupação na agricultura.

O número de ocupados no comércio era expressivo (1.367), sendo inferior apenas ao número de ocupados na agropecuária (22.921), excessivamente mais elevado. Se forem incluídos os serviços de transportes e telecomunicações (577), há um

considerável aumento do número de ocupados naquela atividade. Mesmo com um pequeno número de ocupados, em 1940, (1.053), se comparados aos ocupados nas atividades agro-pastoris, timidamente as indústrias<sup>76</sup> foram chegando ao município, sendo, em 1931, 17, de acordo com Sposito (1997) e, em 1949, 74 estabelecimentos, segundo Leite (1972).

**Tabela 03 – PRESIDENTE PRUDENTE  
POPULAÇÃO TOTAL POR RAMO DE ATIVIDADE - 1940 (1)**

Agricultura/Pecuária/ Silvicultura	Comércio de Mercadorias	Indústria de Transformação	Transportes/ Telecomunicações*	Comércio de Imóveis	Indústria Extrativa
22.921	1.273	1.028	577	94	25

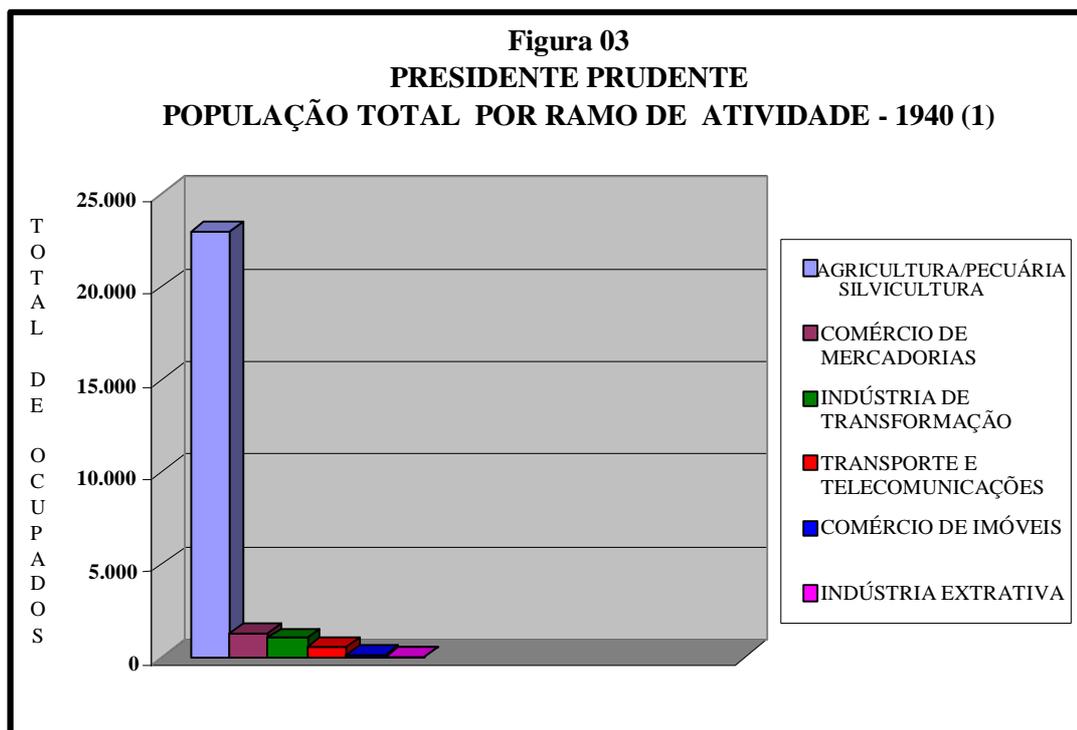
Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico do Estado de São Paulo: população e habitação. Rio de Janeiro: FIBGE, 1940

(1) Dados referentes ao município de Presidente Prudente.

\*Não foi possível a obtenção de dados relativos a outros serviços.

Org.: Márcia da Silva

<sup>76</sup> As primeiras indústrias de Presidente Prudente eram de produtos animais (artefatos de couro, adubos), madeireira e beneficiamento de produtos agrícolas (algodão, amendoim, mamona, milho, arroz). Algumas estão apresentadas neste capítulo do trabalho.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico do Estado de São Paulo: população e habitação. Rio de Janeiro: FIBGE, 1940.

(1) Dados referentes ao município de Presidente Prudente.

\*Não foi possível a obtenção de dados relativos a outros serviços.

Org.: Márcia da Silva

Apesar das transformações oriundas da dinâmica econômica, tanto favoráveis quanto desfavoráveis ao desenvolvimento do município, o crescimento demográfico manteve-se em ascensão desde o processo de ocupação.

Ao contrário da variação ocorrida em relação à cultura geradora de riquezas em relevância, oscilando entre o café, o algodão e as culturas da pequena produção mercantil, além da criação de gado, houve uma considerável e constante expansão populacional<sup>77</sup> durante a primeira metade deste século, como demonstram a Tabela 04 e a Figura 04. Há que se esclarecer que o crescimento populacional, se considerados os

<sup>77</sup> De acordo com Leite (1972), apesar de não se poder precisar, os pioneiros do sudoeste paulista foram, anteriormente à chegada da estrada de ferro, mais desbravadores que colonizadores (mineiros do sul do Estado em sua maioria) e, posteriormente à ferrovia, mais colonizadores que desbravadores (mineiros, paulistas, nordestinos e imigrantes, especialmente japoneses).

distritos, sofreu alterações pelo fato de vários deles terem sido desmembrados neste período, como Regente Feijó e Presidente Bernardes, em 1935, e Martinópolis, em 1938. Com isso, optou-se por apresentar apenas a população da sede do município.

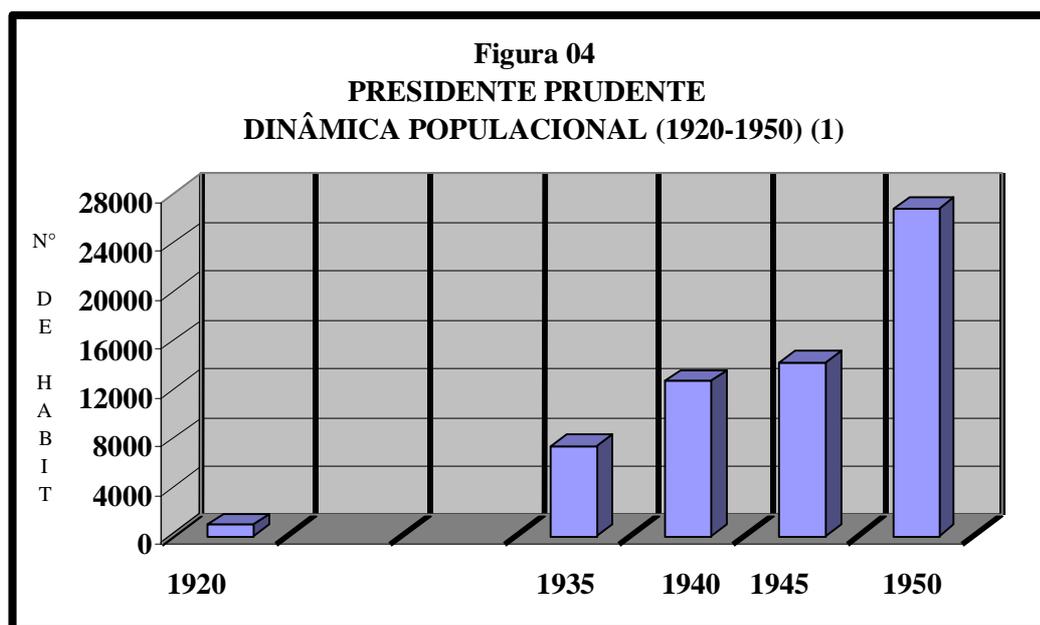
**Tabela 04 – PRESIDENTE PRUDENTE – DINÂMICA POPULACIONAL (1920-1950) (1)**

ANOS	POPULAÇÃO
1920	846
1935	7.280
1940	12.637
1945	14.140
1950	26.790

Fonte: ABREU, Dióres Santos. *Formação de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente – SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1972. Jornal *O Imparcial* - dezembro/1951.

(1) Dados referentes à sede do município.

Org.: Márcia da Silva



Fonte: ABREU, Dióres Santos. *Formação de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente - SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1972. Jornal *O Imparcial* - dezembro/1951.

(1) Dados referentes à sede do município.

Org.: Márcia da Silva

Ao se observar o total de firmas abertas de 1930 a 1950<sup>78</sup> pelas Tabela 05 e 06 e pela Figura 05 , pode-se verificar que o número de aberturas foi crescente em todos os quinquênios, demonstrando as possibilidades de desenvolvimento econômico da cidade de Presidente Prudente, já justificadas com a expansão populacional (Tabela 04 e Figura 04), com aumento do número de prédios construídos (Tabela 08 e Figura 07) e com a expansão da malha urbana (Mapa 01). A Tabela 05, especificamente, demonstra os gêneros que mais se estabeleceram na cidade, como o grande número de cerealistas, por exemplo, reflexo do crescimento da produção agrícola. Os estabelecimentos de comércio, como os secos e molhados, embriões dos supermercados atuais, já que vendiam produtos diversos, foram recordistas em abertura de firmas em todo o período, seguidos pelos bares, lojas de tecidos e armarinhos.

---

<sup>78</sup> Entre as firmas comerciais estabelecidas na cidade, na década de 1940, estavam a Casa Peretti, de João Peretti & Filhos, situada na Barão do Rio Branco, 32; a farmácia Vallim, de Silvério Valim, também na Barão do Rio Branco, 25; a clínica de olhos do Dr. Di Miguelli na Nilo Peçanha, 55 (atual Dr. Gurgel) a.

**TABELA 05 - PRESIDENTE PRUDENTE - TOTAL DE FIRMAS ABERTAS - GÊNERO E QÜINQUÊNIO (1930-1950)**

Firmas abertas por gênero	Quinquênios					Total
	1930	1935	1940	1945	1950	
Secos e molhados	04	06	18	20	35	83
Cerealistas	01	07	20	10	21	59
Bares	01	05	15	11	17	49
Tecidos e armarinhos	02	07	16	08	14	47
Fábricas	01	03	07	03	17	31
Oficina e vendas		01	01	02	13	17
Pensões		01	04	06		11
Farmácias	01	04	02	03	01	11
Agencia de Automóveis e acessórios	03	03	03	01		10
Hotéis				03	06	09
Padarias	01	01		04	02	08
Máquinas		01	04		02	07
Alfaiatarias			01	02	04	07
Artigos elétricos		02	02	01	02	07
Ferragens		03	01	02		06
Açougues		01	01		04	06
Escritórios comerciais		01			04	05
Restaurantes					04	04
Bazares		02			02	04
Carpintarias				01	03	04
Selarias e sapatarias		02			02	04
Comércio de máquinas em geral					03	03
Sorveterias				01	02	03
Serrarias			01	01	01	03
Material fotográfico					03	03
Institutos de beleza					03	03
Quitandas					02	02
Peças e acessórios					02	02
Depósito de bebidas					02	02
Papelarias			01	01		02
Relojoarias				01	01	02
Imobiliárias					02	02
Livrarias				01	01	02
Selarias e sapatarias			02			02
Empresas de ônibus					02	02
Extração de areia e madeira					02	02
Madeiras em geral		02				02
Confeitaria					01	01
Barbearia		01				01
Mercador de óleo				01		01
Torrefação de café				01		01
Serviços de engenheiro				01		01
Cabaré				01		01
Tipografia			01			01
Tabacaria					01	01
Lavanderia e tinturaria		01				01
Produção de bicho da seda	01					01
Comissão e representação					01	01
Rinque de patinação					01	01
Casa de aluguel de bicicleta					01	01
Apartamentos mobiliado p/ venda					01	01
Materiais p/ construção		01				01
Posto de gasolina		01				01
Venda de Terras				01		01
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>56</b>	<b>101</b>	<b>154</b>	<b>185</b>	<b>484</b>

Fonte: 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente  
Org. Márcia da Silva

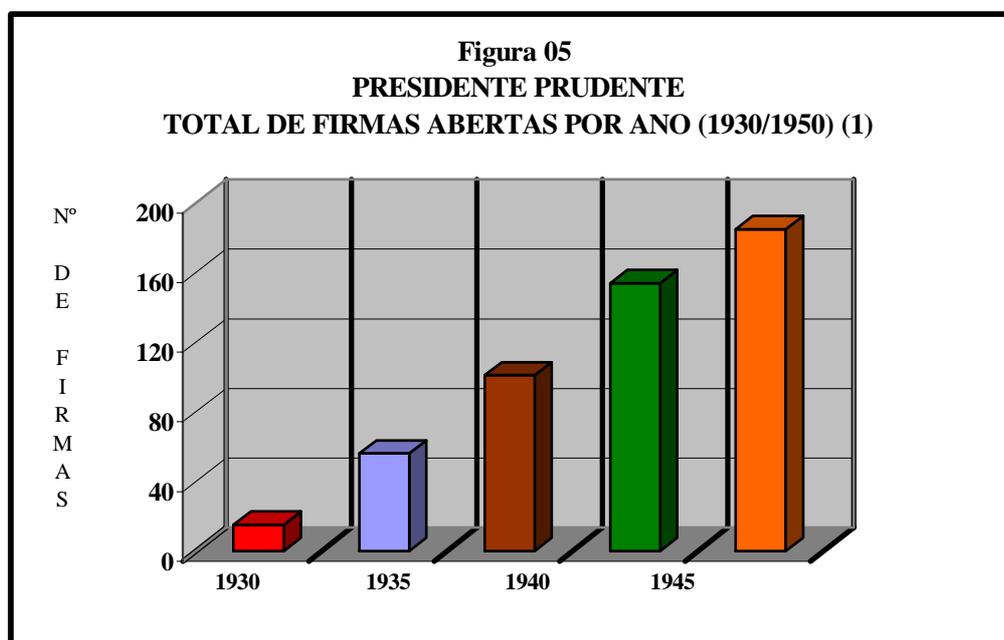
**Tabela 06 – PRESIDENTE PRUDENTE – TOTAL DE FIRMAS ABERTAS POR QUINQUÊNIO (1930-1950) (1)**

1930	15
1935	56
1940	101
1945	154
1950	185
<b>Total</b>	<b>484</b>

Fonte: 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente.

(1) Dados referentes à sede do município.

Org.: Márcia da Silva



Fonte: 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente.

(1) Dados referentes à sede do município.

Org.: Márcia da Silva

O mapa 02 representa a territorialização das firmas comerciais, de serviços, de comércio e serviços e indústrias abertas no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente de 1927 a 1950<sup>79</sup>. Foram destacados, nesse mapa, os estabelecimentos abertos em 1933 e em 1947, anos em que Felício Tarabay foi

<sup>79</sup> Foram localizados os estabelecimentos os quais os dados (o endereço), no Livro nº 01 do 1º Cartório de Registro de Imóveis, estava completo. Como os estabelecimentos abertos antes de 1927 não apresentavam

prefeito do município. A finalidade era pontuar a possível relação entre abertura de firmas e incentivos dispensados pela administração pública à dinâmica das atividades econômicas, especialmente a comercial. Deve-se dizer, no entanto, que o contexto histórico apresentado no país, nos anos das duas administrações de Tarabay, era bastante singular.

Os anos anteriores a 1940, especialmente o ano de 1933, retratava um país de condições político-econômicas instáveis. Acabara de passar por dois movimentos armados (1930 e 1932), com disputa entre novas forças políticas no âmbito do Estado e preparativos para o texto de uma nova Constituição. No âmbito econômico, buscavam-se condições para recuperação dos efeitos da crise mundial de 1929, que atingira especialmente a economia cafeeira mas também o comércio e os demais ramos da economia.

Esses acontecimentos foram sentidos e tiveram efeito nas atividades econômicas em Presidente Prudente. Possivelmente, a abertura de apenas quatro estabelecimentos, neste período, tenha decorrido da instabilidade da economia na conjuntura nacional, não assegurando retorno aos investimentos, mas também da total exigência ou fiscalização da abertura de firmas.

Os anos que se sucederam, chegando até o ano de 1950<sup>80</sup>, foram de momentos ímpares. A 2ª Guerra Mundial levou ao colapso vários países. No Brasil, contrariamente, o que se destacou foram os incentivos oferecidos à produção industrial, que teve repercussões nas demais áreas da economia do país. As eleições presidenciais e a Constituição de 1946 foram pressupostos para o processo democrático que perdurou

---

<sup>80</sup> Somente no final dos anos 50 as principais vias de acesso terrestre à região foram asfaltadas: a Rodovia Raposo Tavares, que facilitou a ligação ao litoral; as rodovias que fazem ligação com as cidades de Londrina, Maringá e Paranavaí, ao norte do Paraná.

até 1964. O pós-guerra, tanto mundialmente como no Brasil, foi, então, de reestruturação política, econômica e social. Era o momento de investir, de “começar de novo”. Possivelmente por esta razão, o ano de 1947 tenha marcado uma excepcional ascensão no número de estabelecimentos abertos em Presidente Prudente, em relação a 1933, num total de 62. De 1945 a 1950, portanto em 5 anos, os estabelecimentos abertos de secos e molhados, por exemplo, abrangeram um total de 15, contra 14 abertos em uma década, de 1935 a 1945, como verificado na Tabela 05.



A implementação de serviços administrativos, de saúde pública, de serviços escolares, os serviços religiosos, de comunicação (jornais e rádios) e bancários, marcaram as primeiras efetivas transformações na paisagem e nas funções da cidade, envolvida mais ativamente na dinâmica econômica, anteriormente assegurada quase que inteiramente pela produção do campo.

A localização das atividades econômicas no centro da cidade de Presidente Prudente demonstrou o papel que os investimentos privados teve na produção do espaço urbano. Mas o crescimento das atividades urbanas também se deveu as realizações do poder público. Entender como esse processo ocorreu nas administrações das novas lideranças políticas locais, notadamente de membros da ACIPP, é o que se pretende agora.

## ***O PODER PÚBLICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PRESIDENTE***

### ***PRUDENTE: A CIDADE NO CENTRO DA CIDADE***

Quando se discute o papel do comerciante de Presidente Prudente como ator nas relações de poder locais, se está afirmando que ele foi responsável, juntamente com outros atores, pela produção não só do espaço mas da vida no urbano, ditando regras, apresentando ou impedindo realizações de acordo com seus interesses, de interesses de segmentos sociais determinados e, às vezes, interesses da população.

Na primeira etapa da produção do espaço urbano de Presidente Prudente, ou seja, aquela de ocupação desordenada de áreas da cidade em formação, atrelada aos interesses coronelistas, o poder público não implantou equipamentos e serviços de uso

coletivo comparáveis aos que ofereceu o poder privado, participante mais ativo do processo de estruturação das funções urbanas e da produção de seu espaço. A justificativa para a ausência de investimentos com dinheiro público, na década de 1920, era a diminuta receita municipal e a escassez de verbas estaduais. Segundo o jornal *A Voz do Povo*, nº 172, de 05/05/1929, as verbas destinadas a esse fim eram transformadas em *“promessas do situacionismo local de que o governo do Estado faria melhoramentos na cidade. Ao invés disso, o dinheiro público (era) utilizado para garantir a afilhadagem política”*.

Somente após 1935, com o fim do período denominado de transitório no processo de produção do espaço urbano, iniciado por volta de 1930, já adentrando a sua terceira etapa de produção, o redimensionamento político do país garantiu algumas melhorias, em função da gestão do dinheiro público, à cidade de Presidente Prudente, que recebeu recursos financeiros tanto locais como estaduais e federais, permitindo investimentos em equipamentos coletivos e infra-estrutura básica.

Um dos fatores que permitiram esses melhoramentos foi a promulgação da Lei Orgânica dos Municípios, em 1935, como apontado. Esta lei disciplinou os gastos públicos porque exigia, a partir daí, a prestação de contas a cada seis meses, impossibilitando desvios exorbitantes de verbas. Com isso, algumas obras que eram reivindicadas pela população puderam ser concretizadas, como as indicadas mais adiante. É evidente, contudo, que parte delas foi construída porque interessava ao poder público, como forma de legitimação do bom desempenho de seu administrador e porque favoreceria a segmentos dominantes locais, como os próprios comerciantes. Para reforçar o poder simbólico, entretanto, a facção política à frente da administração do município, criava no imaginário social a idéia de que as obras tinham sido construídas porque eram reivindicações da população ou porque garantiriam o seu bem.

Antes da promulgação da Lei, o município ficava com uma parcela irrisória do imposto que arrecadava, mesmo com a cobrança dos tributos sobre terras, prédios, número de cafeeiros plantados, indústria e profissões, diversão e produtos diversos. Apesar de cobrados, a troca de favores entre proprietários de terras, comerciantes, industriais e poder público era uma prática freqüente, inviabilizando o pagamento dos impostos, mesmo com a implantação da Lei Orgânica. Às vezes, eram esses próprios segmentos, representantes desse poder, se auto isentando do pagamento. Com isso, os municípios dependiam sempre da “boa vontade” do governo do Estado para a complementação de sua receita.

Era prática comum, ainda, burlar a dívida quando a facção política adversária se encontrava no poder. Os marcondistas ou seus representantes faziam o possível para não pagá-la na administração goulartista. Com isso, a prefeitura não captaria fundos e ficaria impossibilitada de realizar obras. O mesmo acontecia com os goulartistas, quando os marcondistas ou seus representantes ocupavam a prefeitura. Ao se pensar que a facção que estava no poder também não os pagava, por razões óbvias, não é difícil imaginar que a arrecadação do município só pudera ser irrelevante. Fundamentado no favorecimento, o sistema de poder político coronelista, portanto, foi uma barreira à produção de um espaço urbano configurado pelo dispêndio em equipamentos e obras públicas.

Com a instituição do Estado Novo, a sucessória indicação e exoneração de prefeitos em todos os Estados fez com que, também nesse período, o município fosse gerido com preocupação, o que ocorria em virtude dos chefes do executivo se esforçarem para não perder seus cargos. Em Presidente Prudente, como em grande parte do país, este fato não foi suficiente para ocasionar melhorias nas práticas políticas

tradicionais, apesar de impulsionar determinados setores urbanos e policiar o “retorno à sociedade”, em bens sociais, da arrecadação de impostos.

Até meados da década de 1930, não foi possível a obtenção de dados que demonstrassem a arrecadação municipal, pelos motivos apontados acima. Com o rigor imposto pelo Estado Novo e a consolidação dos interesses das novas lideranças a partir dos anos 40, a sonegação de impostos por disputas políticas foi se amenizando. Era interessante para o prefeito demonstrar o quanto a arrecadação podia ser benéfica ou o quanto ela era irrisória, dependendo da quantia que se conseguia aplicar em “outros” melhoramentos que não os utilizáveis pela coletividade.

O recolhimento manteve-se constante no período apresentado (Tabela 07 e Figura 06), sem saltos negativos nem positivos, reflexo do crescimento constante, mas moderado, do número de habitantes. A sonegação também era um fator limitante, já que ainda não havia um controle sistematizado na arrecadação, apesar dos melhoramentos destacados acima. O salto observado no ano de 1944 possivelmente tenha decorrido pelas perspectivas do pós-guerra, da idéia do novo e de retomada de investimentos também localmente.

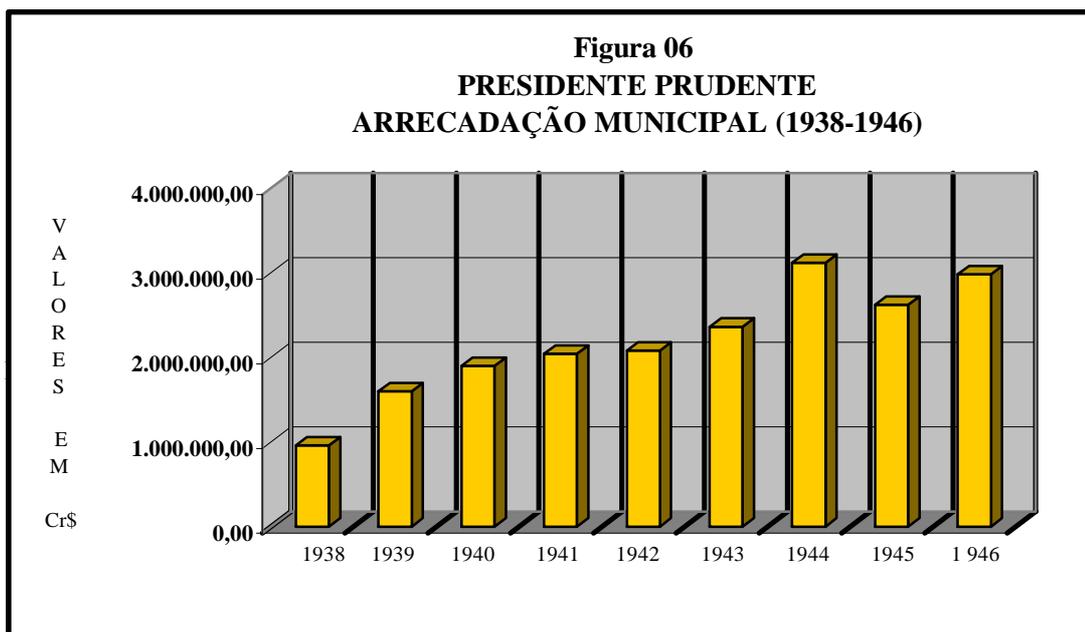
<b>Tabela 07 – PRESIDENTE PRUDENTE – ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (1938-1946) (1)</b>	
1938	960.000,00
1939	1.600.000,00
1940	1.900.000,00
1941	2.040.000,00
1942	2.080.000,00
1943	2.360.000,00
1944	3.115.000,00
1945	2.621.000,00
1946	2.982.000,00

Fonte: PRESIDENTE PRUDENTE. Prefeitura Municipal. Anuário estatístico, 1938-1946.

Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, s.d.

(1) Valores em Cr\$.

Org.: Márcia da Silva



Fonte: PRESIDENTE PRUDENTE. Prefeitura Municipal. Anuário estatístico, 1938-1946.  
Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, s.d.  
Org.: Márcia da Silva

O crescimento populacional e os aportes daí decorrentes forçaram o poder público a investir em obras e acelerar o processo de produção do espaço urbano.

Para demonstrar o papel dos comerciantes neste processo, entende-se ser importante, até mesmo para dar concretude ao discurso, apontar algumas realizações destes quando se encontravam à frente do poder público municipal. O trabalho dos membros da ACIPP junto ao poder público fez com que ações se instaurassem ao espaço, possibilitando a sua produção no urbano, no âmbito da territorialização. É por isso que, ao “*se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço*” (Raffestin, 1993, p. 143). A territorialização do espaço enaltece a figura pública, por reforçar o imaginário social e o poder simbólico.

Apesar de não ocupar nenhum cargo de destaque na ACIPP, João Gonçalves Foz<sup>81</sup> era um de seus membros. Foi nomeado prefeito por Armando de Salles Oliveira,<sup>82</sup> em 1934. A indicação partiu de Francisco Machado de Campos, antigo sócio de Foz e Secretário de Obras Públicas do governo do Estado. A sociedade começou quando, em 1928, João Gonçalves Foz adquiriu, da Cia. Marcondes de Colonização, a Empresa Caiuá de Presidente Prudente. Segundo Abreu (1997), na data da compra, essa empresa conseguiu uma concessão para fornecer luz e força ao município por 30 anos.

João Gonçalves Foz, no entanto, deixou a empresa em 1933, mas seu ex-sócio permaneceu no negócio. Morando na capital do Estado, conseguiu verbas para, pelo menos em termos paisagísticos e de infra-estrutura, assegurar uma administração realizadora, com o prosseguimento de obras que haviam sido iniciadas em outras administrações, como a colocação de guias de sarjetas, o calçamento e o término do paço municipal, além da construção de um cemitério. (Abreu, 1972, p. 310)

A administração Felício Tarabay havia feito o levantamento necessário para as obras de implantação da água e do esgoto. João Gonçalves Foz, ao assumir o cargo, chegou à prefeitura com uma autorização expedida pelo interventor do Estado para um empréstimo que viabilizaria a realização das obras. Em virtude, mais uma vez, da falta de complementação de verbas, as obras só foram realizadas no mandato de Miguel Brisola de Oliveira, através do Ato n.º 6, de 10 de janeiro de 1938, que aprovou o regulamento para a execução dos serviços que foram inaugurados naquele ano (A Voz do Povo, 29/11/1938, n.º 543). A princípio, a água era distribuída por meio de poços artesianos, num total de quatro, situados a um quilômetro do centro da cidade, com três

---

<sup>81</sup> João Gonçalves Foz ocupou o cargo de prefeito por duas vezes consecutivas: de 01/10/1934 a 30/04/1935 e de 05/08/1935 a 04/09/1936. (Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33)

<sup>82</sup> Armando de Salles Oliveira foi governador até 1936, pelo Partido Constitucionalista, onde permaneceu até sua candidatura a Presidência da República, substituindo-o Joaquim Cardoso de Mello Neto (Abreu, 1996, p. 86).

reservatórios e duas bombas elevatórias. A rede edificada de esgoto possuía 17.000 metros, em 1943, servindo a 633 residências.<sup>83</sup>

Miguel Brisola de Oliveira foi prefeito de 1936 a 1938<sup>84</sup>, sendo responsável por algumas realizações. O arrendamento de uma área de mata virgem pertencente ao coronel Goulart, por cinco anos, “*que ele reservara desde a fundação da cidade*” (Abreu, 1972, p. 317), transformando-a, após alguns melhoramentos, num bosque municipal. A obra serviu tanto para embelezar o centro da cidade quanto para valorizar as terras urbanas do coronel Goulart.

A superação da deficiência na prestação dos serviços de iluminação pela Companhia Caiuá (não havia fornecimento contínuo de energia) foi uma das metas da sua administração, cobrando da empresa melhorias na prestação dos serviços, o que de fato ocorreu, mas não definitivamente. O fornecimento só passou a ser regularizado nos anos 40, com a construção da Usina Quatiara e o represamento do Rio do Peixe, no Município de Rancharia.

Um aspecto relacionado ao zoneamento foi a instituição da Lei Municipal n° 16, de 1936, pela qual estavam isentos de impostos, num período de 10 a 20 anos, todos os prédios que fossem construídos no quadrilátero central, formado pelas principais avenidas de Presidente Prudente, não podendo o valor total da obra exceder 150 e nem ser inferior a 80 cruzeiros. É importante ressaltar que as obras realizadas até então pelo poder público (décadas de 1920, 1930 e 1940) limitaram-se ao espaço do cruzamento dessas avenidas, especialmente nas administrações de atores envolvidos com algum tipo de atividade ali localizada, como Felício Tarabay. A sede própria da ACIPP estava

---

<sup>83</sup> PRESIDENTE PRUDENTE (Cidade). Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico, 1943-1944. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, 1945.

<sup>84</sup> (Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33). Miguel Brisola de Oliveira foi eleito em processo indireto (votaram apenas os vereadores).

orçada em 800 cruzeiros, valor muito superior ao estipulado pelo poder público, mas mesmo assim a ACIPP ficou isenta do imposto por 05 anos

Miguel Brisola de Oliveira deu início, ainda, à construção do prédio do Fórum, na Avenida Coronel Marcondes, mas a construção só foi concluída em 1944. Se demorou também, foi em virtude da falta de verbas municipais e estaduais.

Os prédios para a Cadeia Pública e para a Delegacia Regional de Polícia, apesar desse serviço já ser prestado na cidade desde 1923, só foram concluídos na década de 1940, na administração do médico político Domingos Leonardo Cerávolo, mas o planejamento para a construção, como os pedidos de verbas, a planta do prédio, iniciaram-se no governo João Gonçalves Foz, em 1935. As décadas de 1930 e 1940 foram de promissoras realizações para o coletivo, pois várias obras foram concluídas com o respaldo financeiro do Estado, como o Ginásio São Paulo (1930), a Delegacia Regional de Ensino (1932), o Grupo Escolar (1938 – atual Arruda Melo), além do Colégio Estadual em 1943 (atual IE Fernando Costa).

Ainda nos anos 40, a inauguração dos prédios do Fórum e da Estação de Ferro Sorocabana transformou-se num evento de divulgação dos nomes de Felício Tarabay e de Leonardo Cerávolo na cidade, pois foram inaugurados pelo Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Marrey Júnior, representante do interventor Fernando Costa, a convite de ambos os políticos (O Imparcial, 16/04/1944, nº 513). Na ocasião, o secretário visitou a sede local da Associação Comercial, reunindo-se com os comerciantes que pediram maior atenção à região e a construção de obras que permitissem o desenvolvimento econômico-social de Presidente Prudente. (O Imparcial nº 514 de 18/04/1944 e Ata do Conselho Consultivo da ACIPP, 1940)

Pode-se constatar, através desses exemplos, que o poder instituído pela Associação Comercial garantiu a seus membros o “comando” da cidade, em virtude de

relações com outras instâncias além limites municipais. Claro que, por trás do discurso do “progresso regional” por eles enunciado, estavam embutidos interesses enquanto grupo e interesses individuais. A relação com o poder público, por exemplo, de Felício Tarabay, em razão de seu cargo de presidente da ACIPP em toda a década de 1940, era muito mais com o intuito de conquistar cargos municipais que para a defesa da população e da própria instituição que representava.

As administrações de Felício Tarabay garantiram-lhe a possibilidade de intervir no processo de produção do espaço urbano, com o apoio do governo do Estado de São Paulo, oferecendo melhoramentos referentes à implantação de obras e equipamentos coletivos. Para isso utilizou também dinheiro dos cofres do município. A construção do jardim público, uma antiga reivindicação dos moradores que não possuíam um lugar para descansar e conversar nas horas de lazer, ocorreu em 1933. O jardim foi construído para, além da possibilidade do encontro, a realização de comícios e festas. O espaço de um quarteirão, adquirido na administração do coronel Goulart, dele próprio, foi transformado num local de reunião no fim de tarde dos prudentinos. Para ampliar esta área, a prefeitura comprou do padre Antonio Joaquim Pereira um terreno de 13m x 42m ao lado da igreja matriz,<sup>85</sup> para a instalação de circos.

O início das obras do paço municipal, das obras de calçamento e da construção do Mercado Municipal, também foi uma realização de Felício Tarabay, bem como da colocação de guias de sarjetas e a arborização da Avenida do Estado (atual Avenida Brasil), obras iniciadas em administrações passadas e que ele concluiu. Como forma de melhorar e fazer do centro da cidade um local atraente ao consumo, especialmente ao grande contingente de pessoas da área rural, o prefeito exigiu que

---

<sup>85</sup> Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - Departamento de Patrimônio (protocolo. nº 13.044).

fossem construídos muros defronte aos terrenos<sup>86</sup> existentes nas ruas que formavam o quadrilátero central.

Tarabay fez gestões junto aos órgãos públicos estaduais para resolver problemas de infra-estrutura básica, como água potável e esgoto, além da troca dos postes de iluminação por outros mais “resistentes e modernos”, que garantiriam uma melhor distribuição de energia à cidade. A telefonia também foi instalada em Presidente Prudente e na região da Alta Sorocabana por Felício Tarabay. Neste caso, explicitamente para favorecer seus próprios negócios, pois era o sócio majoritário da firma “Tarabay, Sampaio & Cia”, responsável pela instalação dos serviços em 1947. A rede abrangia em 1949, toda a Alta Sorocabana, com 226 km de linhas. Na cidade de Presidente Prudente os cabos já eram aéreos, uma novidade só encontrada nas grandes cidades.

Em 22 de junho de 1949, o prefeito Pedro Furquim, correligionário de Tarabay, autorizou, pela lei nº 54, concessão, com exclusividade, para exploração do serviço telefônico pela companhia de Tarabay. O serviço foi concedido por 30 anos, tendo a empresa “Tarabay, Sampaio e Cia”, por responsabilidade, que o sistema magneto e de baterias para linhas destinadas ao uso residencial fossem instalados num prazo de sessenta dias.

Esta é uma demonstração da relação público e privado que fez com que interesses particulares fossem fomentados por intermédio de ações públicas. O favorecimento de um companheiro de partido político pode esclarecer a sutil fronteira estabelecida entre as diversas instâncias do poder público municipal, já que Tarabay,

---

<sup>86</sup> Não foi possível esclarecer se os muros teriam que ser construídos também nos terrenos baldios ou se somente naqueles já construídos.

além de presidente do PSP local, acabara de deixar o cargo de chefe da Câmara de Vereadores da cidade.<sup>87</sup>

Para justificar a passividade da população de Presidente Prudente diante desse fato e de outros que o trabalho aponta, recorremos a Martins (1994, p. 22). Este autor afirma que, no Brasil, a relação público e privado nunca existiu

*na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa. Mesmo aí, distinção que nunca ganhou clareza e contornos nítidos.*

Anteriormente ao segundo mandato, mesmo não estando de posse de cargos públicos, Felício Tarabay, por intermédio de suas relações pessoais com o governador Adhemar de Barros, solicitou-lhe, em sua visita a Presidente Prudente, em 1940, verba para o asfaltamento das ruas do centro da cidade. O asfaltamento era o sonho político almejado por aqueles que chegavam ao cargo de prefeito e uma das promessas do então chefe do poder público local. Por esforços dos dois líderes, numa junção do poder local ao poder estadual, no mesmo ano teve início o asfaltamento, serviço concedido à empresa “Veja & Cia”. A rua Tenente Nicolau Maffei (A Voz do Povo, 20/06/1940, n° 771) foi a primeira a ser asfaltada e, pouco a pouco, o empreendimento foi executado em todas as ruas do quadrilátero central da cidade.

A localização do prédio para a sede própria da ACIPP<sup>88</sup> no quadrilátero central, por exemplo, confirma a importância de se estar nessa área para a busca de

---

<sup>87</sup> Felício Tarabay foi Presidente da Câmara de Vereadores de Presidente Prudente de 01/01/1948 a 13/03/1949. Pediu demissão do cargo. Assumiu o cargo José Foz (13/03/1949 a 31/12/1951). O Imparcial, 13/03/1949, n° 1670.

<sup>88</sup> Os preparativos para a construção da sede própria da Associação Comercial tiveram início com a solicitação de ajuda, por parte da diretoria, às firmas associadas, para arrecadar fundos. (O Imparcial, 29/03/1942, n° 939). Várias contribuições foram feitas por proprietários de estabelecimentos comerciais, bancos, prestadores de serviços, fazendeiros e diversas outras pessoas. O dinheiro arrecadado possibilitou

poder. Naquela época, e até os dias atuais, estar ali situado era garantia de prestígio. “*Ah, eu morava no centro, nos fundos da loja ali da Marcondes,*” afirmou com ênfase Vicente Furlaneto em entrevista. Os poderes econômico e político eram reforçados pelo poder simbólico. A idéia de superioridade presente no imaginário social dos que residiam ou possuíam suas atividades econômicas naquele local, era clara, como bem corroborou Vicente Furlaneto.

Apesar de ser uma reivindicação tida como da “população em geral”, o asfaltamento das ruas da área central a ela pouco beneficiou. Na verdade, esse benefício atendeu muito mais aos interesses dos segmentos com maior poder aquisitivo e, dentre estes, os comerciantes, que a população de baixa renda. Com suas atividades econômicas ali localizadas, o asfalto nas ruas tanto garantia aos comerciantes a possibilidade de um maior atrativo para se ir ao centro e consumir, quanto a valorização de seus imóveis e outras propriedades, como as residências e os terrenos, assegurando a elevação do preço do solo e dos aluguéis. Muitos que antes do asfaltamento ainda poderiam ter acesso ao local, através da compra de imóvel ou aluguel, possivelmente tiveram que buscar outras localizações, até mesmo fora do perímetro urbano.

A vinda do governador do Estado à cidade foi planejada por Felício Tarabay, que viajou até à capital para convidá-lo.<sup>89</sup> Adhemar de Barros hospedou-se em sua residência, visitando a Santa Casa local, na qual foi recepcionado pela sociedade dos médicos da instituição. Visitou, ainda, a Associação Comercial e Industrial a

---

a compra de um terreno na Rua Siqueira Campos. Os projetos foram elaborados e enviados para análise pelo engenheiro Emanuel Giani do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes. A organização da documentação necessária para a aquisição do empréstimo foi feita por Felício Tarabay, presidente da instituição. Demonstrando valorizar o papel desempenhado pela ACIPP, o prefeito Cerávolo, desprezando a rivalidade política que tinha com Felício Tarabay e a necessidade de arrecadação de impostos pelo município, cedeu isenção por cinco anos a ACIPP. As obras só tiveram início em 1946, sendo que este foi o primeiro prédio com quadro andares de Presidente Prudente. Abriga a Associação Comercial e Industrial até os dias atuais (Correio da Sorocabana, 09/04/1946, nº 35).

<sup>89</sup> Informações cedidas em entrevista por Terezinha Tarabay.

convite do presidente Tarabay (A Voz do Povo, 22/09/1940, nº 794). As visitas aos segmentos dominantes e com maior representatividade na cidade, os comerciantes e os médicos, era uma forma de assegurar poder político e simbólico e fortalecer as relações clientelistas.

Na segunda metade da década de 1940, acentua-se, como percebemos pelos aspectos elencados, a complexidade funcional da cidade, decorrente da aceleração do processo de divisão interurbana e intra-urbana do trabalho. Há assim, de acordo com Hora e Souza (1995, p. 43) “*uma reestruturação das relações cidade-campo, com reflexos em nível espacial*”.

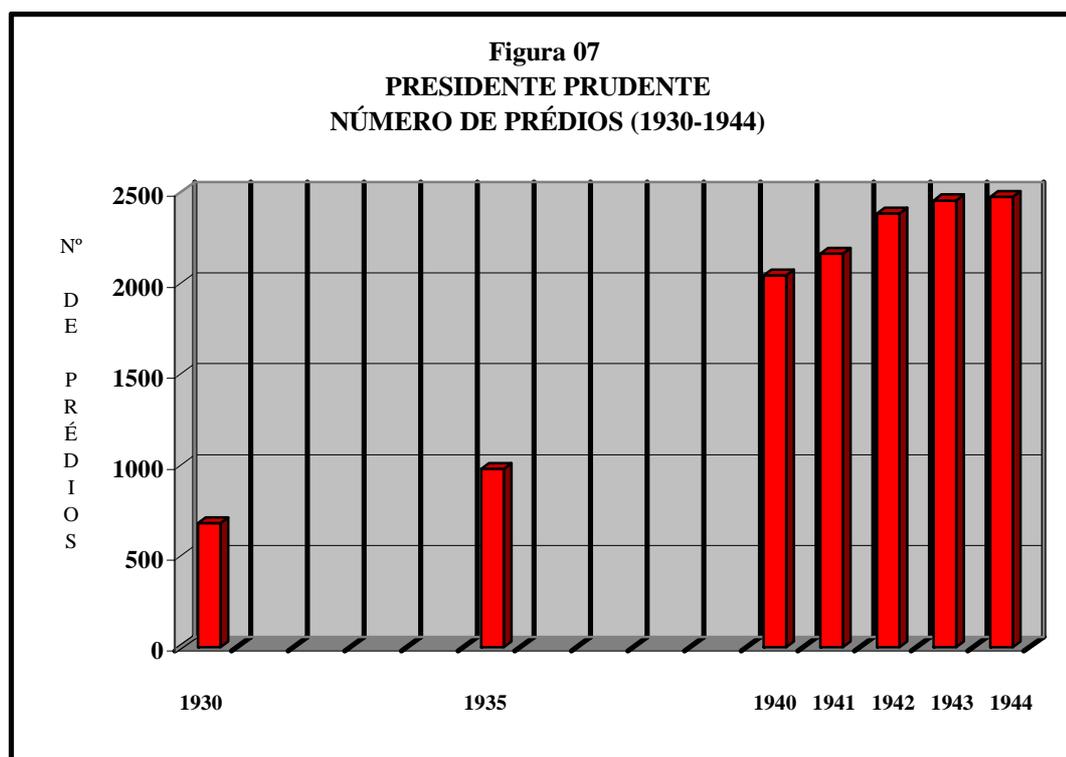
Com isso, leis de zoneamento, utilização e conservação do solo urbano começaram a ser elaboradas, mesmo sem um controle, na prática, que justificasse a sua elaboração. Na verdade, as leis existiam, contudo não eram cumpridas. Em 1945, um decreto da prefeitura proibiu modificações nos prédios antigos das ruas Tenente Nicolau Maffei e Barão do Rio Branco. A partir de então, nessas ruas, eram permitidas apenas as construções com mais de um pavimento. Esta determinação, mesmo agravando o problema da falta de moradias que ocorria em Presidente Prudente, foi vista, por parte da população, como coerente. O Imparcial de 20 de janeiro de 1945, em seu número 720, apontava esse respaldo ao poder público. A evolução do número de prédios da cidade (Tabela 08 e Figura 07) é um indicador da expansão da malha urbana e efeito imediato do crescimento populacional.

O número de prédios construídos no período de 1930 a 1944 mantém-se constante (Tabela 08 e Figura 07), sem grande ascensão, o que significa a inexistência de um abrupto deslocamento de pessoas para a região, necessitando-se da construção acelerada de novas residências ou prédios para atividades econômicas. A falta de informações pormenorizadas nos impossibilitou uma análise mais detalhada referente a

década de 1930.

<b>Tabela 08 – PRESIDENTE PRUDENTE – NÚMERO DE PRÉDIOS (1930-1944)</b>	
1930	680
1935	978
1940	2.043
1941	2.160
1942	2.382
1943	2.454
1944	2.474
<b>Total</b>	<b>13.171</b>

Fonte: Presidente Prudente (Cidade). Prefeitura Municipal. Anuário estatístico, 1930-1944.  
 Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, s.d.  
 Org.: Márcia da Silva



Fonte: Presidente Prudente (cidade). Prefeitura Municipal. Anuário estatístico, 1930-1944.  
 Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, s.d.  
 Org.: Márcia da Silva

Já como reflexo do processo mais efetivo de produção do espaço, a Lei nº 50, de 28 de março de 1949, exigia dos proprietários de imóveis urbanos a colaboração para que se ampliassem as áreas institucionais e verdes no centro da cidade. Para isso

foram necessárias a doação e a venda, à municipalidade, de 10% da área não loteada, além das praças e das ruas que já faziam parte das áreas públicas. A justificativa estava também na necessidade de ampliação de ruas com guias de sarjetas e postes para a rede elétrica, o que não poderia ser realizado em áreas particulares. Francisco Cunha, por exemplo, alguns anos antes da promulgação da lei, em 25/09/1931, doou um terreno de 13m x 20m para o prolongamento da rua Barão do Rio Branco, que então chegaria a rua Mato Grosso (atual Floriano Peixoto).<sup>90</sup> Outra doação, feita por Augusto de Jesus,<sup>91</sup> da firma Jesus S/A Industrial e Agrícola, doou à prefeitura, na década de 1940, um terreno para o prolongamento de outra rua, a Joaquim Távora.

A Tabela 09 e a Figura 08 apontam que a lei de ampliação das áreas institucionais surtiu efeito, já que a área foi ampliada, da década de 1940 para a década 1950. As áreas verdes também expandiram-se. De um total de aproximadamente 19.000 m<sup>2</sup> em 1940, elevaram-se para mais que o dobro deste número em 1950.

O total de área loteada ampliou-se, mas da década de 1930 para a década de 1940, justamente o período em que não temos os dados referentes ao número de prédios construídos, resultado, acredita-se, do crescimento das atividades produtivas na cidade (indústria, comércio e serviços) e do crescimento populacional decorrente da dinâmica econômica lançada por essas atividades. Esses fatores garantiram a absorção do espaço rural pelo espaço urbano e que também podem ser aplicados à expansão das áreas institucionais e verdes, como registra a Tabela 09 e a Figura 08.

---

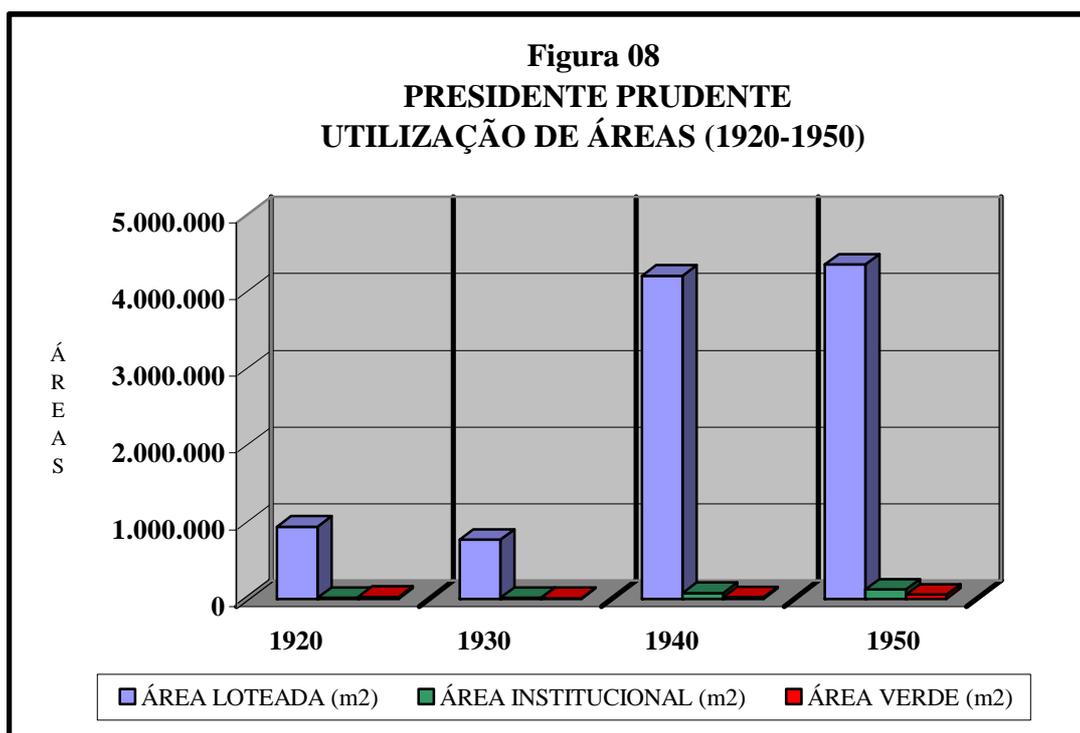
<sup>90</sup> Se no prazo de 2 anos não fossem iniciadas as obras, o ex-proprietário poderia solicitar a reintegração de posse. Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - Departamento de Patrimônio (protocolo 11.667), p. 202.

<sup>91</sup> Informação adquirida na Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – Departamento de Patrimônio (protocolo 36.130), p. 125. Augusto de Jesus era presidente da ACIPP, fazendeiro e comerciante.

**Tabela 09 – PRESIDENTE PRUDENTE - UTILIZAÇÃO DE ÁREAS (1920-1950)**

Décadas	Área Loteada (m <sup>2</sup> )	Área Institucional (m <sup>2</sup> )	Área Verde (m <sup>2</sup> )
1920	939.990	13.720	24.900
1930	767.992	12.415	8.448
1940	4.209.765	75.556	18.987
1950	4.354.815	119.811	56.743

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – ASPLAN (Assessoria de Planejamento).  
Org.: Márcia da Silva



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – ASPLAN (Assessoria de Planejamento).  
Org.: Márcia da Silva

No ano de 1949, ainda, segundo o Decreto n° 45, foi proibida a construção de prédios em madeira em todo o quadrilátero central. O trabalho de Bittencourt (1988) aponta que, já em 1987, no centro da cidade, as habitações em madeira correspondiam a apenas 6,32% do total das residências ali existentes. As mais antigas tinham sido construídas há mais de 40 anos, aproximadamente no início da década de 1950, conformando com a idéia de investimentos para a valorização da área central. A

indicação que proibiu a construção de prédios em madeira no centro da cidade é bem mais antiga, de 1924, e foi elaborada pelo vereador José Ramos Terra.<sup>92</sup>

É importante ressaltar que os vários equipamentos urbanos ou os serviços implantados, como a Delegacia de Polícia, o Grupo Escolar, a iluminação pública, o calçamento e o asfaltamento e até as atividades econômicas diversas, como os bancos, restritos ao centro da cidade, por exemplo, foram apropriados de modo diferenciado pelos atores de diversos segmentos sociais. Nem todos tinham oportunidade de usufruir diariamente do jardim público, por exemplo, localizado no centro da cidade e, até certo ponto, distante dos bairros que estavam sendo incorporados à malha urbana.

É neste sentido que não acredita-se na possibilidade da realização das obras públicas ter tido como objetivo único o atendimento a um apelo da população. Não só Tarabay, mas possivelmente os demais prefeitos colocaram nessas realizações interesses dos segmentos aos quais pertenciam, a fim de serem beneficiados.

Embora o crescimento da cidade de Presidente Prudente, em termos de expansão territorial, não tenha sido priorizado nesta dissertação, procurou-se demonstrar a relação do comerciante como representante do poder público local, induzindo e influenciando a produção do espaço central da cidade, em virtude de ali se localizarem os estabelecimentos comerciais e de serviços que legitimavam-lhe a função social e o poder.

Neste sentido, é possível acompanhar as idéias de Sposito (1996) e associá-la ao centro da cidade de Presidente Prudente no período delimitado. No período, a cidade era o centro da cidade visto como a

*representação mais marcante, mas também como expressão do sentimento social de pertencer a cidade. A cidade centraliza, porque concentra atividades econômicas e lúdicas, porque é o ponto de*

---

<sup>92</sup> Pelo exposto, a Lei não foi respeitada. Ata da Câmara Municipal de Presidente Prudente, livro nº 01, sessão de 18/10/1924. In: ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

*concentração das pessoas, porque é o espaço do exercício do poder e da representação desse poder. (Sposito, 1996, p. 116)*

Foi nessa perspectiva que as representações sociais se deram a partir da própria cidade, na busca ou na sustentação de poder das novas lideranças pela prática social. Desnudou-se, então, na pesquisa, um cenário novo de Presidente Prudente, pois visto de outra maneira, a dos comerciantes como atores em relações de poder locais.

## ***CAPÍTULO 04***

### ***AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COMERCIANTES ENQUANTO***

#### ***ATORES EM RELAÇÕES DE PODER LOCAIS***

Pensando os comerciantes como atores em relações de poder locais, estes produziram idéias e ações que se legitimaram em razão da representação que tinham junto a outros comerciantes, a pessoas diversas e à instituição a qual eram associados e os representava. A legitimação das idéias e ações contribuíram, e as simbologias formuladas no imaginário social possibilitaram o exercício do poder. O respaldo a eles assegurado, ao se disporem a solucionar “reivindicações da sociedade”, os tornou importantes a ponto de influenciar, consolidar e/ou transformar aquela realidade. Com isso, as questões ligadas às representações e aos imaginários sociais merecem ser tomadas como ponto de reflexão.

As representações sociais encontram base na realidade produzida e vivenciada pela sociedade, nos movimentos sociais, nos meios de comunicação, nos atos de resistência e em lugares sociais. É na troca de conhecimento, nos diálogos cotidianos, então, que as ações são definidas e o poder é ou não exercido, que as representações sociais, tendo como princípio as palavras e os símbolos,<sup>93</sup> são formadas. Neste sentido, analisar as representações sociais dos comerciantes requer a interpretação de suas realizações que deixaram ou não marcas no espaço.

Trabalhar com o conceito de representações sociais só é possível a partir da explicação do conceito mais geral que é o de representação. Falar em representação traz

---

<sup>93</sup> De acordo com Baczko (1985), o símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos e idéias.

à mente o estar no lugar do outro. Quando alguém representa, torna presente um outro alguém ou um outro objeto. Torna presente uma segunda vez ou outra vez.

Este alguém ou este objeto não está ali fisicamente, mas se faz presente enquanto idéia pelo seu representante. *“Ora, é exatamente essa capacidade de dar às coisas uma nova forma - através da atividade psíquica - que constitui uma representação”*. (Jovchelovitch, 1995, p. 77)

A idéia de representação parte do pressuposto de que existe algo objetivo para ser representado e de que existe um sujeito ativo que opera a representação, possuindo mecanismos de linguagem para garantir a representação em relação à coisa representada.

O sujeito constrói suas representações através da interação social, mas também expressa nas mesmas experiências vivenciadas em sua individualidade. A interação acontece a partir das situações de comunicação, que variam de acordo com a posição de cada um dentro do grupo social e das normas e padrões consoantes à ideologia do segmento detentor de poder. A possibilidade de expor seus pensamentos faz com que o sujeito se destaque ou não no aparecer social, adquirindo ou consolidando formas de poder, legitimando ou não o discurso dominante.

Para Bourdieu (2000), o imaginário coletivo de uma sociedade se constitui no conjunto de representações sobre o mundo. Assim, afirma ele que a noção de representação está contida numa noção mais abrangente, que é a de imaginário social, e, neste sentido, torna-se representação social. Ainda de acordo com o autor, as práticas sociais e suas representações possuem uma temporalidade, mas podem ser apropriadas em outros contextos, por isso mensuráveis, analisáveis. Para Pesavento (1999), é no plano do imaginário social que estão presentes as sensações, traduções e recepções das representações sociais.

A utilização do conceito de representações sociais requer algumas considerações. De acordo com Jovchelovitch (1995), o conceito foi criado por Durkheim, na Sociologia, e Moscovici o transformou em teoria, como uma especificidade da Psicologia Social. Segundo Moscovici, Durkheim, com suas representações coletivas, ajudou a fazer com que as representações sociais fossem uma forma sociológica e não psicológica da Psicologia Social<sup>94</sup>. Na verdade, uma forma depende da outra, havendo interação entre ambas. Para limitar o campo de investigação, foi no sentido sociológico que elas foram aqui trabalhadas.

Jovchelovitch (1995) afirma que as representações sociais são símbolos, valores, idéias, saberes construídos coletivamente e sustentados por um grupo sobre si próprio. É a possibilidade de o sujeito formular, na relação com o mundo já representado, um novo conjunto de significados que sustentarão e legitimarão as suas ações, e através das quais ele pode ser identificado. Por isso, as representações sociais se constroem a partir das práticas sociais, determinando o imaginário social de um grupo em uma época dada. Ao mesmo tempo em que se constrói, o sistema de representações determina as práticas sociais. É um processo de apreensão do real pelo homem, mas que se constrói também em torno de objetos imaginários, como as teorias.

Se o real é apropriação, o é em algum lugar, em um território. Como aqui o lugar é um tempo não vivido, do qual não se fez parte, é necessário resgatar os atores que fizeram deste lugar campo de ação. Mas é preciso entendê-los como, então, se constituíram em seu contexto histórico. É preciso desvendar as representações quando vividas, rastrear nas entrelinhas dos fatos os discursos que já chegam como representação.

---

<sup>94</sup> Nos Estados Unidos, por exemplo, prevalecem as formas psicológicas das representações sociais.

*Assim, são as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais. Por isso elas são sociais – tanto na sua gênese como na sua forma de ser. Elas não teriam qualquer utilidade em um mundo de indivíduos isolados, ou melhor, elas não existiriam. (Jovchelovitch, 1995, p. 81)*

Ao acreditar que as representações sociais são constituídas pela relação com o vivido, como uma dimensão deste, com conflitos, contradições e diferenças, cabe ressaltar sua intrínseca ligação com o poder, uma ligação que não pode ser considerada neutra.

Podemos incorporar à análise, com isso, o estudo de Chartier (1988, p. 14), que entende as representações sociais como um dos mecanismos pelo qual um grupo impõe ou tenta impor seus valores e sua concepção de mundo como universais.

*As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discussões neutras: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas.*

Os comerciantes prudentinos conseguiram universalizar a imagem da ACIPP, enquanto poder privado, como a única “via de acesso” para solucionar problemas da “população” para com o poder público. O poder do discurso político advindo de seus membros estava, por exemplo, na competência em omitir a quem

realmente beneficiava a produção de um espaço delimitado a partir da implantação de infra-estrutura e equipamentos no centro da cidade.

É neste sentido que a relação entre poder econômico, poder político e poder simbólico<sup>95</sup> nos fez identificar acontecimentos na realidade dos anos 20, 30 e 40, que definiram uma hierarquia de forças, algumas que se entrelaçaram e outras que se romperam. A análise das representações sociais dos comerciantes como atores em relações de poder locais esclarece em que medida elas se deram.

### ***A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE E FELÍCIO TARABAY: PARA ALÉM DAS RELAÇÕES DE PODER LOCAIS***

Para se discutir as ações dos comerciantes, representados pela ACIPP e pelo comerciante e líder político Felício Tarabay, foi fundamental perceber o momento em que eles se deixaram “despir”, através das fontes investigadas, para que se demonstrasse aí o exercício do poder, desvendando o discurso ideológico e identificando suas lacunas. Identificação não no sentido de preenchê-las, mas de buscar nas mesmas o discurso crítico proposto por Chauí (1980, p. 23), o antidiscurso da ideologia, “*que é um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico*”.

---

<sup>95</sup> Como forma de ressaltar o poder simbólico dos atores sociais aqui trabalhados, é importante explicar que muitos deles têm, hoje, nomes em ruas, cidades, repartições públicas e privadas, monumentos em praças etc. São exemplos de nomes de ruas na cidade de Presidente Prudente: Luiz Ferraz de Mesquita (decreto nº 696/61) e outros. Felício Tarabay, além de nome de rua (decreto nº 212/52) em Presidente Prudente, possui, no bairro Dona Leonor Mendes Barros, na cidade de São Paulo, uma outra rua com seu nome, Deputado Felício Tarabay. A cidade de Tarabay, com aproximadamente cinco mil habitantes, recebeu este nome também em homenagem póstuma. Ao conversar, informalmente com Elíseo Pereira da Silva, primeiro prefeito da cidade de Tarabay, este esclareceu que Felício Tarabay não possuía nenhuma ligação com a cidade. O nome lhe foi conferido por pedido do governador do Estado, Adhemar de Barros, quando o município estava se emancipando. A biblioteca da loja maçônica Vicente Neiva recebeu o seu nome em virtude dele ter sido um de seus membros e fundadores.

Apesar de não se estar fazendo a história da Associação Comercial e dos processos que a fizeram surgir, o estudo do poder local, através dos comerciantes e de sua instituição, “*não pode restringir-se a uma relação de números, datas e nomes. Impõe-se a compreensão da conjuntura em que (a instituição) apareceu e das transformações estruturais que a tenham influenciado, seja a nível local/estadual/nacional, ambas se inter-relacionando*” (Abreu, 1996, p. 125). É no sentido de conjuntura apontado por Abreu (1996) que se quer caracterizá-la.

O surgimento da ACIPP,<sup>96</sup> articulação de parte da sociedade civil organizada, era um indicador do contexto urbano que se configurava em Presidente Prudente. A crescente burguesia comercial, destituída de poder político, mas com certo poder econômico e simbólico, juntamente com alguns representantes do setor rural e industrial, organizaram-se no sentido de fundar uma associação. Tinham por objetivo representar os interesses desses segmentos perante o poder público e a sociedade.

À medida que foi se estruturando e sendo reconhecida enquanto instituição que exercia poder localmente, por participar de decisões (sendo contrária ou não a elas), passou a sublinhar, em seu discurso, o direito de reivindicar, preponderantemente junto ao poder público, atitudes que favorecessem não só os segmentos os quais representava, mas também a sociedade.<sup>97</sup> De acordo com o depoimento de Félix Ribeiro Marcondes, o

---

<sup>96</sup> A ACIPP foi fundada em 11 de março de 1927. Uma reunião com a presença de pessoas ligadas ao comércio, a indústria e a agricultura, proporcionou o debate de propostas para a constituição da ACIPP. Para a sua efetivação, elegeu-se uma comissão que se responsabilizou pelo trabalho preparativo da primeira assembléia oficial, bem como da divulgação desta nos jornais locais “O Progressista” e “A Voz do Povo”, além de um comunicado diretamente aos comerciantes sobre as providências que estavam sendo tomadas para a concretização da Associação Comercial. O presidente e os demais membros da diretoria provisória, após o estudo de vários estatutos de Associações Comerciais do interior do Estado de São Paulo, optaram ter como modelo os estatutos da Associação Comercial de Botucatu. Um artigo permitia a admissão de sócios contribuintes residentes fora da cidade, incluindo industriais e agricultores, o que garantiria um número maior de associados, apesar da delimitação territorial para a assessoria também ser maior.

<sup>97</sup> Um exemplo da intervenção da ACIPP pode ser notado pelo casos dos colonos e empreiteiros rurais. Estes reclamavam dos baixos salários e do alto preço para o arrendamento de terras. Reuniões com agricultores na sede da Associação contaram com a presença da diretoria e de convidados, e o caso foi apaziguado, como já apontado. Ata da Diretoria da Associação Comercial e Industrial (1929 e 1930).

discurso era o de que o poder público era inoperante, não realizando “benfeitorias urbanas” e “melhorias sociais”.

Na verdade, parcela da população via na ACIPP um caminho para solucionar seus problemas cotidianos<sup>98</sup>, muitos deles impossíveis de serem resolvidos por esta instituição, pois eram de competência do poder público. A Associação Comercial e Industrial, ao fazer pressão e reivindicar, entrou em conflito, por vezes, com a administração local, que a tinha ora como aliada ora como adversária, sendo preponderante aí a figura de seu presidente. Ao conquistar a confiança da população, a relação da Associação Comercial “com a cidade” assumiu outra conotação. Foi assim que alguns atores sociais, que deram-na vida, extrapolaram-na enquanto espaço de obtenção de poder.

É importante frisar que as ações “em favor da sociedade” não podem ser consideradas neutras. Apesar de estreitar as relações entre a ACIPP e a população além segmentos associados, verifica-se nelas a incorporação de estruturas de poder.

Possivelmente a “neutralidade” tenha sido um dos motivos pelos quais a ACIPP não fora, enquanto instituição, declaradamente partidária. Seus membros, no entanto, estavam tanto no PRP local e nas suas dissidências, como nos partidos de oposição que enfim surgiam. Nomes importantes na política local pertencentes à Associação foram se destacando, como o de Luiz Ferraz de Mesquita, no final dos anos 20, os de Miguel Brisola de Oliveira e João Gonçalves Foz, após a “Revolução de 30”, e o de Felício Tarabay, em toda a década de 1940.

---

<sup>98</sup> Nas atas da Diretoria da Associação, no período de 11/11/1946 a 03/01/1947, por exemplo, aparecem vários pedidos da população, a fim de que a Associação tomasse providências a respeito de fatos diversos, como da mudança do ponto das jardineiras, não aceitação, por parte dos funcionários da bilheteria da Estação Ferroviária, de dinheiro rasgado, sujo ou rasurado, da redação de telegramas manuscritos pelos correios, que impossibilitavam a leitura. Esses fatos demonstram o papel representativo que a Associação possuía. Era a única via que se fazia representar junto a órgãos como a prefeitura e a delegacia, por exemplo.

Como representante de segmentos sociais dominantes, apesar de diferenciados pela singularidade de interesses, a ACIPP tinha em seu quadro de associados parte considerável da população prudentina. A ACIPP, enquanto instituição, defendia os direitos de cada um desses segmentos, existindo, então, como uma instituição classista. Pensando ainda na constituição dos setores econômicos que representava, havia que se buscar conciliar conjuntamente os seus interesses. Grandes e pequenos empresários do comércio, por exemplo, divergiam em interesses dos grandes e dos pequenos proprietários rurais.

Geraldo Soler, membro mais antigo da atual ACIPP, falando exclusivamente dos comerciantes, afirmou que eles “*marcaram acentuada participação nessa instituição, mas também teve lugar para os pequenos. A ACIPP não fez e não faz distinção; importa a participação*”... A participação, no entanto, dependia da contribuição mensal recolhida. Muitos pequenos comerciantes, agricultores e donos de fábricas de fundo de quintal não podiam pagar para que seus interesses “fossem defendidos”.

A primeira forma de expressão da ACIPP foi um boletim, com edição semanal, denominado “O Labor,”<sup>99</sup> destinado à divulgação das idéias da Associação enquanto instituição, ao auxílio dos que se interessassem em conhecer a situação do comércio local e a manter informado o seu público mais direto, os comerciantes, agricultores e industriais.

O nome do boletim é, no mínimo, sugestivo. O “Labor” poderia ser referência ao “trabalho que dignifica o homem” ou ainda a demonstração do trabalho profícuo de seus membros para enaltecer a “sociedade prudentina”. Era a divulgação do discurso dominante além grupos que representava. O jornal era um meio de incentivar a

---

<sup>99</sup> Não foi possível localizar nenhum número deste boletim entre as fontes consultadas.

participação, mas também era um instrumento ideológico de possibilidade de destaque, na sociedade, de segmentos dominantes da ACIPP ou de pessoas em sua individualidade. Nesta perspectiva, Chauí (1989, p. 12) afirma:

*É possível também perceber que o discurso ideológico, na medida em que se caracteriza por uma construção imaginária (no sentido de imagens da unidade social), graças à qual fornece aos sujeitos sociais e políticos um espaço de ação, deve necessariamente fornecer, além do corpus de representações coerentes para explicar (a realidade social), um corpus de normas coerentes para orientar a prática (política).*

O discurso presente nas atas da Diretoria e do Conselho Consultivo da ACIPP, por exemplo, deixam claro que o envolvimento com a população local era significativo, o que demandava poder a essa instituição e a seus associados. Poder esse irrestrito ao poder econômico, posto também poder simbólico, conquistado no imaginário social como resultado da afirmação do poder econômico e do poder político. É o “algo a mais” apontado por Bourdieu (1996).

Foi assim que a Associação Comercial e Industrial, com poucos anos de existência, apresentou-se como uma instituição de visibilidade perante a sociedade, o que se confirmou, por exemplo, ao organizar e induzir a participação da população no movimento armado de 1932<sup>100</sup>. A ela também associaram-se outras pessoas.

Como a sua congênere na capital do Estado, a ACIPP tomou providências e dirigiu campanhas para a formação do batalhão revolucionário prudentino. Com o envolvimento de voluntários, a Associação comandou o processo de arrecadação de fundos para a sua manutenção. A campanha de maior envolvimento da sociedade foi a do ouro.

---

<sup>100</sup> As informações aqui compiladas têm como fontes de investigação as entrevistas realizadas com Félix Ribeiro Marcondes, Guiomar Tarabay e Terezinha Tarabay e o n° 04 da Série Caderno do Museu.

A Associação Comercial pôs em prática esta campanha, fazendo um apelo para que doações fossem efetuadas em ouro, pela facilidade na comercialização. Presidente Prudente passou a ser considerada, então, uma das cidades vanguardistas do movimento. Os donativos foram entregues ao Banco Comercial e ao Banco Noroeste do Estado. Além de ouro, muitos doaram armas e munições que abasteceram o batalhão formado na cidade.

Segundo o Caderno do Museu n° 4 (1982, p. 27), oficialmente com o fito de esclarecer a população, mas agindo estrategicamente no sentido de garantir a permanência das vendas abaladas pelo medo da “Revolução”, a Associação, em plena efervescência do movimento, lançou um aviso aos trabalhadores,<sup>101</sup> especialmente aos do campo, mais temerosos em chegar até à cidade, informando da normalidade em que se encontrava a cidade e o Estado, e que não haveria “*quebra do ritmo comum dos negócios de compra e venda no comércio do interior e da capital*”. O aviso trazia ainda um pedido para que os interessados em participar da “Revolução” se apresentassem, pois não haveria recrutamento e sim alistamento de voluntários.

O movimento armado de 1932 teve salutar importância para a ACIPP, posto a formação de representações logradas junto ao imaginário social fortalecer as relações de poder simbólico.

A listagem com os nomes das pessoas e suas respectivas doações demonstra o quanto a população se envolveu, mormente as dos segmentos mais bem dotados economicamente. Na verdade, a campanha teve efeito no imaginário da população, ajudando a criar a imagem de que a “Revolução” seria a redenção dos problemas

---

<sup>101</sup> Não foi possível localizar no Museu Histórico Municipal este aviso para que pudesse ser transcrito.

sociais, políticos e econômicos do país. Na cidade de Presidente Prudente, 143 famílias fizeram doações em ouro<sup>102</sup>.

Os dois partidos políticos militantes na cidade, o PRP e o PD, este último formado por dissidentes do primeiro, por isso inimigos desde então, reconciliaram-se momentaneamente e criaram a Frente Única Prudentina, a exemplo da Frente Única Paulista, na cidade de São Paulo.

A Frente Única Prudentina tinha como líderes Domingos Leonardo Cerávolo, pelo PRP, e Tito Lívio Brasil, pelo PD, assistidos pelo prefeito Luiz Guilherme da Cunha (1931-1933). Além destes, representantes da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente participaram do movimento, como Luiz Ferraz de Mesquita e Miguel Brisola de Oliveira. Outras pessoas em ascensão econômica e política na sociedade local (João Negrão, Adalberto Goulart, Eliseu Prestes César) também foram participantes. O comandante do batalhão foi Miguel Brisola de Oliveira. Com ele, como major<sup>103</sup> (Anexo 2), estava Felício Tarabay. Nesta época, Tarabay buscava expressividade na cidade, logo após a primeira experiência política como vereador. Naquele momento, apenas militava como membro do PRP local.

Como os demais moradores da cidade, os comerciantes ajudaram na campanha e, além da doação em ouro, doaram tecidos para as fardas, e gêneros alimentícios. Um deles era Gentil Giannetti Godoy, que havia chegado a Presidente Prudente na década de 1920 para trabalhar na chácara de propriedade do tio, João

---

<sup>102</sup> A listagem com nomes encontra-se relacionada no Caderno do Museu n° 4. O Caderno justifica a edição da listagem como uma forma de preservar a documentação, tão importante para outros enfoques de pesquisa. As doações variaram de alianças de casamento (doação mais comum e que mostra a vontade das pessoas em ajudar, entregando, talvez por falta de outro, o seu bem mais precioso, economicamente ou afetivamente) até pulseiras e colares de ouro e brilhante.

<sup>103</sup> O cargo de major lhe foi atribuído em virtude da necessidade, durante o movimento de 1932, de auxiliares patenteados aos postos superiores do comando em Presidente Prudente. Com isso, Felício Tarabay conquistou o título de major, e Miguel Brisola de Oliveira, também membro da ACIPP na época, o de coronel.

Franco de Godoy. Passou a ser comerciante, em função do crescimento da cidade, que ofereceu novas oportunidades de trabalho, e das dificuldades com a lavoura cafeeira.

*Em 1932, quando São Paulo levantou-se contra a Ditadura Vargas, e houve o chamamento dos Paulistas para defender São Paulo, o povo de Presidente Prudente e região, homens de todas as classes, branco, preto, mulher e criança, se apresentaram no Quartel General para se alistarem no Batalhão Constitucionalista de Presidente Prudente. (Godoy, 1982, p. 69)*

Um outro exemplo da participação dos comerciantes baseia-se na declaração de Maria Carmelita Campos, ao falar do tio, então proprietário de uma casa de ferragens. Seu depoimento demonstra o papel dos comerciantes e dos segmentos dominantes na recrutagem de soldados. Afirmou ela, em entrevista, ao Caderno do Museu n° 4:

*O nosso tio Aureliano Tenório de Brito, dono da Casa Fraterna, a maior casa comercial daquela época, chamou os empregados e disse-lhes: aqueles que quiserem partir para o 'front' podem se inscrever, que na volta terão seus lugares na nossa casa; mas os que desertarem, que nunca me apareçam aqui. (Campos, 1982, p.71)*

Essa declaração deixa explícito o intuito da ACIPP, no movimento, por intermédio de seus membros. Instruídos pela diretoria (Ata da Diretoria de 1932), não só deveriam apoiar o movimento como também induzir (e até forçar, como no exemplo citado) a participação de jovens no batalhão prudentino.

O ouro arrecadado acabou não sendo utilizado, em virtude de outras doações terem sido suficientes para manter o batalhão. A Associação Comercial de São Paulo, que fazia o recolhimento oficial, decidiu doá-lo à Santa Casa de Misericórdia da

capital. A decisão foi criticada por aqueles que contribuíram, não só de Presidente Prudente mas também de todo o Estado. O ouro então foi distribuído proporcionalmente pelas Santas Casas de cada município, de acordo com o total arrecadado por cada um deles.<sup>104</sup>

O papel da administração pública de Presidente Prudente no contexto da mobilização pode ser buscado nas medidas tomadas por Luiz Guilherme da Cunha, prefeito municipal, considerado um dos líderes do levante armado de 1932. Foi ele o responsável pela oficialização dos trabalhos, permitindo que a cidade se envolvesse tão efetivamente. O poder público foi, assim, conivente e favorável ao acontecimento.

Por ter sido o movimento de 32, acredita-se, o responsável pela mais significativa relação entre a Associação Comercial, o poder público e a população prudentina, justifica-se o interesse em situar suas repercussões em Presidente Prudente. Não se pode negar, no entanto, sua possível superficialidade, se forem consideradas as implicações decorrentes da chamada “Revolução de 32” em todo o país.

Na verdade, a Associação Comercial demonstrava o seu papel no desenvolvimento de forças que, naquele momento, foram cúmplices dos tradicionais líderes políticos locais, possivelmente com a intenção de substituí-los futuramente. Era a então burguesia urbana munindo-se de elementos que garantissem transformações na vida local.

Felício Tarabay era um de seus membros. Proprietário de uma loja que comercializava armarinhos, fez sua vida política e pública em Presidente Prudente. Iniciou sua carreira na cidade de Viradouro, em 1924, como vereador. Anteriormente foi escrivão de paz naquela cidade, e aos poucos tornou-se “*chefe político do lugar*” (A

---

<sup>104</sup> Na inexistência de Santa Casa, as doações iriam para outras instituições da cidade doadora. Se a pessoa que fez o donativo discordasse dessa decisão, era possível o resgate dos objetos doados, mas com o pagamento do valor da avaliação.

Voz do Povo, 19/11/1950, nº 1521). Não há informações do período de sua chegada a Presidente Prudente, mas sua participação e liderança logo foram notadas<sup>105</sup>. O primeiro cargo público em Presidente Prudente foi o de vereador, em 1930, para suprir a vaga do vereador Luiz Ferraz de Mesquita,<sup>106</sup> cargo que abandonou algum tempo depois.

Na verdade, esta parece ter sido uma estratégia elaborada por Felício Tarabay que, após a renúncia, deixou o PRP e associou-se ao PL. Com isso, pelo decreto do interventor Waldomiro de Castilho Lima, foi nomeado, em 17/04/1933, para o cargo de prefeito de Presidente Prudente (A Voz do Povo, 28/04/1933, nº 310). Era o primeiro cargo notadamente de consistência política do agora major Felício Tarabay. Foi assim que ele chegou ao poder, como ex-militante do PRP, tendo, segundo Abreu (1972), iniciado sua ascensão política em decorrência da profícua participação nas construções da Loja Maçônica Vicente Neiva e da Santa Casa de Misericórdia.

Felício Tarabay ficou apenas um ano na prefeitura e foi deposto quando da formação e consolidação do Partido Constitucionalista (PC) em Presidente Prudente, partido do qual fazia parte Armando de Salles Oliveira, nomeado interventor do Estado. A pressão no âmbito municipal foi exercida pelos membros do PD, que então se organizavam para voltar ao poder. O principal representante deste partido foi Tito Lívio Brasil, que perdera o cargo de prefeito e passou a trabalhar para que Tarabay fosse

---

<sup>105</sup> De acordo com os depoimentos de Guiomar e Terezinha Tarabay, filhas do comerciante, o pai nasceu no Líbano em 15/11/1899. Ao certo não se sabe o ano em que chegou ao Brasil. Na cidade de Viradouro conheceu a sua primeira esposa, com a qual teve 6 filhos. Um fato pitoresco foi que, para se casar, Tarabay “roubou” a moça e acabou sendo preso pelo feito. Na verdade, Genoveva Tarabay era filha do coronel Junqueira, chefe da mais tradicional família da cidade de Viradouro, por isso não admitia que a filha se casasse com um homem pobre, turco e sem profissão. Como o pai de Tarabay chegou ao Brasil sem muitas posses, presume-se que a sua união tenha lhe garantido a fortuna. Com o falecimento de Genoveva Tarabay, voltou a se casar. Desta união nasceram mais duas filhas. Tinha tendência musical, tocava flauta e clarinete. Trabalhou em teatro amador quando tinha aproximadamente 18 anos. Faleceu em 1951 em decorrência de um tumor cerebral. O padre da igreja católica de Presidente Prudente recusou-se a rezar sua missa de 7º. Dia em virtude, não se sabe ao certo, se da sua ligação com a maçonaria ou se pelo fato de ser libanês. O curioso é que o padre Sarrion, falecido pouco antes que Tarabay, aceitou a doação feita por ele, do Altar Mor da igreja de São Sebastião.

<sup>106</sup> Luiz Ferraz de Mesquita e Antonio Uchoa Filho pediram demissão dos seus cargos e o PRP candidatou dois de seus líderes, ambos eleitos pela Câmara. Felício Tarabay ficou com a vereança juntamente com Paulo Marcondes. A Voz do Povo, 20/07/30, nº 221.

exonerado da prefeitura. O convencimento constituiu-se em pedidos junto aos membros dos órgãos superiores do Estado, que acataram aos insistentes apelos dos líderes do PC e do PD locais. Contudo, Tarabay, de acordo com Abreu (1972, p. 318),

*concretizou uma série de realizações administrativas há muito esperadas pela população e que dispunha do apoio popular consubstanciado em inequívocos abaixo-assinados, porque sua permanência na Prefeitura não condizia com os interesses dos constitucionalistas prudentinos.*

Apesar do pouco tempo de governo, Felício Tarabay foi responsável pela construção de obras e equipamentos de uso coletivo que, além da função de “dar cara” de cidade a Presidente Prudente, como aponta (Abreu, 1972, p. 323) “O Sr. Felício Tarabay aproveitou bem os seus 11 meses, atacando de rijo velhos problemas da cidade, fazendo das antigas reivindicações seu plano administrativo”.

Mais uma vez, os comerciantes representados pela Associação Comercial se constituíram numa força que procurava ganhar expressão política. Foi organizada uma manifestação para que Tarabay voltasse ao poder. Uma parte considerável da população prudentina, representada, sobretudo, pelos comerciantes<sup>107</sup>, agricultores e industriais (esses últimos em número bem inexpressivo) manifestou-se, enviando um telegrama ao governador do Estado.

*A Associação Comercial de Presidente Prudente, representando as classes comercial, industrial e agrícola do município, lamenta profundamente a exoneração do Maj. Felício Tarabay do cargo de Prefeito Municipal que vinha desempenhando com elevado critério, competência e honestidade, satisfazendo plenamente os interesses gerais, imprescindíveis ao nosso município, apoiado por todas as classes laboriosas. Cordiais Saudações. (A Voz do Povo, 01/04/1934, nº 350)*

---

<sup>107</sup> Vicente Furlaneto em entrevista afirmou ser ele “peixe pequeno”, ou seja, pequeno comerciante que não tinha espaço na Associação Comercial.

Nas entrelinhas do acontecimento, Abreu (1972) levanta a possibilidade de que o próprio Felício Tarabay tenha comandado a manifestação, pois era membro estimado na Associação Comercial, como participante de sua diretoria. A estima também faz parte do poder simbólico e, com isso, “*os chefes são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada*” (Baczko, 1985, p. 296). Neste caso, além do papel exercido por Tarabay como prefeito, há que se levar em consideração o reconhecimento por parte dos seus companheiros de Associação, mesmo que ele os tenha incitado a ficar a seu favor.

Não foram suficientes os esforços, e o PC permitiu o retorno dos democráticos ao poder, representados por personalidades como João Gonçalves Foz.

*uma decisão essencialmente política (que) entrava em choque com os anseios de uma parte ponderável da população, numa prova muito convincente de que o comportamento político do crítico intransigente do PRP – o PD – agora transformado em Partido Constitucionalista, agia da mesma maneira que os ‘carcomidos’ para galgar o poder.* (Abreu, 1996, p. 72)

Felício Tarabay e João Gonçalves Foz, apesar de membros da ACIPP, disputavam o poder local. Esse é um exemplo da heterogeneidade de interesses políticos existentes no interior da Associação. Nota-se aí o quanto Tarabay era considerado ou fazia-se ser, pelo apoio dado a ele e não ao seu colega de Associação.

Felício Tarabay afastou-se da vida política, em termos de estar ocupando um cargo público, no início de 1934, logo após esse acontecimento. Participou ativamente, no entanto, nos bastidores do PRP, ao qual voltou quando deixou o cargo de prefeito, colaborando para a sua reorganização na cidade.<sup>108</sup> Durante os anos que se seguiram, sua postura foi severamente criticada pelo jornal A Voz do Povo.

---

<sup>108</sup> Segundo Guiomar Tarabay, ele foi convidado para a reorganização do PRP local.

O número 444 desse jornal, editado em 23 de fevereiro de 1936, afirmava que Tarabay voltou ao PRP por não querer ser esquecido pelos prudentinos e por “*não se conformar em deixar de ser importante (...). Ele está pensando que fazer política é como vender meia e colarinho de camisa*”.

O seu retorno efetivo à política ocorreu quando trocou mais uma vez de partido, deixando o PRP e se filiando ao PC, partido que o havia exonerado da prefeitura em 1933 e que tinha Pedro Furquim como presidente,<sup>109</sup>. O fato ocorreu em virtude de Leonardo Cerávolo também estar no PRP e ter sido eleito presidente do partido, o que deixou Tarabay descontente, fato que, possivelmente, tenha dado início à rivalidade política entre os dois chefes locais.

A constante ausência de Tarabay da cidade fez com que ele tivesse uma popularidade instável. Abreu (1996) aponta que seu prestígio localmente pode ter sido superficial, justamente pela pouca popularidade que possuía em comparação à consubstancial popularidade de seu adversário político, Leonardo Cerávolo. Ambos eram rivais na conquista da credibilidade da população local enquanto supostos líderes, notadamente na década de 1940, quando Tarabay estava na presidência da ACIPP e Cerávolo estava frente ao executivo local. Ambos eram intercessores entre a população e o poder público, fosse ele o municipal ou o estadual.

Guiomar Tarabay, ao falar de Felício Tarabay e de Leonardo Cerávolo, incorporou a disputa dos dois chefes políticos locais. Afirmou em entrevista: “*Dr. Cerávolo não*” *fez metade das coisas que papai, papai não, vou falar Felício Tarabay, realizou naquele rincão*”. Percebe-se aí a paixão por Felício Tarabay transferida para a mulher política, “*com sangue político herdado do pai*”, segundo ela própria.

---

<sup>109</sup> Foi a partir daí que surgiu a união política de Tarabay e Furquim, grandes líderes locais na segunda metade dos anos 40.

Representante daqueles que comprometeram-se com o regime instaurado, Domingos Cerávolo foi nomeado prefeito municipal em 1938, por Adhemar de Barros, interventor do Estado de São Paulo, no período. O longo mandato foi resultado do Estado Novo. O prefeito, por este motivo, fez uma administração sem contestações, já que esse sistema de governo não permitia oposição formal. Apoiado pelos coronéis e buscando atender às “solicitações da população”, tornou-se um exemplo local, mesmo no período ditatorial, de administração populista.

De acordo com Abreu (1996), Cerávolo representou para a população de Presidente Prudente o que os coronéis tinham representado no pretérito, com a realização de um governo assistencialista como forma de conquista de eleitorado.

A partir da década de 1940, iniciaram-se os trabalhos de Tarabay como presidente da ACIPP (1942 a 1950), fortalecendo também o seu papel de líder local e evidenciando esta instituição, até então na aparente neutralidade política. Não que nos anos anteriores a participação da Associação tenha sido insólita. Pelo que consta nas atas da Diretoria da ACIPP, foram várias as providências com o intuito de melhorar a disponibilidade de serviços na cidade, bem como a participação em trâmites políticos, como no caso Tarabay em 1934. Com relação aos melhoramentos de infra-estrutura, a recuperação das ruas, intransitáveis sempre que chovia, foi o mais solicitado<sup>110</sup>. Acordos

---

<sup>110</sup> Foram tomadas providências por parte da Diretoria da Associação Comercial e Industrial, como: melhoramento das ruas da cidade (reunião com autoridades para o conserto dos estragos provocados pelas chuvas fez com que a prefeitura enviasse máquinas aos locais afetados), projeto de modificação da lei de contas assinadas (o projeto foi retirado do Congresso Federal), falta de estampilha federais (foi reivindicado, junto ao Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, o envio das mesmas a Presidente Prudente), elevação da 3ª para a 2ª categoria, da agência do correio local (o que a tornará mais eficiente, pois contará com a presença de carteiros, caixas próprias e prédio mais amplo), cotação de câmbio, mercadorias e café, recenseamento do comércio (solicitação aos agentes de estação da Estrada de Ferro Sorocabana da relação de comerciantes e agricultores domiciliados nas localidades da região). Uma realização importante em 1932, reivindicada também pela Associação Comercial junto à administração da Estrada de Ferro Sorocabana, foi a construção da ponte sobre os trilhos da Estrada de Ferro, ligando as duas partes da cidade. A construção da ponte teve apoio direto da Associação Comercial. Há vários anos a instituição pressionava o poder público para que a realizasse. Facilitaria o acesso ao centro da cidade da população de além linha.

entre poder público e poder privado<sup>111</sup> permitiram que a prefeitura atendesse às solicitações, como forma de agraciar a população e os segmentos associados à ACIPP.

Não se deve entender o fato como um ato de bondade por parte da Associação Comercial. Com a impossibilidade de deixar as residências, nos dias de chuva, as pessoas não consumiam e, conseqüentemente, não gastavam no comércio. Parte daí um dos interesses da instituição em pressionar o poder público em questões como essa, referentes ao “bem estar dos prudentinos”. Por vários anos a Associação cobrou dos prefeitos, especialmente os contrários a facções políticas defendidas por seus líderes, medidas para tornar a cidade mais atrativa ao consumo. Uma das principais reivindicações da ACIPP, como já demonstrado, eram investimentos no centro da cidade, no qual os comerciantes viviam e trabalhavam.

Nos anos 40, quando Cerávolo era prefeito, e Tarabay presidente da ACIPP mas almejava o retorno a um cargo público, acirraram-se as disputas entre ambos, apesar da origem perrepista. A postura de Cerávolo era contraditória, pois ao mesmo tempo em que agia para não permitir que Tarabay tivesse expressão política, procurava atender às solicitações apresentadas pela ACIPP que, sem dúvidas, era a única instituição capaz de se organizar tanto a favor quanto contra as decisões do poder público, já que representava parcela dos segmentos dominantes da cidade. Era uma disputa que acirrava também as divergências entre o poder privado e o poder público,

---

<sup>111</sup> Outra demonstração de cisão entre público e privado, em possível “benefício da população” prudentina, ocorreu em 1938. Foi feito um apelo pela Associação Comercial, por intermédio de seu presidente, Raul Inácio Pires, e pela prefeitura da cidade, através do prefeito Miguel Brisola de Oliveira, para que os diretores da Estrada de Ferro Sorocabana adotassem o uso de bilhetes de excursão entre Presidente Prudente e Porto Epitácio, constituindo-se uma forma mais acessível de lazer para a população local. O resultado foi positivo e a diretoria da Estrada de Ferro promoveu por algum tempo esse esquema de viagem.

ambos afirmando trabalhar tendo em vista o “bem-estar” da população.<sup>112</sup> Alguns exemplos podem esclarecer melhor esta relação.

O tabelamento de alimentos<sup>113</sup> imposto pelo Estado desde 1940 foi o que provocou maiores discussões. As controvérsias tiveram início a partir de um acordo entre Cerávolo e Tarabay relacionado à distribuição de farinha de trigo, um dos alimentos em escassez em decorrência do controle de preços. Como a farinha de trigo estava em falta na cidade, foi feita uma encomenda na cidade de São Paulo, em acordo realizado entre prefeitura e Associação Comercial. Ao receber a farinha, o prefeito deveria repassá-la aos comerciantes, como parte do contrato de compra firmado. O acordo, no entanto, não foi cumprido, e a farinha, que deveria ter sido remetida aos comerciantes, em especial aos donos de padarias, foi distribuída diretamente, pela prefeitura à população, causando revolta aos comerciantes. O jornal *Correio da Sorocabana*, de 16/05/1946, em seu nº 37, apresentou um protesto organizado pela Associação Comercial contra a atitude do prefeito.

Após o embate decorrente do caso, o jornal *Correio da Sorocabana* de 19/05/1946, nº 38, publicou uma matéria intitulada “*Prefeitura contra comércio,*” informando que os comerciantes acusavam a prefeitura de vender a farinha de trigo, deixando de respeitar o direito a eles reservado de transacionar mercadorias. Segundo o jornal, a prefeitura passou de “órgão fiscalizador a órgão fiscalizado”.

Numa demonstração de proximidade, fosse pelo mal entendido ocorrido pelo episódio da farinha de trigo, fosse pelo interesse em ligar-se à instituição com maior expressão na cidade, Cerávolo, ao receber uma remessa de açúcar, também em

---

<sup>112</sup> Possivelmente, ao falar em “população prudentina”, a Associação estava considerando, em primeira instância, seus associados.

<sup>113</sup> Não temos informações suficientes para afirmar os motivos do tabelamento de preços e a conseqüente escassez de alimentos. Deduz-se que os desfechos da II Guerra Mundial tenha sido um deles.

falta na época, enviou-a diretamente à Associação Comercial, para que fosse distribuída aos comerciantes. (Correio da Sorocabana, 13/06/1946, n° 43)

Felício Tarabay, como presidente da Associação Comercial, fazia parte da Comissão de Abastecimento organizada em cada município do Estado de São Paulo, para fiscalizar e controlar os preços, bem como para averiguar a inexistência de gêneros alimentícios e providenciar a sua reposição. (A Voz do Povo, 10/08/1946, n° 1076)

Segundo o jornal A Voz do Povo, de 10 de agosto de 1946, em seu n° 1076, a finalidade da participação de Tarabay na comissão era de garantir a “*harmonia entre o povo, o comércio e a prefeitura*”. Apaziguando os comerciantes descontentes com o tabelamento de preços, Tarabay justificou, perante os segmentos que representava, que “*o tabelamento ajudaria a todos, pois asseguraria preço justo aos produtos*”, apesar de impedir a livre concorrência.

Esses acontecimentos mostram que a relação público e privado que então vigia, passa pelos apontamentos de Martins (1994), quando afirma que as pessoas entendem essa distinção, no Brasil, como relativa aos direitos de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa.

Ainda em 1946, as eleições para governador marcaram o retorno de várias facções políticas. Felício Tarabay, juntamente com Pedro Furquim, retornou ao cenário político como membro e responsável, agora, pela organização do diretório do Partido Social Progressista (PSP)<sup>114</sup> na cidade.

Tarabay, como retribuição pela ajuda política de Adhemar de Barros<sup>115</sup>, procurou fortalecer, localmente, a candidatura deste.<sup>116</sup> Consciente da importância das

---

<sup>114</sup> O PSP foi formado a partir de uma facção da UDN.

<sup>115</sup> Em visitas a Presidente Prudente, Adhemar de Barros hospedou-se, por várias vezes, na residência de Felício Tarabay, pois eram amigos e compadres, segundo informaram Guiomar Tarabay e o Correio da Sorocabana, 19/05/1946, n° 38.

<sup>116</sup> O candidato com maiores chances de vitória era Fernando Costa, do PSD, que faleceu antes mesmo de ter sua candidatura confirmada ao cargo. Correio da Sorocabana, 08/09/1946, n° 64.

campanhas eleitorais municipais, que eram asseguradas pela influência que o prefeito ou o líder exercia sobre a população, Adhemar de Barros precisava do apoio de seu correligionário para a conquista de votos. (O Imparcial, 13/02/1947, nº 1189)

Mais uma vez ambos foram vitoriosos. Adhemar foi eleito governador e demitiu em massa os prefeitos opostos à sua facção política, para não compor-se com o PSD de Getúlio Vargas. Felício Tarabay foi nomeado prefeito de Presidente Prudente. Esta singularidade de alianças promovidas nas eleições de 1946 confirma as idéias de Leal (1948),<sup>117</sup> quando este diz que a relação estabelecida pelas emergentes lideranças políticas era apenas uma versão mais organizada da relação existente entre o coronel, que garantia votos, e o governo do Estado, que o compensava, oferecendo o controle da máquina pública. É um exemplo de que o favorecimento político não foi um elemento característico apenas do denominado período coronelista. O clientelismo é inerente ao Estado brasileiro e permanece até os dias atuais.

Para a prática populista no contexto regional, Adhemar de Barros foi, pois, uma referência importante. Exercendo influência na cidade de Presidente Prudente, redimensionou os caminhos do poder local. Com Felício Tarabay na condição de prefeito até o final do ano de 1947, sua substituição por<sup>118</sup> Pedro Furquim e sua eleição para presidente da Câmara Municipal, deu-se início a um período, de acordo com Abreu (1996, p. 115), “*de quase um quinquênio (1947 – 1951) da liderança Felício Tarabay – Dr. Pedro Furquim – Mário Eugênio*<sup>119</sup>, com o respaldo do PSP e do Governador Adhemar de Barros”. A respeito dessa última personalidade e de sua forma populista de governar, Weffort (1965, p. 58) diz.

---

<sup>117</sup> Apud Carvalho, 1968/69.

<sup>118</sup> Em 09/11/1947, realizaram-se eleições para prefeitos e vereadores depois de 11 anos (14/03/1936). Com isso, até essa data, os prefeitos ainda eram indicados pelos interventores de Estado. Felício Tarabay foi o último prefeito indicado (1947) para a cidade de Presidente Prudente após a queda da ditadura varguista.

<sup>119</sup> Mário Eugênio era comerciante em Presidente Prudente (adendo da autora).

*A imagem do chefe patriarcal, que em sua generosidade promete um viver tranqüilo, traduz, na sua condição marginal desses setores, uma expectativa em relação a um determinado tipo de Estado. Não contém a expectativa de uma política específica, mas de um poder que olhe pelos pobres. Daí a importância que atribuem os adhemaristas à atividade assistencial (...) esta representação de Estado, embora não suponha nenhuma política particular, implica em um tipo de política assistencialista.*

Juntos, Tarabay, Mário Eugênio, Furquim e Adhemar de Barros desempenharam o mesmo papel que os coronéis e Cerávolo desempenharam anteriormente, o de mediadores entre os prudentinos e o governo do Estado. Uma matéria do jornal Correio da Sorocabana, nº 121, de 15/05/1947, aponta o fato de que a administração da cidade encontrava-se parada até Felício Tarabay assumir o cargo de prefeito.

*Antonio Sandoval Neto nada realizou. Já Felício Tarabay vem fazendo obras de grande vulto: estradas de rodagem, água, fonte luminosa, banda de música, biblioteca municipal (algumas delas deixadas encaminhadas por Cerávolo).*

Nas eleições municipais de 1947, o PSP lançou, então, Pedro Furquim, apoiado pela UDN, e o PSD indicou Antônio Sandoval Neto,<sup>120</sup> apoiado pelo Partido Nacional Trabalhista (PTN), PRP e PTB, ao cargo de prefeito. De acordo com Abreu (1996), o PSP foi o vencedor, elegendo, como apontado, o prefeito e a maioria da Câmara dos Vereadores, inclusive Felício Tarabay como seu presidente (A Voz do Povo, 09/01/1949, nº 1429). O grupo de vereadores do PSP, na Câmara Municipal, era “*inquestionavelmente chefiado por Felício Tarabay que teve inúmeras oportunidades de demonstrar a sua preeminência*”. (Abreu, 1996, p. 121)

---

<sup>120</sup> Antonio Sandoval Neto chegou a Presidente Prudente em 1926 para desenvolver atividades comerciais. Era proprietário rural e banqueiro do Jogo do Bicho. Foi prefeito de Presidente Prudente por três vezes. No período estudado ficou no cargo de 08/01/1946 a 01/04/1947. (Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33).

Este foi o momento de apogeu da posição de líder de Tarabay na cidade. Ao extrapolar o poder local com o convite para a sub-chefia da Casa Civil do governo do Estado, em 1949, assegurou sua ascensão para além-fronteiras da cidade, apesar de tê-la como sustentáculo político.

Aceitando o cargo, transferiu residência para São Paulo e afastou-se da Câmara de Vereadores, não deixando, porém, de gerir, via Pedro Furquim, a vida política de presidente Prudente. Afastou-se, temporariamente, da presidência da Associação Comercial.<sup>121</sup>

*Ele vislumbrou em Adhemar de Barros um estadualista, e Felício Tarabay era municipalista; fez do governador Adhemar de Barros um municipalista, e se aproveitou dessa proximidade para aceitar o cargo de sub-chefe da Casa Civil, para beneficiar a Alta Sorocabana. (Guiomar Tarabay, 13/01/2000)*

Após sua estada por aproximadamente um ano na Casa Civil, afastou-se, a pedido de Adhemar de Barros, para se candidatar a deputado estadual<sup>122</sup> (Anexo 3), sendo eleito em 03/10/1950. Mais uma vez a união de forças políticas e a troca de favores influenciaram o cenário político e a atuação dos líderes políticos de Presidente Prudente. O cargo de deputado, de acordo com Guiomar Tarabay, ao invés de afastar Tarabay da cidade, fez com que se voltasse mais para ela. Claro que o interesse em favorecer a cidade era também o de favorecer o seu próprio retorno ao meio político local, pois, ainda segundo Guiomar Tarabay,

---

<sup>121</sup> Mesmo fora da cidade, não deixou a diretoria da Cia. Telefônica Paulista, da qual era sócio. Nesta ocasião foi escolhido, ainda, diretor comercial de divulgação da Vasp na capital, empresa de tradição no ramo da aviação em todo o país e que se instalara em Presidente Prudente em 1941.

<sup>122</sup> Esta foi uma notícia de destaque na edição especial do jornal A Voz do Povo de 19/11/1950, no seu nº 1521. Nela há referências de homenagens por parte da imprensa, do povo, do comércio, da lavoura e da indústria de Presidente Prudente a Felício Tarabay.

*Dr. Adhemar pediu para o papai ser deputado estadual; ele não queria porque ele amava uma cidade chamada Presidente Prudente. “Não vou porque dessa terra não saio. Eu quero fazer essa terra”. Através da votação dele o Adhemar faria a legenda; interessava que ele trouxesse votos. (Guiomar Tarabay, 13/01/2000)*

Fica explícito no depoimento de Guiomar Tarabay que seu pai não queria ser candidato a deputado estadual, mas, possivelmente agradecido ao chefe estadual pelo apoio político, não pôde recusar o convite, até porque, para ele, seria um grande salto na carreira política e uma forma de reforçar e assegurar posterior poder localmente.

O acúmulo de cargos, no entanto, fez surgir rumores (A Voz do Povo, 15/07/1951, n° 1535) de que Tarabay não estaria dispensando atenção à Alta Sorocabana, posto o pouco interesse para com os problemas do município de Presidente Prudente desde que se mudara para São Paulo.

O seu falecimento, vitimado de um tumor cerebral maligno, não ofereceu tempo, caso os rumores fossem verdadeiros, para esclarecê-los. A morte de Tarabay alterou as bases partidárias locais. Presidente Prudente perdia uma das principais lideranças políticas da década de 1940. A ACIPP, por sua vez, perdia o líder, aquele que expressava o seu pensamento e que deu visibilidade aos comerciantes e à instituição.

Na conjuntura apresentada, cabe reforçar que a estreita ligação de Tarabay e Adhemar de Barros foi responsável por trocas de favores políticos. Essa afirmação tem relevância quando se observa que, enquanto Tarabay arregimentava votos em Presidente Prudente para os cargos a que se candidatou Adhemar de Barros, todos muito bem sucedidos, este o protegia politicamente, colocando-o em evidência política e pública. Essa relação pode ser demonstrada através das várias viagens de Felício Tarabay à capital do Estado, para encontros com o então líder do PSP<sup>123</sup> ou mesmo pela sua filiação ao partido do qual Adhemar de Barros era líder, para que continuassem juntos politicamente. Uma pequena nota no jornal O Imparcial de 06/11/1945, em seu n° 914,

---

<sup>123</sup> Informações cedidas em entrevista por Guiomar Tarabay.

afirma essa alocação: “*retorna de mais uma de suas viagens a S. Paulo Felício Tarabay, conhecido e acatado elemento da política local*”.

Em entrevista ao jornal O Imparcial de 13/03/1951, nº 2141, p. 1, ele próprio comentou a importância do governo Adhemar de Barros para a região da Alta Sorocabana. Elogios não foram poupados, até porque foi através desse líder populista que Tarabay ascendeu à carreira política.

*É preciso que eu diga que, se alguma coisa pude realizar em benefício desta zona, foi porque São Paulo teve a felicidade de eleger à sua mais alta magistratura aquele político extraordinário, administrador inigualável, municipalista sem par, amigo de São Paulo, de todos os momentos, aquele que é o responsável pelo engrandecimento do interior, - o dinâmico Governador Adhemar de Barros! (O Imparcial, 13/01/1951, nº 2141)*

O contato com autoridades, não só pelos relacionamentos políticos, mas também pelo poder de persuasão com o diálogo, fez com que Felício Tarabay fosse agraciado com verbas estaduais para as suas administrações. Pôde, então, realizar obras que trouxeram “melhorias para a população” e para a “cidade de Presidente Prudente”. Isso não significa dizer que “beneficiaram a população em geral” ou que foram a garantia de “melhores condições de vida” para as pessoas. É possível que parte das verbas tenha suprido interesses próprios e de segmentos dominantes por ele defendidos.

É fato, no entanto, que Tarabay buscava estratégias e apoio além-fronteiras da cidade. De acordo com Félix Ribeiro Marcondes, Tarabay estava sempre atento aos rumores políticos, procurando agradar a população prudentina através de realizações efetivas.<sup>124</sup> “*Todo dia ele aparecia com um, dizendo que era para fazer o levantamento do preço de tal obra, era o jardim, a prefeitura nova, o prédio da Associação*”.

---

<sup>124</sup> Félix Ribeiro fez comentários a respeito de uma série de reportagens que Tarabay mandou publicar na imprensa falada e escrita, em 1944, para comemorar os 50 anos da Associação comercial de São Paulo. Possivelmente esta tenha sido uma forma de divulgar Presidente Prudente e o próprio Felício Tarabay

O poder local investigado extrapolou o próprio local e se remeteu a outras conquistas, consideradas pela posição que os atores passaram a desempenhar na sociedade e que esta lhes conferiu. Felício Tarabay, ao ser nomeado sub-chefe<sup>125</sup> da Casa Civil do governo Adhemar de Barros, e ao eleger-se deputado estadual, fortaleceu este aspecto. “*Era homem de uma astúcia, de uma coragem; Maquiavel perdia longe,*” afirmou Guiomar Tarabay.

---

que, como presidente da ACIPP, ganhou destaque tanto localmente, como na capital do Estado, por ser a homenageada a Associação Comercial da cidade de São Paulo. Félix Ribeiro Marcondes afirmou, ainda, que Tarabay estava constantemente acompanhado por engenheiros.

<sup>125</sup> A data de sua saída deste cargo não foi localizada.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Como forma de dar respostas aos objetivos propostos, cabe apresentar, sucintamente, as considerações finais, as quais a pesquisa nos permitiu apontar, no interior daquilo que se almejou: analisar parte da história de Presidente Prudente através da identificação das representações sociais dos comerciantes como atores em relações de poder locais no período de 1927 a 1951.

As relações de poder locais, no Brasil, se fundamentaram na economia de base agrária e na ordem institucional centralizada. Com isso, tanto no passado, quanto no presente, tanto coronéis, quanto segmentos urbanos (grandes industriais e comerciantes) e seus representantes são os atores políticos do mando personalista e sustentáculos do poder central.

Em Presidente Prudente, mesmo com as chamadas novas lideranças conquistando o poder político após a “Revolução de 30”, as bases das relações coronelistas permaneceram, se reproduzindo em decorrência de seus atores terem se originado, politicamente, nas entranhas do PRP e de todo o cenário por ele montado para a obtenção de poder. Elas, pelas funções sociais desempenhadas, possuíam poder econômico e simbólico, assegurados pelas representações sociais elaboradas em decorrência da posição que ocupavam no imaginário social.

Dentre as novas lideranças estavam os comerciantes. O comerciante e líder local Felício Tarabay destacou-se por construir, pela prática social, representações perante a sociedade prudentina da época. A sua militância, na ACIPP, na década de 1940, mas também a sua atuação em cargos públicos, anteriormente e

após esse período, nos delimitou o recorte temporal e territorial, este pela obviedade do espaço de desenvolvimento de sua atividade econômica, a cidade de Presidente Prudente.

Se o objetivo principal foi o de identificar as representações sociais dos comerciantes membros da ACIPP no período de 1927 a 1951, isso se fez, preponderantemente através de suas ações tanto localmente quanto ao extrapolarem esse espaço de poder, portanto, a partir de ações concretas. A “permissão” para que as novas lideranças atuassem no cenário político de Presidente Prudente foi dada pela decadência do coronelismo como fenômeno atrelado às bases agrárias e pelo crescimento das funções urbanas, que deram origem à burguesia urbana. Alguns desses segmentos, no entanto, apesar do novo partido e do discurso diferenciado, eram representantes das bases tradicionais do poder.

Na verdade, esse processo só se acelerou na terceira etapa de produção do espaço urbano da cidade, aquele apontado como o de consolidação das novas lideranças. Estas puderam atuar mais sistematicamente, pelos cargos públicos ocupados e pelo definhamento da autonomia municipal. O marco foi à promulgação da Lei Orgânica dos Municípios de 1935.

As transformações político-econômico-sociais decorrentes da crise mundial de 1929, foram as responsáveis, também localmente, pela diminuição da produção de café, incentivando sua substituição pelo algodão e, posteriormente, pelo gado. As conseqüências da crise fizeram-se notar, ainda, pela escassez de firmas abertas (estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e de comércio e serviços) no final da década de vinte, reflexo da instabilidade econômica vivida no mundo. Politicamente, Presidente Prudente teve as novas lideranças ascendendo e ofuscando, quase que ao mesmo tempo, o PD. A conjuntura nacional apresentava as

conseqüências da crise do PRP e os processos armados de 1930 e 1932. Este último teve participação incisiva da população prudentina.

Vargas, com pactos estratégicos de poder, levou o país ao delírio e ao desespero. Era o populismo em ação e a ação do populismo, com a democracia, a ditadura e a redemocratização. Vargas nomeou Adhemar de Barros que nomeou Leonardo Cerávolo e Felício Tarabay, rivais na busca pelo poder municipal, mais partícipes de alianças importantes, cada um a seu momento, consubstanciadas nas relações de compromisso e na troca de favores. O compadrio de Adhemar de Barros com Felício Tarabay elegeu-o (a Adhemar de Barros) governador do estado de São Paulo em 1947. Nesse ano o chefe do executivo local, que tinha “bebido na fonte” do coronelismo quando nomeado prefeito em 1933, “bebeu e tomou banho na fonte” populista, sem o sê-lo.

Felício Tarabay, como detentor de poder (econômico, político e simbólico), possibilitou a construção de representações além-história do herói ou do vencedor. Uma frase de Vicente Furlaneto, em sua entrevista, demonstra como era visto o homem público. *Um cidadão emérito, interessava-se em divulgar Presidente Prudente para além região da Alta Sorocabana, era o órgão que anunciava a cidade.* Não somente Felício Tarabay, mas outras lideranças, pelo poder de envolvimento através da retórica, pela consulta gratuita do médico político, pela resolução de problemas considerados de ordem pública, pela instituição privada, fez com que os atores conquistassem espaço no imaginário social. Não raras as vezes eram paternalistas e assistencialistas, mediadores entre a população e o Estado como seus antecessores.

Não poderíamos falar de relações de poder em Presidente Prudente sem atentar, então, à pujança de forças marcadas pela presença dos coronéis Goulart e

Marcondes nos anos 20 (apoiando ou não as novas lideranças). Os coronéis foram os responsáveis pela vida política do município nos anos anteriores a 1930. Neste período, a autonomia municipal permitiu, por exemplo, a ausência de dinheiro público para o público e, por isso, a inexistência ou insuficiência de investimentos em infra-estrutura básica e equipamentos coletivos direcionadores da produção do espaço urbano.

A partir de 1935, a cidade, especialmente a área central, passou a ser local de investimentos em obras de infra-estrutura básica e de equipamentos coletivos. A atividade comercial, entendida como produtora do espaço urbano (do centro) de Presidente Prudente, a partir do momento em que se desenvolveu com potencialidade, beneficiou-se da presença de comerciantes junto ao poder público ou atrelado a ele, decidiu os locais para a destinação de verbas e a implantação dos serviços. Como ali desenvolviam sua atividade econômica, ali investiram os comerciantes.

As conquistas alcançadas pelas novas lideranças e especificamente pelos comerciantes decorreram, então, de uma teia de ações visíveis e invisíveis, fundada na capacidade de elaboração de estratégias e de adequação da busca de poder às condições estruturais locais e estaduais, sustentadas em diversos tipos de poder: econômico, político e simbólico.

Os apontamentos realizados permitiram perceber a atuação profícua dos comerciantes como atores em relações de poder locais no contexto delimitado. Suas representações estão presentes hoje enquanto símbolo, enquanto obras e enquanto obras transformadas em símbolos, esboçando então suas práticas sociais. Considerado no imaginário social, o comerciante e político Felício Tarabay ganhou visibilidade. As idéias e ações por ele defendidas, mesmo como expressão de

segmentos dominantes, não podem ser ignoradas. È neste sentido que se justifica esta pesquisa.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista:*

*Presidente Prudente.* Presidente Prudente: FFCL, 1972.

ABREU, Dióres Santos. *Poder político local no populismo: Presidente. Prudente*

*(SP) - 1928-1959.* Presidente Prudente: Impress, 1996.

ABREU, Dióres Santos. *Recortes.* Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997.

ABREU, Maurício A. Sobre a memória das cidades. *Território Livre*, Rio de Janeiro:

n° 4, 1998.

ABREU, Maurício A. *Cidade brasileira, 1870-1930.* In: Simpósio Nacional de

Geografia Urbana, 1999, Presidente Prudente. Anais do 6° Simpósio Nacional de

Geografia Urbana. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999.

ARENDT, Hannah. *Crises da República.* São Paulo: Perspectiva, 1973. (Coleção

Debates).

ARENDT, Hannah. *Da revolução.* São Paulo: Ática, 1985.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Fiorense, 1997.

AZEREDO, Leo. *Presidente Prudente e o criador de sua grandeza: 1920-1944.* São

Paulo: sn., 1944.

BACZKO, B. Imaginação social. In: *Enciclopédia Enaudi: imaginação social.*

Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BASBAUM, Leôncio. *História da República (1989-1930).* São Paulo: Alfa Ômega,

1968.

- BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Cia. das Letras, 1972.
- BITTENCOURT, Rosa Maria. *Presidente Prudente: a habitação de madeira e o desenvolvimento do oeste paulista*. São Paulo, 1988. 546 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- BOBBIO, Norbert. *Dicionário de política*. Trad. Luís Guerreiro P. Cocais. Brasília: UNB, 1986.
- BOBBIO, Norbert. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (Pensamento Crítico)
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. CONSTITUIÇÃO Federativa do Brasil, 1891. s.n.t.
- CAMPOS, Maria Carmelita F. P. de. Prudente em 1932. In: *Série Cadernos do Museu*. Presidente Prudente, n° 4, 1982.
- CARLOS, Ana Fani A (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARONE, Edgard. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 20, p. 153-93, jan. 1966.
- CARVALHO, José Murilo de. Estudos do poder local no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, p. 25-6; 231-48, 1968/69.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980. p. 03-38.

- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).
- CHARTIER, Roger. *História da cultura: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.
- COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA. São Paulo, 1920-1980.
- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Lena Castelo Branco Ferreira. *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- CUNHA, José Auri. *Filosofia: iniciação à investigação filosófica*. São Paulo: Atual, 1992.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de Halbwachs e Peierre Nora. *Revista Brasileira de História: Memória, história, historiografia*, São Paulo, v. 13, n 25/26, 1992/1993.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. *Espaços & Debates*, São Paulo, n 24, 1988.
- DAVIDS, Neusa Costa. *Poder local: aparência e realidade*. Campinas, 1968. Tese (Doutorado) - UNICAMP.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUNDES, Ana Cláudia. *O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998, 288 p.
- DURKHEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. In: *sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1975. 2 v.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1972.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GODOY, Gentil Giannetti. Em 1932, quando São Paulo levantou-se contra a Ditadura Vargas. In: *Série Cadernos do Museu*. Presidente Prudente, 1982, n° 4.
- GOMES, Ângela de C. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. In: *História*. São Paulo: s. n., 1997, p.109-29.
- GUIMARÃES, Raul Borges. *Saúde pública e política urbana: memória e imaginário social*. São Paulo: USP, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico do Estado de São Paulo: População e Habitação. Rio de Janeiro: FIBGE, 1940.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1940.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Agropecuários do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1920 e 1940.
- HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH*. São Paulo: DPH, 1992.

- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- HAROLD, Lasswell, KAPLAN, Abrahan. *Poder e sociedade*. Trad. Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa . Brasília: UNB, 1998.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)
- HORA, Mara Lúcia Falconi da. *O projeto Cura III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade?* Presidente Prudente, 1997, 273 p. Dissertação (Mestrado). – FCT/ UNESP
- HORA, Mara Lúcia F. da, SOUSA, Silvia A. de. Dinâmica habitacional no oeste do Estado de São Paulo. *Recortes*, Presidente Prudente, n 05, p. 39-78, 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEDROUT, Raymond. Política urbana e poder local. *Espaço e Debates*, São Paulo, n 3, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena R. Ramos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCLPP, 1972.

- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder – o (caso) dos coronéis*. São Paulo: Anna Blumer, 1996.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Gradil, 1979.
- MACHADO, Leda Maria V. Atores sociais, gênero e continuidade. In *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: Anna Blume, 1995.
- MARCONDES FILHO, Ciro. O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia. *Cadernos de Educação Política*, São. Paulo, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MEIHY, José C. S.B. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, n 05, 1994.
- MELO, Jayro Gonçalves. *Imprensa e coronelismo*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1995. (Série Ideologia e Poder, n 01).
- MELO, Jayro Gonçalves. Ideologia e poder. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996.
- MELO, Jayro Gonçalves. “A Voz do Povo” e a “Revolução de 1930”. Presidente Prudente: FCT/UNESP/CNPq, 1998. (Série Ideologia e Poder, n 02).
- MENDES Jr. Antonio, MARANHÃO, Ricardo, RONCARI, Luiz (Org.). *Brasil história: texto e consulta*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França Raul A. e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- NOGUEIRA, Oracy. Movimentos e partidos políticos em Itapetininga. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n 11, 222-47, junho 1961.
- PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-90, 1995.
- PESAVENTO, S. J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- PRESIDENTE PRUDENTE (Cidade). Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico, 1943-1944. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, 1945.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1975 (História Geral da Civilização Brasileira).
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: s. n., 1994.
- SÉRIE CADERNOS DO MUSEU. Presidente Prudente, 1982, nº 4.
- SILVA, Márcia da. *O vai e vem: de quem? Um estudo sobre a atividade comercial varejista na micro-região de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Monografia de Bacharelado)
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SOUZA, Marcelo José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. C., CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- SPOSITO, Eliseu S. *Produção e apropriação da renda fundiária em Presidente Prudente*. São Paulo, 1990, 230 p. Tese (Doutorado) – USP.

- SPOSITO, Eliseu S. *Cidade, urbanização, metropolização*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Série URBI)
- SPOSITO, Eliseu S. et al. *Dissertação, tese e metodologia*. Presidente Prudente: s. n., 1998. (Mimeo.)
- SPOSITO, Maria Encarnação B. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Rio Claro, 1983, 230 p. Dissertação (Mestrado) – UNESP.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. *O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade*. São Paulo, 1991, 384 p. Tese (Doutorado) - USP.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Produção do espaço e redefinições regionais: (re)estruturação da cidade: *Relatório de pesquisa*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1994.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GASPERR, 1996.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: GASPERR, 1999.
- SPOSITO, Maria E. B., MELAZZO, Everaldo dos S. População no oeste paulista: dados censitários e análise preliminar. *Recortes*, Presidente Prudente, n 05, 1995.
- SPOSITO, Maria Encarnação B, GUIMARÃES, Raul B. (Org.) *Conjuntura Prudente/97*. Presidente prudente: FCT/UNESP, 1997. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

WEBER, Max.. *Conceitos básicos de sociologia*. Trad. Gerard G. Delaunay. São Paulo: Moraes, 1987.

WEFFORT, Francisco. As raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1965, n° 2.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

### ***JORNAIS***

CORREIO DA SOROCABANA. Presidente Prudente, 1945-1950

A VOZ DO POVO. Presidente Prudente, 1926-1952

O IMPARCIAL. Presidente Prudente, 1941-1951

### ***ENTREVISTAS***

Guiomar Tarabay

Terezinha Tarabay

Geraldo Soler

Félix Ribeiro Marcondes

Vicente Furlaneto

Adhemar de Barros Filho

Ophelia Delício Nogueira

### ***OUTROS***

Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente

Atas da Diretoria da Associação Comercial – 1927-1951

Atas do Consultivo da Associação Comercial – 1927-1951

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – Assessoria de Planejamento  
(ASPLAN)

Primeiro Cartório de Registro de Imóveis – Livros 01 e 02

## ***ANEXO 01***

### ***ROTEIRO DE ENTREVISTAS (INFORMAL)***

Dados pessoais: nome, idade, origem (se não é natural de Presidente Prudente, quando chegou à cidade)

Profissão

Função econômica que exerceu

Quando se estabeleceu no ramo

Contato com a Associação Comercial

Foi associado (a partir de que ano e até quando)

Como vivenciou a Associação ou não teve participação

Como a Associação se apresentava perante o poder público

Como a Associação se engajava perante as disputas políticas (enquanto entidade ela “tomava partido” ou apenas seus membros individualmente se envolviam na política)

Como a Associação se apresentava para a sociedade (o povo buscava a Associação para resolver problemas de ordem pública)

Quem se destacava como líder

O período que Felício Tarabay foi vereador (prefeito em 1933 e 1947), presidente da Associação de 1942 a 1950, deputado estadual em 1951

Informações gerais do cotidiano de Felício Tarabay

Informações sobre familiares

Jornal “O Labor” (é do final dos anos 20 mas não se tem informação do tempo que circulou)

O comércio - dinâmica do comércio

Papel dos trabalhadores. Estavam organizados (sindicatos)

Informações sobre a “Revolução de 30”, a ascensão de Getúlio Vargas e a crise do PRP - afetaram a política/economia local

A cidade se desenvolveu e cresceu devido ao que, na opinião do entrevistado

***ANEXO 02***

***CERTIDÃO DE PARTICIPAÇÃO DE FELÍCIO TARABAY NA “REVOLUÇÃO DE  
32”***

***ANEXO 03***

***CERTIDÃO DA ELEIÇÃO DE FELÍCIO TARABAY A DEPUTADO ESTADUAL***

**103. AUTOR:** MÁRCIA DA SILVA

**TÍTULO:** O PODER LOCAL EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP, O COMERCIANTE E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

**GRAU:** MESTRE

**NÚMERO DE PÁGINAS:** 169

**DATA DA DEFESA:** 22/09/2000

**ORIENTADOR:** JAYRO GONÇALVES MELO

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder; poder local; comerciante; produção do espaço urbano; Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente; Felício Tarabay.

**RESUMO:** Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as representações sociais dos comerciantes de Presidente Prudente enquanto atores em relações de poder locais no período de 1927 a 1951. A Associação Comercial e Industrial, fundada em 1927, serviu de fio condutor e objeto de estudo, posto representar o discurso dos comerciantes nela filiados. 1951 é o ano em que morreu Felício Tarabay. Ele foi presidente da Associação Comercial por 9 anos. Foi, também, prefeito de Presidente Prudente por dois mandatos. No legislativo atuou como presidente da Câmara dos Vereadores e deputado estadual. Foi um grande articulador do poder político local, o que justifica o interesse em estudá-lo. Analisamos as relações entre os interesses dos comerciantes e a produção do espaço urbano na área central da cidade de Presidente Prudente. Para essa área (localização das atividades comerciais) eram destinados recursos públicos. Levando em conta o fato de Felício Tarabay ter sido comerciante e prefeito, consideramos importante esclarecer sua atuação como político nos investimentos públicos em benefício do comércio e dos comerciantes. Procuramos demonstrar, também, as imbricações entre o poder local e o nacional, tendo em vista os diferentes modos de inserção dos atores sociais. Dentre eles destacamos os coronéis com seu sistema de poder até 1930 e as novas lideranças a partir de 1935. Procuramos entender como a crise do capitalismo, a ascensão de Getúlio Vargas e a crise do PRP, no final da década de 1920, atingiram a atividade comercial e as relações de poder em Presidente Prudente. Considerando esse contexto, buscamos explicar a posição da Associação Comercial. Tomamos como referencial o fato de que a pesquisa deveria apreender as diferentes leituras da realidade a partir da análise de documentos oficiais e de entrevistas. Como atores em relações de poder locais (nas esferas dos poderes

econômico, político e simbólico), comerciantes produziram idéias e desencadearam ações que se constituíram em representações disseminadas junto a outros comerciantes, a pessoas diversas, à Associação Comercial e Industrial e à população ou segmentos dela.

## ***RESUMO***

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as representações sociais dos comerciantes de Presidente Prudente enquanto atores em relações de poder locais, no período de 1927, quando da fundação da Associação Comercial e Industrial, fio condutor na pesquisa e, indiretamente, objeto de estudos, posto representar o discurso dos comerciantes nela filiados e; 1951, ano em que faleceu Felício Tarabay, presidente da Associação Comercial por 9 anos, prefeito de Presidente Prudente por dois mandatos, presidente da Câmara de Vereadores e Deputado Estadual, tornando-se um grande articulador do poder político local, o que justifica o interesse em estudá-lo. Além da análise das relações entre os interesses dos comerciantes e a produção do espaço urbano da área central da cidade de Presidente Prudente, em virtude de sua atividade econômica estar ali localizada e da estada no poder executivo permitir a destinação de recursos para este local, foram demonstradas as imbricações entre o local e o nacional, tendo em vista os diferentes modos de inserção dos atores sociais envolvidos, como os coronéis, até o início da década de 1930 e as novas lideranças, a partir de 1935. Buscou-se entender, então, como a crise do capitalismo no final da década de 1920, a ascensão de Getúlio Vargas e a crise do PRP atingiram a atividade comercial e as relações de poder em Presidente Prudente e como a Associação Comercial se posicionou diante das transformações daí decorrentes. Tomando como referencial o fato de que a pesquisa deveria buscar perceber as diferentes leituras da realidade a partir da análise de documentos oficiais e de entrevistas, a metodologia desenvolvida constituiu-se na coleta de dados e informações nos arquivos da Associação Comercial, identificando aspectos que a

caracterizasse enquanto representante de grupos sociais com singularidades internas, mas, em conjunto, pertencentes a segmentos dominantes. A coleta de informações nos jornais *A Voz do Povo*, "*Correio da Sorocabana*" e "*O Imparcial*" conformaram o perfil do comerciante e de suas representações sociais, a partir do momento em que traduziram, em suas páginas, a maneira de pensar de parte da sociedade da época. Os comerciantes, enquanto atores em relações de poder locais (econômico, político e simbólico) produziram idéias e ações, pela prática social, que se constituíram a partir da representação que possuíam junto a outros comerciantes, a pessoas diversas, à instituição que os representava e a população ou fragmento dela. Entender as relações dessa trama surgidas nos remeteu aos coronéis Goulart e Marcondes e a ascensão de novas lideranças no âmbito local.

Palavras-chave: poder, poder local, comerciante, representações sociais, produção do espaço urbano.

## ***ABSTRACT***

This research has aims to identify and analyze the social representations of Presidente Prudente traders as actors in local relationships, in the period of 1927, when the Commercial and Industrial Association was founded, which has conducted this research and also, indirectly, has been an object of studies it self, since it represented the traders' speech as its members and; 1951, when Felício Tarabay passed away. He, had been the president of the Commercial Association for 9 years, the mayor of Presidente Prudente for two mandates, the president of the City Councils and State Representative, having become a great leader of the local political power, which justifies the interest in studying him. Besides the analysis of the relationships between the traders' interests and the production of the urban space in the central area of Presidente Prudente, city, because of its economic activity was located there, and the executive power allowed the delivery of resources to that place, the connections between the local and the national, powers were demonstrated, considering the different manners of insertion of social actors' involved, as the "colonels" until the beginning of the decade of 1930, and the new leaderships from 1935 on. Therefore, we have made an attempt to understand how the crisis of the capitalism at the end of, the decade of 1920, Getúlio Vargas's ascension and the PRP crisis reached the commercial activity and the relationships of power in Presidente Prudente and how the Commercial Association was positioned before the resulting transformations. Taking into account the fact that this research should seek for the different readings of the reality starting from the analysis of official documents and interviews, the developed methodology was constituted by the collection of data and

information in the Commercial Association files, identifying aspects that could characterize it as a representative of social groups with internal peculiarities, but, at the same time, belonging to dominant segments in all. The collection of information in the "A Voz do Povo", "Correio da Sorocabana" and "O Imparcial" newspapers formed the trader's profile and his social representations, from the moment they translated, on their pages, the way of thinking of a part of the society at that time. The traders, as actors in the local power relationships (economic, political and symbolic) produced, through the social practice, ideas and actions that were constituted starting by the representation they possessed before other traders, different people, the institution that represented them and the population or its fragment. In an attempt to understand the relationships arisen from this tangle, searched for colonels Goulart and Marcondes, and the ascension of new leaderships in the local range.

Keywords: power, local power, trader, social representations, production of the urban space.